SINDICATO DOS TRABALHADORES E REALIDADE RURAL

ANA ELIZABETH PERRUCI DO AMARAL

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Rural.

PIRACICABA
Estado de São Paulo -- Brasil
1982

SINDICATO DOS TRABALHADORES E REALIDADE RURAL

ANA ELIZABETH PERRUCI DO AMARAL

Orientador: JOSÉ ALBERTINO ROSÁRIO RODRIGUES

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Rural.

PIRACICABA
Estado de São Paulo - Brasil
1982

AGRADECIMENTOS

Aos trabalhadores rurais, que receberam com confiança e interesse esta pesquisa, e ofereceram, sempre que possível, uma parte do tempo destinado ao seu trabalho na cana ' para serem entrevistados, meus agradecimentos.

Agradeço, também, ao presidente do Sindicato ' dos Trabalhadores Rurais, pesquisado, pela gentileza com que colocou à minha disposição todo o acervo documental da organização e facilitou o contacto com os trabalhadores rurais, bem como ao secretário, tesoureiro e demais funcionários.

Às valiosas críticas, à paciente orientação, reconhecendo o papel de orientador e amigo, José Albertino Ro - drigues, sou grata.

À Fundação Joaquim Nabuco, que me proporcionou ' os estudos pós-graduados e deu apoio financeiro durante todas as fases do trabalho, externo os maiores agradecimentos.

Agradeço, ainda, à EMBRAPA, por ter me concedi - do bolsa de estudo durante o mestrado.

Finalmente, registro os sinceros agradecimentos aos amigos e entidades, pelo interesse e cooperação demonstrados durante a realização da pesquisa.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	iv
RESUMO	v
SUMMARY	viii
1. INTRODUÇÃO	1
2. SITUAÇÃO DO SINDICATO	14
2.1.A região e o campo de ação do sindicato	14
2.2.Elementos da formação e desenvolvimento do sindicato	20
3. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	28
3.1.Categorias profissionais	28
3.2.A hierarquização:Agentes de controle e de execução do trabalho	31
3.3.A divisão de tarefas e as operações	38
3.4.O trabalhador,o acesso à terra e aos direitos legais	43
3.5.As relações de trabalho e a emergência de conflitos	54
4. A ATUAÇÃO SINDICAL	73
4.1.As relações de trabalho,os conflitos e a atuação sindical	73
4.2.A organização,a união dos assalariados e a liderança sindical	92
4.3.A prática política dos trabalhadores rurais ...	111
4.4.As reivindicações e o atendimento	124
5. DESENVOLVIMENTO E TENDÊNCIAS RECENTES DO SINDICALISMO RURAL DE TRABALHADORES	138
5.1.O papel do sindicato	138
5.2.A organização dos assalariados	159
6. VISÃO DO TRABALHADOR EM RELAÇÃO AO SINDICATO	167
7. CONCLUSÕES	196
LITERATURA CITADA	202
DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA	206
APÊNDICES	207

LISTA DE TABELAS

Tabela nº		Página
1	Distribuição dos estabelecimentos, por grupos de área do município pesquisado, 1975....	16
2	Condição do produtor do município pesquisado, 1975	17
3	Categorias de trabalhadores rurais do município pesquisado, 1975	18
4	Zona da Mata Úmida de Pernambuco: População urbana e rural - 1950/1970	44
5	Número de associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais pesquisado -1969/1980.....	94
6	Trabalhadores em condições de votar e os que votaram, 1979	116
7	Visão do sindicato pelo trabalhador, segundo categorias	174

RESUMO

A dissertação Sindicato dos Trabalhadores e Realidade Rural, elaborada por Ana Elizabeth Perruci do Amaral, sob a orientação do professor José Albertino Rosário Rodrigues, analisa a atuação política e social do sindicato dos trabalhadores rurais face às relações de trabalho na agricultura canavieira da Zona da Mata Sul de Pernambuco. A análise compreende a década de 70 estendendo-se até março de 1980. Foi efetuada sob a perspectiva sociológica, baseada no estudo de um sindicato dos trabalhadores rurais e da organização do trabalho assalariado. (*) Utilizaram-se os dados das entrevistas gravadas com os trabalhadores rurais, a liderança sindical, bem como da documentação pesquisada no sindicato, constante de atas, relatórios, pareceres do departamento jurídico da organização, e o registro de observações diretas das ações empreendidas pela liderança sindical e pelos assalariados. Através do método que se aproxima do estudo de caso, a pesquisa baseou-se em que esta organização sindical tem uma atuação ao nível das relações de trabalho e exerce

(*) Utilizou-se da licença de não mencionar o município e o sindicato pesquisados.

uma atividade política face ao controle do sistema de poder. O estudo tentou descrever a organização do trabalho, verificar as reivindicações dos assalariados e o seu atendimento a través do sindicato, assim como verificar a participação sin dical e apresentar a visão desse trabalhador em relação ao sindicato. Seguindo-se estes objetivos na investigação, con cluiu-se que a atuação sindical dos trabalhadores da lavoura canavieira, a sua organização e participação no sindicato é di ficultada pelo elevado grau de diversificação das condições' de trabalho de que estes trabalhadores tomam consciência. Esta diversificação provoca conflitos entre eles e, ainda, contri bui para se segmentarem. A hierarquização existente na organização do trabalho, onde há os assalariados controladores ' da mão-de-obra e os que executam as tarefas, leva a um dis - tanciamento entre as categorias. A diferenciação formal esta belecida entre clandestinos, clandestinos-moradores e fi chados - conforme o registro do trabalho em carteira profissional - acarreta uma divisão no sentido estrito da mão-de-o bra. As categorias encontram-se em distintas vivências nas ' relações de trabalho e promovem reivindicações distintas, que interferem na atuação sindical para representá-las e empreen der um projeto único, e ainda, para participarem efetivamente da organização. A atuação sindical é diversificada, de acor do com as peculiaridades de cada categoria. A dificuldade da participação sindical relaciona-se também com o medo do trabalhador provocado pela repressão pós-64. Constatou-se uma elevada união dos assalariados no final da década de 70 e o

fortalecimento político do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com os resultados alcançados através da convenção coletiva de trabalho de 1979, após as mobilizações e arregimentação efetuadas a partir de meados da década de 70. O trabalhador rural toma consciência também desse fortalecimento e sente a organização sindical como assistencialista, e só num segundo plano como reivindicatória. Estas conclusões poderão contribuir para a realização de outros estudos que verifiquem a atuação sindical e, especialmente, as tendências recentes dessa atuação.

SUMMARY

The paper "Labor Union and Rural Reality" written by Ana Elizabeth Perruci do Amaral under the guidance of Professor José Albertino Rosário Rodrigues analyzes the social and political performance of the Rural Labor Union concerning labor relations in the sugar cane agriculture of Pernambuco's Zona da Mata Sul. The analysis runs throughout the seventies to march, 1980. It was made under a sociological outlook, based in a study of a rural labor union and of the organization of salaried labor. Data from recorded interviews of rural workers, and of the labor union leaders were used as well as researched data gathered from the union meeting records, reports and the organization juridical department opinion. Data was also gathered from direct investigation of actions performed by the union leadership and by salaried workers. Through the method used which approaches the Case Study Method, the research was based on the idea that this syndical organization has an actuation at labor relations level and performs a political activity concerning the power

(*) The Author exerted her right of not mentioning the local and the union researched.

system control. The study tried to describe the labor organization, verify the salaried workers claims and their fulfillments through the union, and so verify the workers participation at the union level and show this same worker's view concerning the union. Following the aims at the syndical performance of the sugar plantation workers, their organization and participation within the union are handicapped due to the high diversification of working conditions and also that the workers are perfectly aware of the fact. This high diversification generates conflict among them and also helps their diversion. The hierarchy within the working organization, where there are salaried workers controlling the labor force and those who perform the tasks leads to a seclusion of the categories. The formal difference clandestinos, clandestinos-moradores and fichados according to the way they are registered in their professional card leads to a division in the labor force strict sense. The categories live their working relations differently and have different claims which becomes a handicap to the union performance in the developing of a same project as well as to the worker's effective participation within the organization. The union performance is different according to the characteristics of each category. Difficulties concerning participation are also due to the fears caused by the repression after 1964. A higher level of association among workers was observed in the late 70's as well as the political strengthening of the Rural Labor Union

resulting from the labor convention of 1979 after the mobilizations and the arregimentation which occurred in the second half of the 70's the rural worker becomes also aware of this strengthening and feels the union mainly as an assistance organization and as an organization for claiming rights in a second plan. These conclusions may contribute to further studies on labor union performance and especially on the recent tendencies of this performance.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar a atuação política e social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, face às relações de trabalho na agricultura canavieira.

Foi escolhida, para realizar este estudo, a Zona da Mata Sul de Pernambuco, onde os conflitos sociais são agudos, sendo, também, uma das áreas de atuação da Fundação Joaquim Nabuco, à qual estamos ligados profissionalmente. Esta entidade realizou, em 1974, estudo sobre uma organização, ou seja, a Cooperativa Rural de Produção e Consumo, procurando verificar sua atuação em vários Estados do Nordeste (*). Participando do referido estudo despertamos o interesse de analisar a atuação de outra organização também pertencente ao

(*) Trata-se do estudo intitulado Sistema Cooperativista no Nordeste, realizado em convênio com a Sudene.

meio rural - o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Este trabalho é, pois, uma tentativa de compreender o desenvolvimento dessa organização do campo, bem como a trajetória do movimento sindical rural na década de 70 e até março de 1980. A escassez de pesquisas sobre sindicalismo rural determinou, também, a escolha desse tema.

As análises sobre o movimento sindical no Brasil têm sido realizadas, em geral, no meio urbano. Os trabalhos mais importantes nessa linha são: Sindicato e Estado, de Azis Simão, que descreve a formação das primeiras associações operárias desde o século XIX até 1930 e as condições de trabalho nas fábricas, bem como se refere as primeiras leis trabalhistas; Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, de José Albertino Rodrigues, que analisa as primeiras associações operárias, o sindicalismo criado pelo Estado Novo, além da organização e a atuação dos sindicatos, após 1945; Sindicalismo e Conflito Industrial no Brasil, de Leôncio Martins Rodrigues, que trata das primeiras organizações operárias, sua ideologia, seu poder de pressão dentro das empresas e a influência dessas organizações na sociedade nacional; o Sindicato Único no Brasil, de Evaristo de Moraes Filho, que trata da questão do sindicato único e analisa a legislação social.

Os principais objetivos deste trabalho são:

- a) descrever a organização do trabalho na agricultura canavieira;
- b) verificar as reivindicações dos trabalhadores e o seu atendimento através do sindicato;

- c) verificar a participação sindical dos trabalhadores;
- d) analisar a visão do sindicato pelo trabalhador.

A análise do movimento sindical do trabalhador rural, na década de 70, requer o conhecimento de aspectos que caracterizam a sua gênese e o seu desenvolvimento.

A preocupação com a sindicalização rural no Brasil teve início a partir da assinatura do Decreto nº 7.038 de novembro de 1944, que determinou o registro legal dos sindicatos. Até 1955 o Ministério do Trabalho só tinha reconhecido o Sindicato Rural de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, em Pernambuco, dois sindicatos de São Paulo e um da Bahia.

Segundo Dalcy Cruz, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, assinada por Getúlio Vargas em 1943, continha um Decreto-Lei nº 7.943, de 10 de novembro de 1944, como extensão da CLT, prevendo a aplicação da legislação social do trabalhador rural, sobretudo concedendo-lhe o direito de se organizar em sindicatos. Só que esse direito ficou restrito, durante muito tempo, ao trabalhador urbano, CRUZ, (1979).

Em 1954, a "União dos Lavradores da Agricultura Brasileira" - ULTAB, fundada pelo Partido Comunista, organizou os primeiros sindicatos rurais no Brasil.

De acordo com Lygia Sigaud, em 1959 existiam 50 sindicatos com 30 mil trabalhadores rurais, SIGAUD (1979).

Um acontecimento importante que marca a história do sindicalismo rural é o I Congresso de Lavradores, pro

movido pela ULTAB e realizado em Belo Horizonte no ano de 1961. Nesse Congresso, que reuniu trabalhadores rurais de todo o Brasil, foram distribuídas as primeiras cartas sindicais através da Igreja e do Partido Comunista. Nesse período, desenvolveram-se inúmeros conflitos de trabalho, conflitos que envolveram a posse e o uso da terra, reivindicações salariais e projetos de reforma agrária.

As transformações nas relações de trabalho rural na década de 50, levando o homem do campo a ficar totalmente despojado dos meios de produção e tornar-se assalariado, contribuíram para o desenvolvimento do movimento sindical. A Igreja, os partidos políticos, Partido Comunista e Partido Socialista e as Ligas Camponesas colaboraram no desenvolvimento do sindicalismo, promovendo reivindicações em torno da terra e dos direitos trabalhistas.

No Nordeste, a Igreja procurou treinar líderes sindicais através do Serviço de Orientação Rural - SORPE, em Pernambuco e do Serviço de Assistência Rural - SAR, no Rio Grande do Norte.

No governo de João Goulart foram tomadas medidas para controlar o avanço do movimento sindical, principalmente o das Ligas Camponesas. Em março de 1963, foi decretado o Estatuto do Trabalhador Rural - ETR, que prevê a organização sindical, através da Portaria nº 364, do Ministério do Trabalho. Nesse mesmo ano é criada a Comissão Nacional de Sindicalização Rural - CONSIR.

Segundo Vera Ferrante, "os sindicatos apare-

cem num momento em que era urgente a criação de canais regulares para o encaminhamento das reivindicações", FERRANTE (1979,p.2). Através dessas organizações, podiam canalizar - se as reivindicações de forma moderada e bem assim os conflitos de trabalho que se desenvolviam no meio rural.

O movimento sindical foi tomando vulto, contando com o apoio do Estado. De junho de 1962 a dezembro de 1963, o número de sindicatos reconhecidos cresceu bastante por ser de interesse do Ministério do Trabalho o controle dessas entidades. "Em Pernambuco, de 8 sindicatos reconhecidos no Nordeste, passaram a 32. No Rio Grande do Norte, de 3 passaram a existir 19 reconhecidos. No Ceará de 5 já existentes sobe para 21", CRUZ (1979,p.10).

Em Pernambuco, além da aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural - ETR, em 1963, foi criada a Assessoria Sindical no governo de Miguel Arraes, para coordenar o movimento sindical.

No período correspondente aos anos de 1964 a 1968 foram registradas inúmeras greves dos sindicatos. (*)

Em 1963, foi criado o órgão que coordena os sindicatos e a Federação dos Trabalhadores Rurais - a Confe

(*) Ver a respeito KOURY, Mauro. Greves Rurais na Zona da Mata de Pernambuco pós - 64: reflexões em torno das relações entre sindicalismo rural e estado autoritário no Brasil. In: Encontro do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura - PIPSA, 2 São Carlos, S.P. 1979.

deração Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. "Esse órgão passa a congregar 263 sindicatos rurais reconhecidos, além de 480 não reconhecidos dentre as 26 Federações representadas nos 19 Estados", CRUZ (1979) apud CAMARGO (1978, p.195).

Até março de 1964, havia um grande desenvolvimento do movimento sindical. Após esse período, o cenário político do país foi modificado e o movimento de trabalhador, interrompido. No governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco houve intervenções através do Ministério do Trabalho em muitos sindicatos, enquanto as Ligas Camponesas foram desmobilizadas e extintas. Em Pernambuco, as lideranças sindicais foram afastadas das Diretorias dos Sindicatos; desapareceram e morreram muitos trabalhadores rurais, principalmente dos municípios localizados na Zona da Mata.

Na década de 70, os sindicatos se encontravam atrelados à Previdência Social, estendida ao campo, mantendo uma íntima ligação com o FUNRURAL. Dessa forma, transformaram-se em representantes das necessidades dos trabalhadores e porta-vozes de suas reivindicações, em órgãos de assistência médico-odontológica. O papel político dos sindicatos foi, então, substituído pelo de assistencialista.

No final da década de 70 verificou-se, em alguns sindicatos da Zona da Mata de Pernambuco, um papel menos assistencialista e mais combativo, através das mobilizações efetuadas que geraram o estabelecimento de convenção

coletiva de trabalho e de greves.

Estes são os principais aspectos do sindicalismo do trabalhador rural até o período em que se efetuou a pesquisa que deu origem a este trabalho.

O movimento sindical desenvolvido no meio rural tem sido pouco estudado pela comunidade científica brasileira.

Lygia Sigaud (1979) analisa no trabalho Os Clandestinos e os Direitos, um grupo de trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco. Dedica um segmento deste estudo à análise da atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A partir de algumas dessas organizações, a autora procurou, em 1974, avaliar as formas de atuação do movimento sindical e os entraves por ele enfrentados, quando tenta romper a mediação do empregador com o trabalhador devido à existência do trabalho clandestino. Verificou, também, como o trabalhador rural via a organização e se posicionava frente a ela, assim como as condições de luta do sindicato face às pressões dos proprietários.

Encontram-se, recentemente, em andamento, algumas pesquisas que tratam do sindicalismo rural do trabalhador. Essas pesquisas procuram analisar, de modo geral, os aspectos institucionais e políticos das organizações de trabalhadores.

Vera Ferrante (1980), no trabalho Movimentos Sociais no Campo: O Sindicalismo Rural em São Paulo, descreve os primeiros resultados da pesquisa realizada em Araraquá

ra e Ribeirão Preto, entre os anos de 1979 e 1980. Procura verificar a atuação das lideranças sindicais rurais em relação às questões trabalhistas e à previdência social no campo. Discute, também, os níveis de consciência social, diante dos rumos dados à ação política das lideranças, bem como a estratégia política do Sindicato.

Dalcy Cruz (1981), ao analisar o movimento sindical no Rio Grande do Norte, entre os anos de 1960 e 1964, destaca, no trabalho A Igreja Católica e Movimento Sindical Rural no Rio Grande do Norte, os primeiros resultados da pesquisa para compreender o significado da atuação da Igreja Católica na organização da classe trabalhadora rural, na fundação e desenvolvimento de seus sindicatos.

Clemilda Souza (1980), no estudo em andamento sobre o movimento operário da Zona da Mata de Pernambuco, no período de 1955 a 1964, apresentado no trabalho Movimento Sindical na Zona da Mata de Pernambuco, procura inserir a análise da atuação do sindicato dos operários industriais das usinas de açúcar, da organização e da mobilização desses operários.

Alexandre Sgrecia (1981), em O Assalariado da Cana: Estudo das lutas de resistência do trabalhador assalariado na lavoura canavieira pernambucana, faz uma análise das lutas sociais, entre 1965 e 1979, dessa categoria de trabalhador rural. O desenvolvimento das lutas, no âmbito exterior dos sindicatos, e, através deles, a partir de 1979, em dois municípios pesquisados.

Os estudos que se referem às relações de trabalho assalariado em Pernambuco e, principalmente, na área onde se efetuou esta pesquisa, são vários(*). Estes estudos não contêm o enfoque básico do sindicalismo rural de trabalhador face às relações de trabalho.

Procurou-se analisar a atuação sindical, tendo-se em vista as relações de trabalho que envolvem o assalariado da agricultura da cana. Este estudo foi realizado sob perspectiva sociológica e, para desenvolvê-lo, teve como base um Sindicato dos Trabalhadores Rurais(**), organização que se encontra ligada às relações de trabalho, exercendo suas atividades face ao controle do sistema de poder e se orienta por uma legislação que é ditada por este sistema.

Na agricultura da cana as relações de trabalho são conflituosas, em virtude das condições de exploração em que se encontra a mão-de-obra. Esta mão-de-obra interage no sindicato em busca da sua defesa em relação aos direitos trabalhistas, às condições do trabalho e ao bem estar social e econômico. A organização sindical tem uma atuação no âmago do conflito capital x trabalho, visando defender os

(*) Destacam-se os trabalhos de SIGAUD, Lygia. A Nação dos Homens (1971) Os Clandestinos e os Direitos (1979) SUA REZ S.M.Tereza. Cassacos e Corumbas (1977) KOURY, Mauro. O Bagaço da Cana (1976) SGRECIA, Alexandre. O Assalariado da Cana (1981)

(**) Utilizou-se da licença de não mencionar o sindicato e o município pesquisados.

trabalhadores rurais e diminuir o grau de sua exploração.

Procurou-se, pois, compreender a organização do trabalho, as relações sociais que se desenvolvem ao nível do processo produtivo da cana e as que extrapolam este nível, atingindo o político, o educacional e o do lazer, possibilitando entender o sindicato num processo social global. Conduzindo a análise sob estas perspectivas, deteve-se a investigação em conhecer as condições de existência social e econômica dos assalariados, verificando como eles percebem essas condições, bem como as manifestam a nível de uma consciência social através do sindicato.

Procurou-se investigar, também, se o sindicato é porta-voz dessa consciência, se atende às reais reivindicações dos assalariados e de que forma representa esses trabalhadores.

Neste estudo, a atuação sindical de trabalhadores da lavoura canavieira é dificultada pelos seguintes fatores relacionados com a organização do trabalho:

- a) o alto grau de diversificação das condições de trabalho e a hierarquização na organização do trabalho.
- b) a diferenciação formal entre os trabalhadores clandestino, fichado e clandestino-morador, conforme o registro em carteira profissional.

Esses mesmos fatores interferem na organização dos trabalhadores rurais e na diferenciação quanto ao grau da participação sindical.

Espera-se que a análise efetuada venha pre-

encher, assim, uma lacuna existente quanto à bibliografia a respeito do sindicalismo rural de trabalhador, bem como possa complementar os estudos já editados sobre a Zona da Mata de Pernambuco.

A pesquisa de campo, que deu origem a este trabalho, foi realizada nos meses de janeiro a março de 1980, após um estudo exploratório efetuado nos municípios que compõem a Zona da Mata Sul, em janeiro de 1979. Este estudo, que teve como objetivo colher informações preliminares, proporcionou a verificação de possíveis condições existentes para efetuar a pesquisa e a escolha do município e do sindicato a serem investigados. A área foi selecionada levando-se em conta a existência de pontos de efervescência de conflitos de trabalho, por encontrar-se ali, um sindicato com uma expressão política e uma representatividade significativa que se destaca no conjunto de sindicatos da região. A escolha da área deve-se, também, ao fato de reunir traços comuns ao conjunto, apresentando os mesmos problemas e conflitos das relações de trabalho assalariado e de ter sindicatos que desempenham um mesmo papel político.

A investigação baseou-se na análise de documentação levantada no sindicato, constante de atas, relatórios, editais, pareceres do Departamento Jurídico, relativos à década de 70; na verificação de campanhas desenvolvidas no sindicato; nas entrevistas com os assalariados rurais e a liderança sindical; nas observações feitas da organização do trabalho, no acompanhamento das ações de liderança sindical e

dos trabalhadores rurais. As entrevistas do tipo informal foram gravadas, usando-se um roteiro flexível, adaptado às condições e à acessibilidade dos entrevistados e se concentraram em histórias de vida, enfatizando as relações e as condições de trabalho e a organização sindical.

As conversas informais com os trabalhadores rurais, a título de informações adicionais, foram incorporadas ao trabalho e registradas em um diário de campo. As entrevistas foram selecionadas de acordo com o número de propriedades rurais, o número de sindicalizados e não sindicalizados. Foram entrevistados, assim, 120 trabalhadores rurais, distribuídos em 51 unidades produtivas, sendo 8 propriedades pertencentes a Usina, 17 propriedades dessa empresa arrendadas a terceiros e 26 propriedades particulares arrendadas a terceiros. Todos os trabalhadores que compunham a diretoria do sindicato na época da pesquisa e nas diretorias anteriores, assim como os 2 advogados do sindicato foram também informantes em potencial para esta investigação. Procurou-se, ainda, gravar as reuniões ordinárias e extraordinárias do sindicato, nas oportunidades que surgiram, as quais complementaram este estudo.

O método de investigação utilizado foi semelhante ao do estudo de caso. Os processos sociais foram captados através das observações efetuadas e das concepções dos entrevistados.

A contribuição de maior relevância para a execução deste trabalho, deve-se aos trabalhadores rurais sindi

calizados, não sindicalizados e ex-sindicalizados. Sem eles, não teria sido possível o atendimento dos objetivos desta pesquisa.

2. SITUAÇÃO DO SINDICATO

2.1. A região e o campo de ação do sindicato.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais investigado situa-se na Zona da Mata Sul, em município cuja área é essencialmente agrícola e onde se desenvolve, principalmente, o sistema da monocultura da cana-de-açúcar. A produção de açúcar é uma atividade não só predominante, mas também, tradicional que se implantou na Zona da Mata desde o século XVI, início da colonização do Brasil.

O município onde foi efetuado este estudo tem, praticamente, toda a sua sustentação na economia de uma só usina de açúcar. Em 1978 a quantidade produzida de cana-de-açúcar foi de 463.980 toneladas, colhidas em 8.436 hectares de terra, segundo dados do Anuário Estatístico de Pernambu-

co, de 1980. Além do produto agrícola mencionado há, também, no município, o cultivo do côco-da-bahia. A quantidade desse produto em 1978 foi de 504.000 frutos, colhidos em 140 hectares de terra, de acordo com o Anuário Estatístico de Pernambuco, de 1980. Em pequena escala, desenvolve-se a cultura da banana, do caju, do abacaxi e da manga.

As propriedades existentes na região e especialmente no município, são: o engenho particular - do tradicional senhorde engenho, transferível geralmente por herança e administrado com recursos próprios; o engenho da usina - propriedade da empresa, explorado com seus recursos e administrado pelo usineiro; o engenho pertencente à usina e o engenho particular, arrendados a terceiros, para ser explorado através do arrendatário.

De acordo com Alexandre Sgrecia, "uma das principais características da estrutura fundiária da Zona da Mata de Pernambuco é a considerável concentração de terras, especialmente na Mata Sul. Os minifúndios são numericamente expressivos, apesar de ocuparem uma área relativamente reduzida, conforme se pode observar nos dados citados a seguir. A região canavieira, com uma área total de 937.147 hectares de terra, foi ocupada, no início dos anos 70, por 12.305 imóveis. Os minifúndios, em número de 9.200, detinham apenas 5,7% desta área. As empresas rurais, no total de 620, ocupavam 31% das terras, sendo os 62% restantes tomados por latifúndios. Nesta última categoria observa-se a seguinte divisão: 50,8% das terras eram ocupadas por 2.471 latifúndios

por exploração, enquanto apenas 8 latifúndios, por extensão, detinham 11,2% do total de terras da região "SGRECIA (1981) apud MELO (1975,pp.65,67).

No município estudado, a distribuição de terra por tamanho de estabelecimentos, segundo grupos de área, em 1975, revela como este recurso se acha concentrado em pequenos, médios e grandes estabelecimentos, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1. Distribuição dos estabelecimentos, por grupos de área do município pesquisado, 1975.

Grupos de área (ha.)	Estabelecimentos	%	Área Total (ha.)	%
Menos de 10	102	49,7	308	1,2
10 - 100	48	23,4	1.535	5,9
100 - 1000	52	25,4	20.248	77,9
1000 - 10.000	3	1,5	3.877	15,0
TOTAL	205	100,0	25.968	100,0

Fonte: IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de Pernambuco (1975)

Verifica-se, pela tabela 1, uma concentração fundiária nas grandes propriedades, uma vez que 52 estabelecimentos, 25,4% das 205 propriedades existentes (no intervalo de área de 100 - 1000 ha.) abrangem 20.248 hectares de terra, representando 77,9% da área global de 25.968 hectares. Apenas, três (03) estabelecimentos, ou seja, 1,5% do total

(no intervalo de 1.000 - 10.000 ha.) englobam 3.877 hectares, correspondendo a 15% da área total. Predominam estabelecimentos de menos de 10 hectares (102 estabelecimentos), equivalendo a 49,7% do total. No entanto, ocupam 302 hectares (1,2%) do total das terras.

O número de estabelecimentos ocupados, por condição de produtor, é um indicador, também, da estrutura agrária do município. Esses dados, referentes ao ano de 1975, podem ser observados através da tabela apresentada a seguir:

Tabela 2. Condição do produtor do município pesquisado, 1975.

Condição do produtor (*)				
Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Total
Est. Área (ha.)	Est. Área. (ha.)	Est. Área (ha.)	Est. Área (ha.)	Est. Área (ha.)
83 16537	22 8584	1 10	99 836	205 25967

Fonte: IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de Pernambuco (1975) volume 5.

(*) Na conceituação da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de Pernambuco, de 1975, as diversas categorias são assim definidas: proprietário - quando as terras do estabelecimento são de propriedade privada; arrendatário - quando as terras são tomadas em arrendamento, mediante pagamento em dinheiro ou em produtos; parceiro - quando as terras são exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, com obrigação de pagamento ao proprietário de um percentual da produção obtida; ocupante - quando a exploração se processa em terras públicas ou de terceiros, nada pagando o produtor pelo seu uso.

A tabela anterior retrata um maior numero de hectares de terra (16.537) distribuídos entre os que são proprietários de 83 estabelecimentos. Apresenta, no entanto, uma média de 199,24 hectares de terra por proprietário. Os 22 arrendatários detêm 8.584 hectares de terra do município, com uma média de 390,18 hectares de terra por essa categoria, o que revela uma média elevada em relação a outras categorias existentes. A condição de parceiro é em número insignificante no município. Outra categoria de produtor é a de ocupante, com 99 estabelecimentos e uma média de 8,44 hectares de terra.

A mão-de-obra do município é, genericamente , composta de assalariados, que se dividem entre permanentes e temporários. Encontram-se, ainda, outras categorias, como se verifica na tabela 3:

Tabela 3. Categorias de trabalhadores rurais do município pesquisado, 1975.

Categorias	Nº
- Responsáveis e membros não remunerados da família.	608
- Empregados permanentes	1.942
- Empregados temporários	186
- Outra condição	81
TOTAL	2.817

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de Pernambuco (1975).

Os membros não remunerados, da família do responsável, são componentes do grupo familiar que ajuda efetivamente nos trabalhos agropecuários, sem receber qualquer espécie de pagamento; empregados permanentes são os que exercem atividade de caráter efetivo ou de longa duração; empregados temporários, os contratados para atividades eventuais ou de curta duração; parceiros, as pessoas subordinadas à administração do estabelecimento que percebem como remuneração parte da produção obtida em seu trabalho (meia, terça, quarta, etc.). Os parceiros autônomos, com responsabilidade da administração de estabelecimentos, foram contados no grupo responsável e membros não remunerados da família. Na categoria pessoal de outra condição consideram-se pessoas cujo regime de trabalho difere do agregado e do morador (cf. Censo Agropecuário de Pernambuco, 1975).

O sindicato investigado, de acordo com a legislação vigente, tem uma atuação no âmbito de um só município. No entanto, verifica-se, ali, um movimento sindical realizado conjuntamente. Há uma unidade de atuação entre a liderança desse sindicato e a de outros dois da região. Ocorre que uma das usinas da Zona da Mata Sul mantém engenhos espalhados numa vasta área de terras que abrange três municípios. Grande parte dos trabalhadores rurais estão submetidos a esta empresa e mantêm relações de trabalho conflituosas com os seus proprietários. Isto levou a um trabalho conjunto dos sindicatos dos três municípios, desde 1976. Esses órgãos se aliam a fim de atender e estudar os problemas dos

trabalhadores rurais e interferir nos conflitos que envolvem as relações de trabalho, já que são semelhantes e atingem os mesmos trabalhadores.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais representa, genericamente, os trabalhadores assalariados. Esses trabalhadores têm os seguintes caracteres: são jovens, embora aparentem ser idosos, devido ao enorme desgaste físico dispendido no árduo trabalho da cultura da cana. Em sua maioria 'são analfabetos, embora existam escolas em algumas propriedades ou no perímetro urbano do município. Grande parte das crianças, em idade escolar, permanece no campo durante todo o dia, realizando tarefas para complementar o orçamento familiar, encontrando-se engajada em serviços como o corte de cana, a amarração dos feixes de cana cortada, geralmente, a partir de oito anos de idade.

A mão-de-obra assalariada da cana, mora, em grande parte, na periferia ou no centro do município, na zona urbana. É cognominada na região de "moradores-de-ponta-de-rua".

Os assalariados, sindicalizados, não sindicalizados e ex-sindicalizados, os quais fazem parte do campo de ação do sindicato investigado, foram tomados como elementos' de investigação nessa pesquisa.

2.2. Elementos da formação e desenvolvimento do sindicato

A reconstituição da história do sindicato in -

vestigado foi montada a partir das entrevistas com alguns dos seus primeiros associados, uma vez que houve desaparecimento e morte de muitos líderes sindicais e trabalhadores rurais, em março de 1964. Este trabalho limitou-se a alguns elementos da formação do sindicato, dada a dificuldade de obtenção de dados. A documentação existente no início da sua organização e por toda a década de 60 é exígua.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais analisado, criado em 1954, é um dos primeiros reconhecidos no Brasil! . Segundo relato de um trabalhador rural, sócio na época de sua formação, o fundador foi um administrador de engenho, pertencente à usina. Informou, também, que membros do sindicato dos operários industriais da usina do município, colaboraram na sua fundação. Estas pessoas exerceram influências extraordinárias, no sentido de promover a organização sindical.

Observando o depoimento a seguir, confirma-se que, no seu início, o sindicato foi apoiado pelos operários da usina:

"Nesse tempo, a usina (operários da usina) não era contra o sindicato como hoje. Até alguns empregados de lá emprestavam uma máquina (trator) para avisar ao povo as reuniões. Fazia-se muita reunião".

A influência de associados de sindicato dos operários da usina sobre o sindicato pesquisado é observada quando vários trabalhadores destacaram o fato de que, quando seu primeiro presidente teve um comportamento desonesto, ao

ficar com todo o dinheiro da mensalidade paga pelos associados, os operários da usina fizeram uma campanha junto aos associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e obtiveram êxito, no sentido de expulsá-lo da entidade. Após esse fato - dizem os trabalhadores - assumiu o sindicato um trabalhador rural, que conseguiu o seu reconhecimento em março de 1956. Continuou, ainda, sob fortes influências dos operários que mantinham ligações com a usina.

Os trabalhadores se referem à passagem de vários presidentes nessa organização e que muitos se posicionavam defendendo ora os interesses da classe patronal, ora os dos trabalhadores rurais.

Após o reconhecimento oficial da entidade, como uma sociedade de classe, foi grande o número de substituição dos seus dirigentes, que não chegavam a cumprir totalmente os seus mandatos. A pressão da classe patronal sobre o sindicato era grande. Quando os que tinham interesses opostos aos dos patrões tentavam ali interferir, muitas vezes foram obrigados a se afastarem do cargo. Tal situação fica clara na declaração de antigo associado:

"J.A., um dos líderes do sindicato, só passou três meses no sindicato. Ele era contra os patrões e fazia muita confusão. Foi deposto e logo veio um sargento interventor".

Essa organização sofreu, muitas vezes, inter -

venções quando se levantou a possibilidade de uma liderança que se opunha aos patrões. Estes procuravam manter o controle do sindicato e impedir que fosse transformado num núcleo articulador de tensões sociais, advindas das relações de trabalho. Em 1963 e início de 1964, foi grande o conflito entre este sindicato e os patrões. Muitos trabalhadores conseguiram reunir-se na entidade e realizarem grandes movimentos, como: greves, paralisações de serviço, mesmo enfrentando as barreiras excessivas da classe patronal.

No período após o golpe de Estado, em 31 de março de 1964, houve intervenções e eliminações de lideranças do sindicato. A Delegacia Regional do Trabalho, que executou as intervenções, podia escolher e depor as Diretorias. O sindicato deixou, nesse período, de ser o verdadeiro representante das reivindicações e das lutas dos trabalhadores rurais. A imposição de juntas governativas trouxe um total controle da entidade. Estas juntas eram compostas de agentes do Ministério do Trabalho que administrava o patrimônio do sindicato, arrecadava fundos e mantinha uma assessoria jurídica.

A atuação sindical, nesse período, não é acompanhada da pressão dos trabalhadores rurais sobre os patrões, como ocorria antes do golpe de Estado. Foram eliminados os delegados sindicais nos engenhos e nomeado um presidente interventor, que exerceu um grande controle sobre os trabalhadores. Houve diretorias que apresentaram irregularidades, levando os associados a comunicá-las à Delegacia Re-

gional do Trabalho, sendo providenciada nova intervenção.

Depois de várias intervenções ocorridas no sindicato, realizaram-se eleições para a escolha do seu presidente, através de uma chapa única que foi submetida à votação dos trabalhadores. Diz um sindicalizado que "tal chapa tinha a marca de uma interferência patronal". Não se percebeu, pelas entrevistas, que o sindicato, nesse período, tenha-se desenvolvido como uma instituição que tem, como função principal; a defesa dos interesses reais da categoria que representa.

Em 1970, os trabalhadores puderam escolher um entre dois candidatos à presidência do Sindicato, sendo que foi eleito aquele que correspondeu a uma oposição à classe patronal. Este dirigente vinha exercendo, no período da pesquisa, o terceiro mandato. Ele conta que, à época de sua candidatura, houve pressões dos patrões, numa tentativa de induzir os associados a votarem em favor de um candidato que representava mais os interesses dos empregadores, o que não se concretizou.

Segundo associados antigos, durante as campanhas para a eleição do presidente sindical, enquanto os empregados colocavam carros nas propriedades para fazer propaganda de seus candidatos, os trabalhadores percorriam o município a pé, realizando, ao mesmo tempo, campanhas em torno dos candidatos deles.

O presidente sindical descreve a sua campanha para eleger-se:

"Andei de pés conversando com os trabalhadores, falando dos direitos, prometendo lutar por eles".

A interferência dos proprietários é notada no processo eleitoral. Estes tentaram confundir os eleitores anunciando a desistência da sua candidatura à presidência do Sindicato.

Este dirigente, referindo-se a sua campanha eleitoral, assim declarou:

"Houve campanhas para me eliminar da candidatura. Deu-me muito trabalho para mostrar ao povo que tudo aquilo era mentira. Inventaram que eu tinha desistido da eleição para ganharem campo. Mas, consegui convencer todo o povo do meu objetivo no sindicato: de defender o trabalhador rural".

As condições que o presidente sindical enfrentou na disputa das eleições e as interferências dos patrões na sua candidatura mostram o controle no sindicato. Por outro lado, os trabalhadores rurais revelaram a sua identificação com o seu representante. Declararam que o elegeram confiando no verdadeiro papel que exerceria e que estavam satisfeitos pela escolha.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, órgão de representação da categoria profissional, luta por interes-

ses, necessidade sociais e econômicas específicos da categoria assalariada. As entrevistas com o presidente da organização e o acompanhamento das ações da sua liderança no município dão conta dessa prática sindical.

Deve-se assinalar a influência desse sindicato na Zona da Mata Sul de Pernambuco. O fato de o movimento sindical ser realizado, através da aliança das lideranças da região, contribui para o seu fortalecimento. As lideranças do Sindicato vêm realizando e, como se constatou, desde 1970, mobilizações que se tornam conhecidas e valorizadas pelos trabalhadores rurais. Estas mobilizações são constituídas de campanhas para o aumento de salários e para o cumprimento de outros direitos.

No decorrer da pesquisa, muitos trabalhadores rurais, associados de outros sindicatos, revelaram-se tendentes a pertencer à entidade pesquisada. Justificaram que "ali a luta para defender os trabalhadores tem alcançado sucesso".

As atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais pesquisado, referentes às reuniões realizadas na década de 70, revelam o posicionamento dessa organização. Numa dessas atas, relativas ao ano de 1974, constam assuntos como a necessidade do dissídio coletivo, de natureza econômica e jurídica e a deliberação da propositura de dissídio coletivo, no caso de não haver acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Patronal. Nessa mesma ata, consta a aprovação do dissídio coletivo para solicitar a elevação de salário do

trabalhador rural. Observa-se, pois, que este sindicato demonstra lutar pelos interesses daqueles que representa.

Os dirigentes da organização sindical declararam que, desde o primeiro mandato do presidente (que no período da pesquisa exercia o terceiro consecutivo), desenvolveram-se movimentos de reivindicações dos trabalhadores, greves constituídas de paralisação de serviço, quando não eram cumpridas as obrigações trabalhistas e quando o quantum das tarefas exigidas dos trabalhadores era além do determinado em tabela. Em tais casos, muitos passaram a exigir do sindicato uma fiscalização nesse sentido, bem como uma notificação das irregularidades dos proprietários.

Considera-se que, a partir da década de 70, quando o sindicalismo exerce um papel assistencialista, este papel não é despojado de um caráter político, como se pode verificar no desenvolvimento deste trabalho.

A análise da atuação sindical dos assalariados da lavoura canavieira não pode ser compreendida sem a análise das relações de trabalho, da forma como o trabalho na cana é organizado, o que será objeto do próximo capítulo.

3. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

3.1. Categorias profissionais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, adota um critério de classificação das categorias profissionais. Considera os trabalhadores da agricultura como permanentes e temporários. Permanente é o trabalhador fixo, que tem carteira de trabalho assinada pelo empregador e contrato regido pelas disposições da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Pertence à categoria de Temporário, segundo o IBGE, os que trabalham eventualmente nas propriedades agrícolas, não mantêm qualquer vínculo formal de emprego com a unidade produtiva e não têm os direitos assegurados pela legislação trabalhista e os benefícios da Previdência Social.

Os assalariados entrevistados, integrantes do trabalho na agricultura da cana, se auto-classificam entre

fichados, clandestinos que moram nas "pontas-de-rua", bem como os clandestinos-moradores nos engenhos. O permanente corresponde ao que os entrevistados chamam de fichado. O temporário, constitui-se dos clandestinos - chamados pelos entrevistados como os que vêm trabalhar nos engenhos por intermédio dos empreiteiros ou mesmo por conta própria. Há, também, os clandestinos-moradores - aqueles que moram e prestam serviços numa mesma propriedade, por determinado período, como os corumbas que se instalam nas propriedades no período da safra e os que moram há um certo tempo na propriedade sem carteira de trabalho assinada. Foi adotado neste trabalho a classificação dos assalariados em fichados, clandestinos e clandestinos-moradores.

Verificou-se, durante a pesquisa de campo, que os trabalhadores fichados são, na maioria, empregados dos engenhos sob a administração da usina. Encontrou-se também esta categoria exercendo tarefas nos engenhos particulares, nos engenhos da usina e nos particulares arrendados a terceiros. Muitos fichados moram no perímetro urbano do município. Os clandestinos moram nas "pontas-de-rua" (periferia da cidade) e trabalham em qualquer engenho. Os clandestinos-moradores prestam serviços em geral nos engenhos da Usina, nos particulares e nos arrendados a terceiros, grande parte morando, por um certo tempo, nos galpões dessas propriedades, sobretudo os filhos dos fichados.

Uma pesquisa efetuada em 1969 e 1971, por Lygia Sigaud, detectou variações entre as categorias de assa-

lariados permanente e temporário, classificando-as segundo o tipo de relação contratual que mantêm com os proprietários .

"Uma delas é o morador que reside no engenho e tem obrigação, quer tenha um contrato formal de trabalho ou não de trabalhar na terra do proprietário; esta categoria não mais se relaciona individualmente com o proprietário. Outra é a do trabalhador de rua que, em geral, é um ex-morador expulso da propriedade onde morava ou que saiu do engenho por vontade própria. Mora na cidade, geralmente nas favelas; sua relação com o proprietário se concretiza através da figura do empreiteiro e não tem nenhuma ligação formal ou obrigação com o proprietário. Outra categoria é o morador residente no engenho, sem obrigações com o proprietário e que só trabalha com o empreiteiro; geralmente são os mais jovens, filhos de velhos moradores ou trabalhadores residentes como os demais com que os proprietários se recusam a estabelecer relações legais; moram nos engenhos, nas mesmas condições dos trabalhadores de rua. Outra categoria, a do trabalhador residente nas cidades e que mantem um contrato formal com o proprietário ou com a empresa e não tem os mesmos direitos nem deveres atribuídos àqueles que moram nos engenhos e não trabalha com empreiteiro. Finalmente, o pequeno proprietário arrendatário no agreste que, na época da moagem, migra para a Zona da Mata e regressa para seu lugar de origem no final desse período: é o corumba. Normalmente se apresenta diretamente nos engenhos e mantem ligações apenas com o empreiteiro", SI-GAUD (1971,p.4).

Durante o trabalho de campo foram constatadas as mesmas categorias de trabalhadores da lavoura da cana mencionadas no estudo anterior.

3.2. A hierarquização: agentes de controle e de execução do trabalho.

No processo produtivo da cana, o trabalho é organizado por agentes de controle e de execução.

Do ponto de vista da hierarquização do trabalho, destaca-se, aqui, o grupo de controle, que tem a função de arregimentar e controlar a mão-de-obra rural. Distinguem-se o cabo, o administrador e o empreiteiro.

O cabo executa as ordens do administrador. Cabe-lhe indicar o serviço a ser executado pelo trabalhador fichado, controlar e anotar a sua produção, entregando-a aos seus superiores. O cabo geralmente já exerceu a função de cortador-de-cana e, posteriormente, assume um lugar na hierarquia que o leva ao controle das tarefas executadas por seus companheiros de trabalho. É necessário um conhecimento anterior e a confiança dos patrões para que o cabo possa desempenhar essa função. Este trabalhador procura, em geral, elevar ao máximo a produção, exigindo dos trabalhadores tarefas muitas vezes superiores ao que suas condições físicas permitem. Essa situação provoca insatisfações entre os próprios trabalhadores que os vêem, também, dentro da mesma cadeia de exploração econômico-social. Alguns fichados comentaram:

"Cabo é empregado; tem que cumprir as ordens do administrador, senão não vive também"

Os próprios cabos assim se vêem como integrantes do processo produtivo:

"Cabo é empregado, é classe, e eles (patrões) precisam da gente. Mas só na folha de pagamento da usina, porque na carteira profissional, cadê? Não diz nossa função. É só trabalhador rural. Se eu fosse classificado como cabo ninguém bulia comigo".

(Cabo de engenho particular)

O fato da legislação trabalhista ter omitido a especificação das funções no trabalho rural acarreta situações conflitantes para essa categoria de trabalhador.

O cabo mantém-se na propriedade com vínculo em pregatício e tem remuneração fixa, baseada na diária. Dedica, em média, oito a dez horas diárias no exercício de suas funções.

Um outro elemento na organização do trabalho ' que se destaca no controle do processo produtivo é o administrador. Este executa a fiscalização das tarefas realizadas , inclusive as do cabo, da duração do trabalho, das faltas, ve rifica as licenças médicas, encaminha os trabalhadores no ca so de acidentes de trabalho, além de resolver casos de con - flitos entre os trabalhadores e supervisionar o próprio anda - mento da produção. É um elemento intermediário do empregador

para informar sobre o encaminhamento da produção. Percebe uma remuneração, no final de cada semana, sob a forma de salário. No final de cada ano tem uma gratificação proporcional à produção por ele controlada.

Na hierarquização do trabalho encontra-se, também, como agente de controle o empreiteiro, que tem como função recrutar trabalhadores clandestinos e encaminhá-los ao local de trabalho em transportes, muitas vezes, cedidos pelos proprietários, além de distribuir, controlar as tarefas executadas e efetuar o seu pagamento, geralmente na conclusão de cada tarefa diária. Quando o empreiteiro é responsável pela produção dos clandestinos-moradores só lhes remunera no final da semana, em folha suplementar a dos fichados.

O empreiteiro arregimenta os clandestinos nas feiras e em estabelecimentos comerciais existentes na cidade. Contrata verbalmente aqueles que podem prestar-lhe serviços por toda uma semana ou por um dia. Costuma efetuar o "leilão de mão-de-obra", geralmente entre quatro e cinco horas da manhã. Ali, os trabalhadores vêm ao encontro dos empreiteiros, reunidos nos "pontos dos caminhões", localizados na periferia, e se vinculam àqueles que pagarem mais pela execução do serviço. Mobiliza, também, a mão-de-obra clandestina composta dos corumbas da região do Agreste, responsabilizando-se por sua volta à região de origem e por sua moradia nos engenhos. É durante a safra, no verão, quando se dá a moagem que recorre aos corumbas, como também a um maior número de trabalhadores rurais em comparação ao período da entressafra,

no inverno.

Alguns empreiteiros moram na área urbana do município em que trabalham ou em outros da região e até em Estados vizinhos. Recorrem aos cabos na tarefa de avaliar a produção dos trabalhadores, quando há um acúmulo de serviços. Recebem um percentual sobre o quantum da produção entregue à unidade produtiva e gastam cerca de dez a doze horas de trabalho, considerando-se desde o momento do recrutamento da mão-de-obra. Os contratados pela usina ganham, além da diária, um incentivo calculado de acordo com a sua produtividade de trabalho.

O empreiteiro, na grande maioria, não tem qualquer compromisso com os proprietários (*), não estabelecendo com eles qualquer ligação pessoal. Seu objetivo é sempre ganhar mais, valendo-se da exploração dos assalariados. Dessa forma, muitos têm um ajudante que se encarrega de supervisionar o andamento dos serviços a fim de que sejam concluídos com rapidez e eficácia, e de efetuar uma maior produção de cana, desde que ganha pelo percentual da produção efetuada. Procura extrair o máximo do esforço físico dos trabalhadores. Não tem com eles qualquer compromisso em relação aos direitos trabalhistas (férias, 13º salário, etc.). Em casos de acidente no trabalho, ou no percurso da propriedade, como costuma ocorrer, os clandestinos também estão isentos de qualquer amparo legal.

Outro grupo de indivíduos na organização do

(*) A relação do empreiteiro com o trabalhador é analisada por SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos. São Paulo, Duas Cidades, 1979, p.143-163.

trabalho correspondente àquele que está submetido aos agentes de controle da mão-de-obra é o composto dos executores do trabalho e da produção. Alguns integrantes deste grupo são: o cortador-de-cana, os que executam a limpa da cana, o cambiteiro, o enchedor de carro ou caminhão, as semeadeiras (*).

O cortador-de-cana, no período da moagem, tem o serviço feito com seu próprio instrumento (foice) com o qual corta, inicialmente, as palhas da cana, para, em seguida, cortar propriamente a cana rente ao solo e jogando-a a uma certa distância. Em seguida, amarra as canas em feixes, aproveitando suas próprias folhas.

O cortador-de-cana, fichado, trabalha vinculado ao cabo, em local que se costuma denominar de "o corte da fazenda". O clandestino executa também esta tarefa no "corte do empreiteiro". Trata-se de local separado dos fichados, mas, muitas vezes, em local tão próximo que permite a junção das duas categorias de trabalhadores. Os clandestinos nesse serviço são subordinados ao empreiteiro. A remuneração de ambas as categorias é fixada pela produção de serviço calculada em tonelada. Para o fichado é exigida uma quantidade diária de cana cortada para o recebimento do salário. Os trabalhadores cortam, em média 1,5 tonelada de cana por dia. A maioria dos fichados, na entressafra, tem a tarefa de tirar o excesso da palha da cana queimada e capinar o mato que cresce en-

(*) Ver SIGAUD, Lygia (1979), op.cit. anexo 1. A autora apresenta um quadro que contém alguns serviços que são mencionados neste trabalho.

tre as fileiras de cana, sendo denominado como o trabalhador da limpa da cana. A sua remuneração é efetuada através da conta quando consegue 10 braças quadradas de terreno limpo, equivalendo a uma diária do salário mínimo. O cabo orienta e controla também essa tarefa realizada, em média, quatro vezes ao ano.

Um trabalhador fichado comenta que este trabalho acarreta grande risco à saúde e está sujeito a perigos de várias naturezas: "na limpa, ficamos arriscados a perder um olho cortando a palha da cana e a uma mordida de cobra; é um serviço duro, mesmo". Utiliza oito a dez horas e, às vezes, o serviço é concluído no dia seguinte, o que leva a só ter computado um dia de trabalho e, conseqüentemente, perder o domingo remunerado.

Outro elemento de execução do trabalho no processo produtivo da cana é denominado cambiteiro. Assim chamado porque lhe cabe o serviço de "cambitar", ou seja, retirar, de onde é difícil o acesso dos caminhões ou vagões na estrada de ferro, os feixes de cana e transportá-los para a canga lha de um ou dois burros em geral deles próprios e os conduz para os pontos dos caminhões ou vagões da estrada de ferro no interior da propriedade. A sua remuneração, como trabalhador fichado, é fixada no número de viagens que realiza ou por tonelada de cana transportada. O cambiteiro é visto por seus companheiros como indivíduo "livre", de vez que não é controlado pelo cabo. Utiliza as oito horas de trabalho exigidas por lei, independente da quantidade de cana que tenha

para transportar. Ofato de muitos serem proprietários dos burros também parece imprimir-lhes essa condição de "liberdade" que lhe patenteia uma certa ascendência sobre os outros trabalhadores.

O enchedor de carros ou caminhões ou vagões, e executa o trabalho de levar os feixes de cana para o outro trabalhador que, sobre o caminhão ou vagão, desata as canas dos feixes e as arruma convenientemente no veículo. Sua remuneração é baseada na quantidade de toneladas ordenada ou de carros enchidos de cana.

Na região, esta categoria costuma ser vista pelos outros trabalhadores rurais como dotada de "inteligência" e aptidão física para suportar a tarefa que realiza. Grande parte dos que executam o serviço do enchedor de carro ou caminhão ou vagão são fichados e trabalham, muitas vezes, além das oito horas previstas pela legislação trabalhista.

Destacam-se, também, outros agentes de execução do trabalho na cultura da cana-de-açúcar. São as mulheres e as crianças que adubam a cana. A semeadeira coloca o adubo numa colher grande de alumínio, depois da mesma ter feito as cavidades na terra, em fila e com o auxílio da enxada. Cobre as cavidades com os pés e realiza o semeio. Este trabalho provoca grande desgaste físico das mulheres, ao mesmo tempo em que a reação tóxica do adubo utilizado, geralmente corrói suas roupas e a própria pele.

Muitas das mulheres e crianças são trabalhado

res fichados e recebem a remuneração calculada através da conta (*). Empregam, muitas vezes, mais de oito horas para concluir o serviço. Esta categoria encontra-se também submetida ao cabo. Observou-se um consenso na comunidade no sentido de considerar este trabalho como árduo e desgastante.

A hierarquização existente entre as diversas categorias é um fator predominante na organização do trabalho. O estabelecimento de agentes de controle e de execução resulta numa segmentação da mão-de-obra. Ao mesmo tempo, as categorias permanecem distantes uma das outras, dificultando a sua união. E, conseqüentemente, a sua organização em sindicato.

3.3. A divisão de tarefas e as operações.

No quadro a seguir, observam-se as operações realizadas nas etapas do cultivo da cana:

Etapas do cultivo da cana-de-açúcar

1	2	3	4	5
Roçagem	Encoivaração	Revolvimento	Abertura do sulco	Tratamento fitossanitá rio
6	7	8	9	10
Plantio e adubação	Cobertura do sulco	Limpa	Corte (colheita)	Transporte

(*) A conta é uma modalidade de remuneração por produção diária.

A técnica de produção da cana reúne diferentes tarefas, bem como diversas operações especializadas e restritas. A totalidade dessa produção é obtida pela união de tarefas e operações realizadas parcialmente, ou seja, cada indivíduo participando de etapas da produção. Atribui-se uma enorme variedade de tarefas, muitas vezes, diminuidoras da importância do próprio trabalho, e que visam aumentar a produtividade.

No ciclo agrícola da cana, as operações realizadas por períodos, são superpostas. Apenas a colheita é efetuada num só período do ano. Desenvolve-se, num primeiro período, o preparo do solo. São executados, ainda, a roçagem, a encoivaração, o revolvimento, a abertura do sulco, o plantio, a adubação, a cobertura do sulco, o tratamento fitossanitário, a limpa. Numa segunda fase, dá-se o corte, a colheita da cana e o seu transporte para a usina.

Apresenta-se, a seguir, uma ilustração da divisão de operações, de modo que uma complemente a outra, na fase da colheita. A cana é cortada e, só após ter sido anotada a remuneração do quantum desse serviço executado, o cambiteiro a transporta e a entrega para o enchedor de carro ou caminhão. Este, finalmente, executa a última operação da parte agrícola, carregando a cana para a usina.

Observa-se, assim, a configuração de uma divisão técnica do trabalho. Este é desenvolvido mediante uma exploração contínua da mão-de-obra, no interesse da acumulação capitalista. Nas observações que se levaram a efeito foram

encontradas situações concretas como a descrita a seguir e que comprova a exploração da mão-de-obra. Um trabalhador que executa a limpa, tendo diante de si uma área de cana para limpar e que excede a sua capacidade produtiva, recorre aos membros da família como alternativa para a conclusão deste serviço. Constatou-se que o pagamento destina-se unicamente ao trabalhador em questão, enquanto outros elementos do grupo familiar ficam isentos de qualquer remuneração. Alexandre Sgrecia, em pesquisa efetuada também na Zona da Mata Sul, constatou que o fichado recebe comumente áreas superiores à média ou conta situadas em terrenos que exigem o dispêndio de uma quantidade relativamente maior de trabalho. Esclarece que, "para tirar a conta, é frequente o trabalhador ter que prolongar a jornada de trabalho ou recorrer a membros da família. Mesmo que gaste mais de um dia, ou que o trabalho seja efetuado por mais de um trabalhador, a remuneração recebida corresponde ao salário diário de uma pessoa", SGRECIA (1981, p.118). O corte de cana absorve elevado número de mão-de-obra. Foi verificada nessa fase da produção da cana a arregimentação da mão-de-obra constituída de menores, em número elevado. Ela é arregimentada pelos empreiteiros que lhes remunera um salário inferior ao de qualquer outro trabalhador. Não está incluída, legalmente, na organização do trabalho, no entanto, contribui para aumentar a produtividade.

Na lavoura canavieira, para efetuar o corte de cana é utilizada ainda a força de trabalho composta dos aposentados. Estes se vinculam também aos empreiteiros e execu-

tam o mencionado serviço para complementação da renda gerada da sua aposentadoria. Os proprietários e os empreiteiros tornam-se isentos do pagamento dos benefícios da legislação trabalhista com a arregimentação dessa mão-de-obra, econômica - mente vantajosa. Encontraram-se, também, no corte de cana, trabalhadores fichados que, ao estarem gozando de licença médica, são atingidos pela crescente demora no recebimento da remuneração pelos dias dessa licença. Não tendo outra alternativa para sobreviverem, procuram realizar este serviço através do empreiteiro, pois, na condição de clandestinos, podem receber após a conclusão do serviço a remuneração correspondente.

As diferenciadas condições oferecidas aos trabalhadores, ao participarem da divisão de tarefas na produção da cana fazem com que fiquem divididos e, conseqüentemente, impedidos de formar uma união para lutar contra estas diferenciações. "Entre os trabalhadores clandestinos, assim como entre os fichados, são reproduzidas continuamente as condições que dificultam sua articulação como classe" SGRECIA (1981, p.122). Ao cortador de cana, principalmente ao clandestino, é oferecido a possibilidade de uma remuneração mais elevada que a do enchedor de carro ou caminhão, desde que o primeiro recebe por produção, o que não ocorre com o segundo, cujo salário é fixo, à base da diária, quando fichado.

As especializações e a aprendizagem exigidas no desempenho de determinados serviços influem na organização do trabalho. Há serviços que só podem ser executados pe-

lo trabalhador especializado. Ocorrem situações em que, quando a reduzida mão-de-obra especializada, como é o caso do cambiteiro, torna-se escassa, há um estímulo para elevar seus salários. No entanto, são poucos os trabalhadores que desempenham a tarefa de cambitar e, portanto, beneficiados com um salário superior ao dos outros trabalhadores sem qualquer especialização. Nesse caso, há uma situação no trabalho que torna uma categoria diferenciada da outra. Do mesmo modo, com o incremento do uso de insumos modernos tem sido absorvida a mão-de-obra qualificada e ajustada para o emprego de tecnologia. Apenas um pequeno percentual da mão-de-obra é qualificada e, portanto, absorvida, o que traz uma distorção na organização do trabalho agrícola.

Na agricultura em tela, os assalariados, ao participarem da divisão técnica do trabalho, são constantemente substituídos nas tarefas que realizam, de acordo com as circunstâncias e necessidades da produção:

"A gente sempre está mudando de serviço na lavoura da cana. Pode-se está hoje cortando cana, amanhã já vai ajudar o enchedor de carro. É sempre os empregados (cabos, administradores) botando a gente onde eles querem".

(Trabalhador fichado)

A manipulação dessa mão-de-obra não é satisfatória. Muitas vezes ocorre, quando ela é transferida para ou

tra tarefa, seu salário ser reduzido.

Os trabalhadores são conscientes da exploração econômica e social a que se submetem. Alguns manifestam essa consciência:

"O patrão só quer vera gente com a corda no pescoço. É sempre ganharmais às nossas custas, dando um salário pequeno para o tamanho de tarefa que, às vezes, não há quem consiga terminá-la".

(Trabalhador fichado)

As condições de existência desses assalariados revelam não existir um bem estar social e econômico do homem. Busca-se a elevação da produção e, conseqüentemente, a acumulação capitalista no campo, através da exploração dessa mão-de-obra estando em diversas condições, como se procura demonstrar, em seguida.

3.4. O trabalhador, o acesso à terra e aos direitos legais.

Na agricultura da cana há diferenciações formais entre clandestinos, fichados e clandestinos-moradores, conforme o registro de trabalho em carteira profissional. O acesso aos direitos é desigual para cada uma dessas categorias. Estes aspectos não devem ser tomados como um fator que esconda o que basicamente caracteriza estes trabalhadores: o processo de expropriação dos meios de produção de que são al

vo, a expulsão desencadeada pelos proprietários que os atin-
ge. A modernização nessa agricultura ao vir poupando a mão-
de-obra é uma das responsáveis pela expulsão do homem do cam-
po. Este é transferido para a área urbana e periferia das ci-
dades. (*)

O processo de expulsão da mão-de-obra acarrete-
tou um crescimento da população urbana em relação à rural
na Zona da Mata Úmida de Pernambuco. A tabela a seguir mos-
tra esse aumento.

Tabela 4. Zona da Mata Úmida de Pernambuco: População urbana
e rural - 1950 - 1980.

ANOS	Total		Urbana		Rural	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1950	375.485	100	93.443	25	282.043	75
1960	460.445	100	151.341	35	309.229	67
1970	528.686	100	223.582	42	302.104	58
1980	588.346	100	310.347	52	277.999	48

Fonte: IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de Per-
nambuco - 1960-1970 - Rio de Janeiro, 1971.

IBGE - Censo Demográfico de Pernambuco - 1950, Rio de
Janeiro, 1955.

IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de Per-
nambuco - 1980, Rio de Janeiro, 1981.

(*) A grande concentração demográfica na Zona da Mata de Per-
nambuco se dá em decorrência da tendência observada nas duas
últimas décadas, da migração para as áreas próximas ao lito-
ral e mais particularmente para a cidade do Recife. SAMPAIO
I e FERREIRA O Emprego e a Pobreza Rural. Recife, Universida-
de Federal de Pernambuco, PIMES, 1978. p.55-56.

A intensidade da proletarização do trabalhador rural, para atender ao desenvolvimento da acumulação do capital, acarreta, ainda, novas formas de vida e de costumes no meio urbano, que recebe esse contingente de homens, tendo como morada as favelas que passam ali a surgir.

Constatou-se, no município onde foi efetuada a pesquisa, que os trabalhadores rurais são expulsos da terra como se fossem intrusos. Eles ficam, em alguns casos, agrupados próximos às propriedades, sem direito a morar e explorar a terra. Ergue-se, pois, uma barreira entre o trabalhador e a terra.

Alguns moradores (*) como são denominados no município, das propriedades e, principalmente, das particulares, de acordo com a vontade dos seus proprietários, têm uma pequena disponibilidade de terra para o cultivo próprio e o da família. Mas, em geral, a utilização desse meio de produção não é muito fácil. A meta para atingir o aumento da produção da cana leva os proprietários a absorverem as melhores terras para o seu cultivo. Dessa forma, aquelas terras designadas para os trabalhadores, em geral, localizam-se em locais que dificultam o seu cultivo, por serem de qualidade inferior, como também por se encontrarem distantes

(*) Aqui considera-se morador, aquele que apenas reside na propriedade, sem no entanto, encontrar-se dentro das características que determinam na década de 40 e 50 a condição dessa categoria.

das suas casas.

Os moradores nos engenhos da usina não têm total permissão de usar a terra para o cultivo próprio e o da família, embora existam no Estatuto da Lavoura Canavieira, os artigos 5 (cinco) e 7 (sete) que estabelecem: "concessão, a título gratuito, de área de terra suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família", o que não vem sendo aplicado também nas outras propriedades em geral. Muitos trabalhadores declaram existir no engenho cana plantada, como se constatou, até ao redor das suas casas, não sobrando espaço para o cultivo próprio de subsistência. A lei nº 57.020, conhecida pelos trabalhadores como Lei do Sítio, ou seja, Lei dos Dois Hectares, não vem sendo também cumprida. Alguns demonstraram o desejo de deixar de fazer uso da terra, receosos de dispensa do emprego, caso insistam no cultivo de lavouras de subsistência nas terras desses engenhos. Esta precaução é incutida em decorrência deles viverem se deparando com administradores destruindo com trator suas lavouras, sem indenização pelos prejuízos causados.

Verificam-se tensões sociais entre os trabalhadores rurais em relação ao acesso da terra. Uma dessas situações que envolvem os trabalhadores ligados ao PROTERRA (*) é relatada a seguir: em 1974, quando a estes trabalhadores foi vedado o acesso à terra, sendo transformados de empregados da usina em sub-empregados dos parceiros, só um reduzido número foi bene-

(*) O PROTERRA - Programa de Distribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste foi criado em 1971.

ficiado com o referido Programa. Uma observação nesse sentido pode ser constatada através de ofício do presidente do sindicato pesquisado, dirigido ao Delegado Regional do Trabalho, em 1 de março de 1974, e que denuncia terem sido beneficiados com o PROTERRA apenas três trabalhadores rurais enquanto os demais não foram identificados como trabalhadores com direitos às parcelas. Observa-se que a proletarização é um fato nesse município. A luta pelo acesso à terra, às vezes, assume um caráter institucionalizado, como demonstra a atitude descrita, a seguir, do presidente sindical. Este, reivindica a terra para os trabalhadores através de instrumentos da burocracia como ofícios.

A questão do acesso à terra pelo trabalhador rural se relaciona também ao do acesso aos direitos legais e ao trabalho que se desenvolvem na agricultura. Foi verificado que, em determinadas épocas do ano, como a do plantio e da colheita, são utilizados, intensamente, os trabalhadores fichados, bem como grande parte de outras categorias, sobretudo, os clandestinos. Na limpa, são dispensados muitos desses trabalhadores das propriedades, principalmente para evitar de ocuparem as áreas dos engenhos com atividades agrícolas próprias e de terem que beneficiá-los com os direitos legais.

O acesso à terra e aos direitos dos trabalhadores é prejudicado para poder dar lugar a ampliação da plantação de cana nessas áreas, aumentando, assim, a capacidade produtiva dos engenhos. Por outro lado, os trabalhadores a-

firmam que são levados a deixar as propriedades em virtude' da desigualdade de remuneração existente. Esses mecanismos' dos empregadores, além de impedir a fixação do homem à propriedade por muito tempo, provocam uma instabilidade em relação ao pagamento dos seus direitos.

Moacir Palmeira destaca, como mecanismo utilizado pelos proprietários para forçar os trabalhadores a abandonarem o engenho, "o corte do sítio", a manipulação da concessão da casa para morar, a despedida "por falta", a "marcação no trabalho". Cada um destes mecanismos pode ser manipulado de várias formas. As melhores condições de trabalho oferecidas aos clandestinos tornaram-se, também, um estímulo à sua saída. Também, segundo ele, estes recursos passaram a ser utilizados com maior intensidade após o golpe de 64, acentuando substancialmente o processo de expulsão (cf. PALMEIRA M. apud SGRECIA (1981, p.109-110).

Muitos trabalhadores declararam que eles sendo clandestinos, têm uma remuneração maior do que na condição de fichados e melhores condições de trabalho, bem como afirmaram que os fichados, não recebiam alguns dos seus direitos trabalhistas com regularidade:

"O clandestino tá melhor. Eu era fichado e deixei a ficha porque trabalho o ano todo sem receber o décimo".

(Trabalhador clandestino)

"Me acidentei três vezes sem receber o aci

dente. Do jeito que estão as coisas ser clandestino é melhor. Ele chega aqui , uma cana boa é ele que tira e o fichado vai tirar o resto, que não presta".

(Trabalhador fichado)

"O fichado bate, bate para ganhar um salário, uma besteira, Nós ganhamos mais!"

(Trabalhador clandestino)

"O fichado não recebe os direitos regularmente e assim não compensa".

(Trabalhador fichado)

Esta situação reflete o grau de exploração econômica da mão-de-obra pelos empregadores ao procurarem se livrar do cumprimento total das obrigações trabalhistas.

A escolha do local de trabalho e com o empregado que desejar, é uma constante na representação das condições de existência dos clandestinos:

"O clandestino não tem paradeiro. Ele hoje trabalha aqui, amanhã ali. Não se prende a ninguém".

(Trabalhador clandestino)

Esta situação traduz a autonomia do clandestino, em lugar de se submeter às exigências feitas ao tra -

balhador fichado, principalmente se ele mora na propriedade.

O não cumprimento dos direitos trabalhistas foi sempre ressaltado pelos entrevistados. Os fichados, referindo-se aos direitos (13º salário e férias, etc.), fazem comparações entre o seu recebimento das propriedades particulares e das usinas. Detectaram-se comentários como estes:

"A usina é matadora de serviço mas, férias, 13º (salário), feriado, ela paga certo. Tem muita diferença do engenho particular".

(Fichado do engenho da Usina)

"Com toda a ruindade eu quero a empresa (usina) porque ela paga certo, o particular (engenho) não. Quando chega a festa, ele só paga o 13º em janeiro".

(Fichado do engenho particular)

Aqueles que prestam serviços nos engenhos particulares são os mais atingidos por irregularidades no cumprimento dos direitos previstos na legislação trabalhista. Observem-se, ainda, os depoimentos de trabalhadores fichados dessas propriedades:

"Agora só tem férias quem trabalha o ano todo. Eu nunca mais peguei férias".

"Recebo férias, mas não completas, porque às vezes a gente não tem condição de trabalhar o ano todo, devido alguma doença, uma

chuva que atrapalha a ir para o campo".

"Dentro de oito anos, recebi três férias".

Com relação ao pagamento do salário muitos fichados declararam dessa maneira:

"Tem gente que não recebeu todo 13º, muitos só receberam a metade do 10º".

Conscientes da necessidade de terem o mínimo necessário para se reproduzirem através do acesso aos direitos, alguns fichados revelaram compreender a sonegação dos direitos como um comportamento ilegítimo dos proprietários:

"Os patrões sabem que têm de pagar a mínima obrigação, mas eles não cumprem mesmo sabendo que podem ser notificados pelo Ministério do Trabalho".

(Fichado, de engenho particular)

A manutenção de mão-de-obra não registrada foi constatada pela pesquisa. Os clandestinos, que se enquadram nessa categoria de trabalho e não têm acesso aos direitos, são considerados "desempregados institucionais perante a lei trabalhista". (*). A legislação que regulamenta as relações de trabalho na agricultura não favorece a categoria dos clandestinos. Enquanto o Decreto-Lei nº 6969, de 11 de outubro de 1944, conceitua o trabalhador rural como sendo "aquele

(*) Expressão do próprio Ministério do Trabalho, cf. Maria Luiza Rolim, em Diário de Pernambuco de 15/07/70.

que presta os seus serviços (...) em caráter permanente, periódico ou transitório", a Lei 5889 de 8 de julho de 1973 , que revoga a Lei nº 4214 de março de 1963 (ETR), define o empregado rural como "toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviço não eventual a empregadores rurais, sob a dependência deste e mediante salário". Esta modificação trouxe ao empregador a desobrigação do cumprimento da legislação trabalhista em relação ao clandestino. Este trabalhador não tem, portanto, garantias que o proteja, além de ser impedido de se fixar na terra, uma vez que mora no perímetro urbano.

Atualmente, o clandestino-morador nos engenhos se encontra em condições semelhantes a dos clandestinos. Tem que executar as tarefas nas propriedades, no entanto, sem qualquer registro profissional ou vínculo empregatício. Sua remuneração é paga apenas pela produção executada, semanalmente, estando incluída numa folha de pagamento suplementar dos engenhos. Encontram-se trabalhadores nas condições apontadas residindo até há dez anos em galpões existentes nas propriedades.

A legislação trabalhista para o campo contribui para desenvolver a acumulação capitalista, em detrimento de uma relação de trabalho regular, desde que não é estendida a todas as categorias. A utilização de uma mão-de obra não contratada legalmente, além de promover essa acumulação, diminui os custos da produção.

Na Zona da Mata, a maioria dos clandestinos

já teve um contrato regular de trabalho, como fichados. Tornaram-se clandestinos quando expulsos dos engenhos e passaram a morar na "rua" (*). Durante o trabalho de campo muitos clandestinos se referiram "ter deixado a ficha", ou seja, abandonaram seu contrato legal de trabalho, principalmente após a saída de Miguel Arraes do governo de Pernambuco, justificando, assim, esta saída:

"Depois que ele saiu do poder aí os cabras acocharam a rosca aqui no campo. O gerente' dessa empresa dizia: dá trezentas braças que eu quero ver gente ir se embora daqui. Agora, ir se embora sem direito a nada. Aí, no governo do seu Castelo Branco, o usineiro disse, é aqui. Acochou até morrer de tanto serviço. O povo não aguentava e preferiu sair das propriedades e a viver como clandestino".

(Trabalhador fichado)

"Devido aos acochos que houve depois de Arraes o cabra gastava dois dias para terminar o serviço, não queriam pagar por hora de trabalho. Muitos criaram medo e largaram a ficha".

(Trabalhador clandestino)

(*) Ver a respeito da expulsão do trabalhador das propriedades da Zona da Mata em, SIGAUD(1979)op.cit. p.33-37.

A intensidade do trabalho dessa categoria é a acompanhada de certa irregularidade em relação aos direitos' trabalhistas. O cumprimento dos direitos, reconhecidos no governo de Arraes, foi diminuindo no período seguinte. A conscientização dos direitos do trabalhador, na época posterior a este governo, não é totalmente desenvolvida. Durante a pesquisa constatou-se que esta situação se modifica, como demonstram as entrevistas apresentadas no decorrer desse trabalho.

3.5. As relações de trabalho e a emergência de conflitos.

As relações de trabalho assalariado na lavoura da cana se desenvolvem entre o trabalhador fichado e os proprietários, os clandestinos e os empreiteiros e os clandestinos-moradores e os proprietários ou empreiteiros. Distinguem-se pelos diversos tipos de estabelecimento de relações contratuais daqueles que moram na propriedade e os que residem fora dela.

As diferenciadas condições em que os assalariados se encontram para desenvolver o trabalho, vêm provocando conflitos entre eles e aqueles que os controlam. Os fi-chados, que moram na propriedade, têm que fazer os serviços, muitas vezes impostos pelos cabos e administradores, e ainda são obrigados a outros que não são estipulados em contrato legal. Dá-se, assim, um aumento da intensidade do trabalho. Estes trabalhadores têm que cumprir um quantum fixado' para uma jornada, não devendo, inclusive, exceder a jornada,

que equivale a oito horas de trabalho.

Muitas vezes ocorre que, quando estes trabalhadores são designados pelos cabos para executarem um quantum de tarefas que não corresponde ao estipulado na tabela elaborada em 1979 pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e aprovada pela categoria dos patrões, eles se recusam a cumpri-las. Verificou-se que estes trabalhadores vêm ao sindicato, em favor da sua defesa e, revelam, a condição em que se encontram:

"Nós não aguentamos as braçagens de serviço. Não dá tempo para trabalhar em casa, enfiado. E, ainda fica serviço para terminar' no outro dia".

(Trabalhador fichado e engenho da usina).

Uma mulher declarou:

"Nós semeia mil e seiscentas braças (*) de terra na colher. Começa o serviço de seis, sete horas e termina no final da tarde. A tabela reza pra semear quatrocentas braças, mas os empregados (cabos) obrigam a gente a fazer 1.600 braças e toda vez a usina engole três salários".

(Trabalhadora fichada de engenho da usina)

.(*) A braça é uma medida de comprimento utilizada para avaliar a extensão da terra, equivalente a 1,10 m.

Esta condição resulta no aumento da jornada de trabalho. O cumprimento irregular da tabela de serviços visa intensificar a produtividade do trabalho.

Os trabalhadores, prejudicados pelo regime de trabalho que lhes é imposto, referem-se à classe patronal como se observa no depoimento a seguir:

"Os homens sô querem ver a gente na força .

São eles que mandam os cabos roubarem nas braças de terra limpa, nas toneladas de canas cortadas. Saem sempre ganhando às custas d'agente".

(Fichado de engenho particular)

Os assalariados se apresentam conscientes da distribuição desigual do resultado do seu trabalho e de que há uma ampliação da quantidade do seu trabalho excedente apropriado pelos proprietários. Ao lutarem face às condições de exploração social e econômica, contribuem para elevar o grau de conflitos entre eles e os proprietários. Estas condições descritas por muitos trabalhadores foram também observadas. Constatou-se, ainda, que muitos serviços, principalmente no inverno, exigem o máximo da força física do trabalhador. Tais serviços são remunerados, em geral, por meio da diária que é calculada sobre o salário e aqueles que não concluí-los ficam impedidos da remuneração correspondente.

Muitas vezes a energia física do trabalhador só permite terminar as tarefas exigidas no dia seguinte. Contribuem, também, para que isto ocorra, as dificuldades impostas como as chuvas existentes. Dessa forma, ele é remunerado apenas por um dia de trabalho, prejudicado no cálculo dos seis dias regulares da semana, bem como no próprio montante dos salários e férias regulamentares. Alguns depoimentos de trabalhadores fichados confirmam a asserção anterior, como a de uma mulher que declarou:

"O salário é para matar a gente. Temos de trabalhar de cinco até três horas da tarde sem parar e, muitas vezes, não fazemos o salário naquele dia. No inverno, a coisa é feia".

(Fichada de engenho arrendado a terceiros)

Algumas mulheres fichadas afirmaram que, ao perceberem a dificuldade para poder fazer o salário com o quantum de serviços que lhes é conferido, além do que a sua capacidade física permite, recusam executá-los aos agentes de controle da mão-de-obra, e procuram outros serviços com o administrador da propriedade. A recusa ao serviço resulta, muitas vezes, em conflitos de trabalho, provocando, também, a dispensa do trabalhador da propriedade:

"Saí do engenho porque o cabo exigiu que eu fizesse um serviço que eu não sabia. Fui brigar com ele e terminei sendo bota-

da no olho da rua".

(Fichada de engenho arrendado a terceiros)

Estas atitudes dos agentes de controle da mão-de-obra são geradas, muitas vezes, como meio para os patrões ficarem livres das obrigações trabalhistas e acarretam situações em que o fichado se transforma em clandestino.

Outros fatores provocam tensões sociais, quando os cabos, avaliam irregularmente as tarefas realizadas pelos fichados. Muitas vezes, os trabalhadores atingidos por essas irregularidades se transferem para outras propriedades rurais. Isto acarreta uma defasagem entre a mão-de-obra e as necessidades da produção, principalmente quando é período de safra, que exige um maior número de trabalhadores.

Outras situações que envolvem conflitos são salientadas no depoimento de alguns cabos. Para atender aos requisitos da produção, geralmente eles ultrapassam as oito horas previstas na legislação trabalhista, no exercício de suas funções. Muitos cabos, conhecedores que são da Legislação Trabalhista, e com uma conscientização dos seus direitos, observam irregularidades advindas das relações de trabalho.

Assim se expressou um desses trabalhadores rurais:

"Damos mais de dez horas de serviço à usina, ao dia, e ela só paga hora-extra se passarmos duas horas a mais daquelas dez".

(Trabalhador fichado de engenho da usina)

Outro cabo comentou ainda a este respeito:

"Temos a obrigação de trabalhar de cinco horas da manhã até quatro, cinco da tarde, sem receber hora-extra. Quando eles (administradores) puxam muito pela gente, o jeito é ir para outro engenho".

(Trabalhador fichado de engenho da usina)

É comum os cabos, quando não suportam as condições de trabalho de um engenho, se transferirem para outras propriedades, até mesmo deixando de exercer a mesma função. Isto corresponde, pois, a um rebaixamento de sua posição, o que provoca, por outro lado, uma desorganização do trabalho.

Alexandre Sgrecia aponta a situação anteriormente descrita, considerando-a uma forma do trabalhador rural opor resistência aos processos de exploração econômica a que estão submetidos. As atitudes dos trabalhadores constituem-se de atos isolados, SGRECIA (1981) op. cit. p.126-127).

Outras condições nas relações de trabalho foram mencionadas pelos trabalhadores fichados. Trata-se da sua participação compulsória em regime de trabalho denominado, na região, de agrupado. Este regime é imposto pela empresa que desloca, a partir das cinco horas da manhã, os trabalhadores residentes nos seus engenhos para executarem serviços em outras propriedades. Sua locomoção é realizada através de caminhões, que também servem para o transporte de car

gas, conduzindo até cento e vinte trabalhadores com suas foices e enxadas, percorrendo uma distância de quinze a trinta quilômetros e, às vezes, até mais. Havendo necessidade de serviço nos engenhos próximos, estes trabalhadores se dirigem a pé. Em geral, os que se deslocam de caminhão, sem nenhum alimento, são obrigados a esperar por esta condução de volta ao engenho onde residem, até às vinte horas. Os fichados obrigados a participar do agrupado se deparam com situações como, ao chegarem na propriedade, muitas vezes, ainda falta organizar o serviço que irão executar, podendo o mesmo faltar para alguns, caso em que não recebem o dia de trabalho. Esta categoria gasta mais de oito horas neste regime de trabalho, percebendo somente uma diária do salário mínimo, que corresponde à sua produção. Assim sendo, o agrupado se refere a uma forma de arregimentação de mão-de-obra, numa situação em que ela é tratada como se fosse gado, levada de um lado para outro sem qualquer preocupação com sua condição humana. Constitui-se, também, numa forma de tornar o trabalhador cada vez mais impossibilitado de possuir e cultivar a terra para sua sobrevivência, provocando situações como a descrita pelos fichados e apresentada a seguir:

"O agrupado prejudica o plantio. A gente chega pela noite, cansado, não tem coragem de plantar. É por isso que nem falam (os patrões) em dá terra pra gente".

"Das três horas da madrugada começam os em-

pregados a pegar o povo e levar para outros engenhos. Passam gritando e apitando' os caminhões e não dá tempo nem de esperar e terminar o café, senão perde a condução' e fica sem o ganho naquele dia. O patrão disse que se perder o agrupado tem três dias de suspensão".

"As vezes perdemos o agrupado porque os empregados (cabos) não vêm buscar a gente e, nesse dia, não aponta nosso serviço".

O agrupado, além de visar o aumento da intensidade do trabalho, provoca, também, situações envolvidas de tensões. Os assalariados têm consciência da condição de exploração em que se encontram, ao fazer parte desse regime de trabalho. Revelam essa consciência:

"Esse agrupado é para matar a gente. Agora acharam pouco, estão fazendo muita gente ' ir a pé para os engenhos e não ganhamos nada com isso".

Muitos fichados dessa usina vinham rescindindo o contrato de trabalho e transferindo-se para os engenhos ' particulares ou transformando-se em clandestinos. Esta constatação é feita através de relatório da "Comissão de Sincronização" do Sindicato de Trabalhadores Rurais, elaborado em 1977.

Verificou-se um número elevado de documentos '

no sindicato como, por exemplo, o referente ao desligamento do trabalhador da usina, na maioria das vezes, após dois a três anos de serviços prestados a essa empresa. O referido documento de 1977, denominado: "Termo de Assistência ao Pedido de Demissão", contém a justificativa da saída dos empregados da usina, devido à imposição no regime de trabalho descrito.

Entrevistas realizadas com alguns integrantes dos engenhos particulares, ex-empregados da usina, dão conta de suas atitudes em relação ao agrupado, demonstrando insatisfação com esse regime de trabalho. Encontram-se afirmativas como estas:

"Saí da usina por causa desse tal de agrupado; a gente é fichado num lugar, mas trabalha no outro; é mesmo que ficar clandestino, perambulando pelo meio do mundo".

"Saí da usina porque não aguentei ter que passar todo o dia fora para ganhar o mesmo salário e ainda arriscado a morrer com as correrias dos motoristas dos caminhões".

As tensões provocadas pela participação compulsória no agrupado, geram conflitos que se explicitam em questões trabalhistas, relativas à cobrança de horas extras, equivalentes ao período em que o trabalhador permanece à espera da condução e ao percurso realizado, e que ul

trapassam, as oito horas de trabalho (*). Esta situação reflete, assim, a emergência de conflitos agudos no campo, resultantes da conscientização das condições de exploração dos trabalhadores (**).

Os conflitos de trabalho atingem, também os clandestinos-moradores nos engenhos da usina, pela participação obrigatória no sistema do agrupado. Torna-se difícil, no entanto, para estes trabalhadores, exigirem horas-extras de trabalho como fazem os fichados, já que não são empregados normalmente registrados.

A imposição feita aos trabalhadores rurais no sentido de mudá-los constantemente de suas funções na agricultura da cana acarreta, também, tensões sociais.

Existe um consenso nas propriedades rurais de que todo o trabalhador deve estar apto a desenvolver qualquer tarefa que lhe é destinada. As mudanças de funções se dão no caso do trabalhador não dispor de qualquer especialização como, por exemplo, o limpador de mato, designado para executar o serviço de cambiteiro, o que requer qualificação. Nesse

(*) A análise relativa à reivindicação de horas - extras de trabalho, pelo agrupado, é efetuada especialmente no item 4. 4. deste trabalho: "As Reivindicações e o Atendimento".

(**) SGRECIA (1981) op.cit. p.218-220, descreve também o regime de trabalho denominado agrupado, pelos trabalhadores que o consideram um deslocamento entre as propriedades. Apon- ta, também, que este termo é utilizado pelo trabalhador para denominar a reivindicação por hora-extra.

sentido, o trabalhador tem que adquirir um aprendizado e gasta algum tempo o que, por sua vez, prejudica sua remuneração, principalmente se o serviço é pago por produção. A passagem de um trabalhador qualificado, como o cortador de cana, para o serviço de limpa de mato, por exemplo, traz-lhe prejuízo, pois precisa de algum tempo para familiarizar-se com o mesmo, principalmente quando nunca o executou. Essas mudanças de funções constituem uma forma de interferir na organização do trabalho e, muitas vezes, acarretam situações como a descrita por um fichado:

"Teve uma semana que passei dez dias parado, porque não sabia o serviço de corte de cana e fui obrigado a fazê-lo. Aí, fiquei sem ganhar".

A freqüência dessa imposição aos trabalhadores fichados tem gerado atritos com cabos e administradores nos engenhos. Quando esses trabalhadores não conseguem soluções para os atritos, geralmente recorrem à justiça. E, na maioria das vezes, insatisfeitos, chegam à rescisão dos contratos de trabalho.

Percebe-se uma grande exploração da força de trabalho, manipulada de acordo com as necessidades de desenvolvimento da produção da cana.

Manusearam-se processos trabalhistas no sindicato, como o apresentado por seu presidente, a partir das queixas das mulheres e que tem o seguinte conteúdo: referem-

-se à quantidade de tarefas superiores às daquelas da tabela da Convenção de 1979. Encontra-se ainda formulado que "as mulheres semearão adubo, 1.000 cubos, quando na tabela determina apenas 300. Tendo em vista a falta de prática nesse tipo de serviço, essas mulheres não puderam executar totalmente as tarefas e foram colocadas, como castigo, no corte de cana. Solicitam, pois, uma equiparação salarial". Como se vê, o próprio trabalho aparece organizado de forma a levar o trabalhador a não ter direito ao que faz jus.

Outras irregularidades nas relações de trabalho que envolvem os fichados têm provocado conflitos, tais como o atraso, ou não pagamento pelo direito ao dia de repouso remunerado. Essa situação foi comprovada pela pesquisa de campo. Muitos trabalhadores de engenhos da usina, arrendados a terceiros, mencionaram encontrarem-se executando serviços como o do corte de cana, durante os sete dias da semana, sem perceber o salário correspondente ao domingo, ou seja, o repouso remunerado. Isto tem levado os trabalhadores a transferirem-se para os centros urbanos ou para a periferia das cidades da Zona da Mata, sujeitando-se ao desemprego sazonal.

O acúmulo de conflitos de trabalho é gerado pela conscientização dos direitos dos trabalhadores rurais.

Os fichados referiram-se, também, às tensões que os envolvem em relações de trabalho quando os proprietários ou seus representantes interrompem o corte da cana efetuado por esses trabalhadores para que seja realizado pelos

clandestinos. Isto permite aos clandestinos realizarem, muitas vezes, as tarefas em locais que facilitam concluí-las mais rapidamente e dispendendo menos energia física. Contribui, assim, para que esses trabalhadores tenham condições de uma remuneração mais elevada que a do fichado, já que lhes é dada a possibilidade de escolha do local de trabalho e de realizar a produção que deseja, em troca do não recebimento dos direitos trabalhistas.

O fato dos fichados serem obrigados a cortar a cana crua, e que a palha não foi queimada anteriormente, enquanto os clandestinos não se submetem a estas condições e, portanto, podem concluir a tarefa mais rápido, provoca insatisfações.

As diferenciadas condições de trabalho entre os assalariados geram uma competição social e tensões nas relações de trabalho.

Os clandestinos, por terem condições de trabalho muitas vezes melhores que as do fichados, são vistos por estes como um entrave à reprodução de sua força de trabalho. Comenta um fichado:

"Os clandestinos é um atraso nas nossas vidas, não melhoramos por causa desse pessoal que ainda está clandestino, porque tudo que é serviço beneficiado é pra eles: é um terreno melhor onde cortar cana, é poder ganhar mais que nós, fazer uma produção

maior. Se todos fossem fichados não tínhamos que pegar no trabalho dos clandestinos e aí ganhava-se tudo a mesma coisa".

Os fichados, obrigados a concluir o corte da cana iniciado pelos clandestinos, em locais de péssimas condições, são levados a dispendar grande esforço físico, utilizando bastante tempo. Isto prejudica a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a sua remuneração. Por outro lado, provoca situações conflitantes entre as duas categorias.

Os trabalhadores clandestinos, clandestinos-moradores e fichados, separados por diferenciadas condições de trabalho, não conseguem desenvolver uma identidade grupal. Os proprietários rurais, por sua vez, utilizam-se dessa situação e, ainda, a estimulam a fim de impor sua denominação sobre estes trabalhadores.

As relações de trabalho que envolvem também os clandestinos têm as seguintes dimensões: alguns deles trabalham na "fazenda" próxima à área urbana do município. Vão a pé do lugar em que moram para o do trabalho. São contratados verbalmente quando se apresentam diretamente aos proprietários. Ali, executam serviços por meses, semanas ou dias, sendo remunerados por tarefa executada, geralmente, de acordo com a produção efetuada. A jornada de trabalho imposta ao clandestino é em média de dez horas por dia, não sendo incluído o tempo que ele gasta na locomoção de ida e volta.

ta ao trabalho.

Os clandestinos descreveram a sua participação nos chamados "leilões de mão-de-obra", para executarem o cor-te-de-cana, conforme declarou um deles:

"Das três horas da madrugada começam a encostar nos pontos, como os da saída da cidade os empreiteiros oferecendo preços pelos serviços daquele dia. Em pouco tempo resolvemos com quem trabalhar e subimos no caminhão com nossas foices, enxadas e machados".

Constituem estes trabalhadores um "exército industrial de reserva", uma população numericamente superior às necessidades imediatas do processo produtivo e que atua por baixar o preço da força de trabalho. Esta mão-de-obra, sendo arregimentada em função do pico da produção, que ocorre durante a moagem - no verão - safra, encontra-se, geralmente, subempregada durante os outros períodos.

Maria Conceição D'Incao, ao analisar este aspecto, afirma:

"O boia-fria (clandestino) enquanto componente das fileiras dos ofertantes da força de trabalho, enquanto membro da superpopulação ativa é afirmadora do sistema. A forma pela qual o seu trabalho se realiza no campo é em decorrência da existência deste ex

cedente da oferta de força de trabalho, em relação à demanda. A possibilidade de contar com um tipo de trabalhador (boia-fria) que, recebendo por tarefa ou por dia, e trabalhando num ritmo irregular, favorece os interesses do empregador, existe, em última análise, como decorrência da superabundância de mão-de-obra" D'INCAO (1976, p.87).

Os clandestinos necessitam ganhar no verão o suficiente para sobreviver na entressafra - inverno - com as poucas oportunidades de trabalho que este período lhes oferece:

"Pior é no inverno, quando a gente se vê com a corda no pescoço, porque os empregados não dão serviço. E, quando dão, é sem condução".

(Trabalhador clandestino)

Um pequeno número de clandestinos continua trabalhando na propriedade, no inverno, e em condições deficientes como a descrita anteriormente.

Muitos clandestinos, diante da escassez de trabalho na cana durante o inverno, sobrevivem da venda de peixe e, alguns, se engajam na cultura do côco.

As condições oferecidas aos clandestinos no verão, foram, também, mencionadas por eles, como demonstra o

depoimento a seguir:

"Sempre não há certeza do valor da remuneração que se deverá perceber pelo serviço executado. Esta depende da avaliação do empreiteiro, no momento da conclusão do serviço, e, muitas vezes, ela é irregular".

Nas entrevistas com alguns clandestinos notou-se que esses trabalhadores têm um salário de certa forma, maior queo dos fichadós, levando-se a preferirem a sua condição:

"O preço da cana paga ao clandestino é maior que a do fichado e por isso ele pode ganhar mais.É só produzir mais".

(Trabalhador clandestino)

O salário dos clandestinos é maior apenas aparentemente, levando-se em consideração que só têm condições de serem remunerados, mais frequentemente, no verão. Mesmo nesse período, ocorrem situações que não lhe são favoráveis; por outro lado, podem acarretar conflitos, como descreveu um clandestino:

"Acontece de no fim da moagem, a gente chegar na propriedade e a quantidade de cana para ser cortada é pouquinha. Aí voltamos e perdemos o ganho daquele dia. Muitos têm até brigado com os empreiteiros, exigindo-lhes que recompense aquele dia perdido. Por

culpa alheia à nossa vontade, não queremos ficar prejudicados".

A desorganização do trabalho, como se referiu um entrevistado, além de atingir diretamente o trabalhador, levando-o a enfrentar tensões com os empreiteiros, ainda prejudica sua produtividade.

Os clandestinos, em condições distintas das dos fichados, na organização do trabalho, são também envolvidos em outras situações. Geralmente, quando o empreiteiro não paga corretamente pelos serviços que executam, esses são cobrados verbalmente. A maioria deles revelou que, "embora tendo consciência de que está sendo explorado não quer, contudo, entrar em atritos com estes empreiteiros, pois, depende deles para sobreviver". A falta de um trabalho fixo e regular leva esses trabalhadores a aceitarem as condições impostas por esses arregimentadores de mão-de-obra. Não há um compromisso de que o clandestino permaneça ligado ao mesmo empreiteiro. Muitos daqueles que se vêm prejudicados pela irregularidade do pagamento da remuneração a que fazem jus e não tendo meio de recuperá-la preferem, então, mudar de empreiteiro.

Há, no entanto, alguns clandestinos que, ao serem atingidos por esta irregularidade, chegam a entrar em atritos com os empreiteiros, por eles não registrarem o trabalho realizado. Esta situação tem levado o sindicato a induzir o clandestino, principalmente o clandestino-morador, de alguma forma, a exigir que o empreiteiro comprove os dias que trabalha, seja através de uma declaração da

execução da tarefa diária, seja através do registro diário da contribuição sindical que ele paga ao empregado pela tarefa que executa.

Percebem-se, assim, formas de exploração do trabalhador clandestino, provocando insatisfações que foram observadas nas reivindicações promovidas por esses trabalhadores.

Procurou-se descrever a organização do trabalho e a representação das condições de existência dos assalariados da cana, que revelaram uma consciência social a partir da sua visão de mundo.

O sindicato percebe as condições de existência dos assalariados, expressa através de uma consciência social? É o porta-voz dessa consciência? Uma constatação ' nesse sentido foi realizada a partir da análise das reivindicações dos trabalhadores, das lutas promovidas e da ação dessa organização face às relações de trabalho. No sindicato, há uma institucionalização dos conflitos que se desenvolvem nas relações de trabalho. Estes aspectos serão abordados no capítulo que se segue.

4. A ATUAÇÃO SINDICAL

4.1. As relações de trabalho, os conflitos e a atuação sindical.

Na análise da atuação sindical, procura-se, inicialmente, demonstrar como esta atuação se dá ao nível das relações de trabalho, dos conflitos que se desenvolvem nessas relações.

A ligação entre os proprietários, seus intermediários e os assalariados, se dá através de vínculos contratuais de trabalho. O sindicato atua face a esta realidade, de forma diversificada, ou seja, de acordo com as peculiaridades das diferentes categorias de trabalhadores rurais e em relação aos diversos conflitos que estas categorias enfrentam.

O sindicato, como agente vivo das contradições do sistema capitalista de produção, tem um papel contraditório. Esta entidade desenvolve uma atividade política que atinge as relações de trabalho, mantém um controle social sobre

as categorias de trabalhadores, estando submetida ao sistema de poder. Os conflitos existentes nas relações de trabalho, as reivindicações da categoria dos trabalhadores rurais, são institucionalizadas através do sindicato. A realização das reivindicações advém da consciência do trabalhador das suas condições. Há uma acomodação do sindicato ao nível do sistema de poder. Esta organização defende os assalariados da exploração a que se submetem, vinculados aos proprietários e intermediários deles, dentro dos limites que o sistema de poder permite. O sindicato situado, pois, no âmago do conflito capital x trabalho, atrelado ao estado capista, não impede esta oposição. Desenvolve uma luta pela regularização profissional das categorias, significando, de certa maneira, uma busca na alteração da relação entre patrões e empregados. Isto não seria uma demonstração da negação às condições impostas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo? Verifica-se esta atuação, quando os proprietários esquivam-se do pagamento das obrigações trabalhistas e promovem a intensidade do trabalho, oferecendo condições distintas para o desempenho das tarefas dos assalariados, de forma a que eles atinjam uma maior produtividade, em troca de sua exploração.

O presidente sindical, ao atuar no nível das relações de trabalho, tentando diminuir a exploração dos assalariados, tem adotado medidas que procuram atingir, também, os intermediários dos patrões, ou seja, os empreiteiros. Geralmente, os empreiteiros não comparecem à entidade,

quando chamados pelo presidente do sindicato para resolverem problemas que afetam os clandestinos. Então, este dirigente envia ofícios aos mesmos. Pesquisou-se um desses documentos dirigido pelo presidente sindical a um empreiteiro, em 1975. O seu conteúdo refere-se à solicitação da regularização dos trabalhadores com o sindicato, assim como no INAMPS, caso contrário o faz ciente de que só poderá empreitar regularizando o trabalhador no Ministério do Trabalho. A liderança sindical enfrenta dificuldades para representar os clandestinos e se depara com as manobras dos empreiteiros ao oferecer àqueles que arregimentam alguma condição como força de trabalho, embora por um certo período, pagando salários mais elevados que o mínimo estabelecido, sem cumprir com os direitos trabalhistas. Isto faz com que as relações de trabalho permaneçam irregulares. O sindicato, ao mesmo tempo, vem lutando pela extinção do trabalho de empreitar, acelerado após a aplicação do dispositivo que regulariza as relações de trabalho no campo, o Estatuto do Trabalhador Rural - ETR, não conseguindo satisfatoriamente. (*) Ao mesmo tempo, constatou-se que a Lei 5.889, que substitui o ETR, é absorvida pelo presidente sindical, ao empreender uma luta para atingir o cumprimento de algumas de suas cláusulas. Esta legislação trabalhista funciona como um meio de formalizar a dicotomia capital x trabalho, e de evitar que

(*) Ver a respeito do ETR o trabalho: FERRANTE, Vera. O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: Ideologia e Realidade, Perspectivas, Araraquara S.P. 1(1):189-282, 1975.

surjam conflitos de classes, desde que proporcione ao trabalhador os direitos legais.

O presidente do sindicato, ao se deparar com diferentes condições oferecidas ao assalariado rural, procura extinguir o trabalho clandestino, principalmente após um levantamento efetuado pelo próprio sindicato que visou saber o número de trabalhadores fichados, clandestinos e clandestinos-moradores nos engenhos, suas condições de moradia e de trabalho nessas propriedades, as causas que levam os fichados a se demitirem e se transformarem em clandestinos. Estes trabalhadores declaram pedir demissão das propriedades devido às condições que lhes são impostas, enumerando-as: as horas de trabalho são além das regulamentares, o pagamento pelas tarefas executadas é incorreto, não correspondendo ao quantum realmente efetuado.

Alguns fichados passaram à condição de clandestinos também porque foram dispensados nas propriedades onde trabalharam, não se interessando em voltar à condição de fichados, principalmente se fosse da mesma propriedade de onde saíram.

Diante da situação acima descrita, o sindicato volta-se para o fichado, buscando uniformizar as condições de trabalho que lhes são oferecidas. Utiliza-se da cobrança ao cumprimento de direitos trabalhistas como de horas-extras de trabalho, exige dos patrões pagamento através do envelope contendo a quantidade de tarefas executadas, o valor correspondente à remuneração das mesmas, semanalmente,

alcançando, algumas vezes, resultados positivos. A luta pela homogeneização formal das categorias de trabalhadores - para torná-los fichados - consiste num primeiro passo para unir a mão-de-obra e unificar a ação do sindicato, em favor dos direitos trabalhistas.

Na medida em que o órgão de classe exerce pressão sobre os proprietários, eles preferem, algumas vezes, diminuir o número dos trabalhadores fichados, principalmente nos engenhos particulares, livrando-se das obrigações trabalhistas e contratando outros, sem nenhuma anotação em carteira profissional. Esta situação se repete nos engenhos particulares, onde a aplicação da legislação trabalhista é menos rigorosa e a fiscalização, pelo Ministério do Trabalho, é menor, comparando-se com outras propriedades do município, como as pertencentes à usina. O sindicato procura desenvolver uma grande pressão sobre os proprietários dos engenhos particulares, que vêem a entidade, refletindo-se nas relações de trabalho. Os próprios assalariados rurais referiram-se à posição tomada pelos proprietários rurais em relação à entidade. Um trabalhador declarou que os proprietários, geralmente, assim se expressam:

"O sindicato manda lá. Aqui quem manda sou eu. Dou a tarefa para o trabalhador que desejar".

(Trabalhador fichado de engenho particular)

Constituiu-se a atuação sindical um desafio na

quele meio rural. Os trabalhadores descrevem ainda a atuação sindical a enfrentar os patrões:

"A tabela da Convenção (tabela de tarefas' do campo) de nada adianta, porque os homens (patrões) fazem o que querem".

(Fichado de engenho da usina arrendado a terceiros)

Os patrões exercem um poderio econômico e social há muitos anos na Zona da Mata. Esta organização envia esforços na luta pela defesa dos trabalhadores rurais e representa-os de acordo com os interesses e necessidades específicos de cada categoria. A união das diversas categorias, visa uma luta face às atitudes da classe patronal, como a descrita anteriormente pelo trabalhador.

A oferta de emprego constitui-se um dos problemas enfrentados pelo sindicato em virtude das atitudes dos proprietários rurais. Outro problema é atingir os fichados, não sendo cumprido o pagamento dos seus direitos, bem como os clandestinos, não beneficiados dos direitos trabalhistas. A liderança sindical vê-se, muitas vezes, em dificuldades para atuar no meio rural face às atitudes da classe patronal. Isto não impede que ela continue impondo a esta classe uma resistência de forma organizada.

Setores mais avançados da liderança sindical referem-se à necessidade da reforma agrária como elemento

que poderia favorecer aos assalariados rurais:

"A nossa luta pela reforma agrária é para que se criem empregos, porque só a reforma agrária vai dar empregos. Estamos conscientizando os líderes sindicais para isto e depois mobilizar os trabalhadores até atingir nossos objetivos".

(Presidente sindical)

A busca do objetivo acima mencionado, embora enfatize a reforma agrária, demonstra uma preocupação primeira em manter o homem do campo ocupado. Segundo o Presidente Sindical, a reforma agrária a fim de levar a uma utilização da terra constitui também uma das metas da atuação sindical rural, mas que se encontra em escala de menor importância quando comparada com a questão da regularização profissional e dos direitos trabalhistas.

A atuação sindical face às relações de trabalho, visando a defender os assalariados, vem se efetuando através da supervisão das tarefas executadas por esses trabalhadores nas propriedades. Os sindicalizados, por sua vez, cobram da liderança sindical a fiscalização do quantum de tarefas que lhes são impostas e o pagamento por elas efetuado pelos proprietários, ou pelos intermediários destes, como os empreiteiros.

Um trabalhador se referiu às atitudes do presidente sindical, tendo em vista a relação de trabalho assalariado:

"O presidente vem sempre aqui para ver o serviço que os homens (patrões) nos dão. Quando mandam fazer serviços além das condições, aí o presidente vai aos patroes e exige deles cumprir o certo".

(Trabalhador fichado)

Percebe-se uma atuação sindical através do papel firme do representante dos trabalhadores. Este declara que enfrenta sérios problemas relativos à lesão do quantum das tarefas determinadas aos trabalhadores. Geralmente, são superiores ao que suas forças físicas permitem, o que provoca atritos entre os trabalhadores e aqueles que os arregimentam. Ao encontrar irregularidades como as descritas, vem-se dirigindo, verbalmente, aos patrões ou seus intermediários, tendo conseguido algumas vezes, amenizar essa exploração direta do trabalho:

"Já chegamos no engenho e fizemos o administrador assinar uma declaração de que não ia mais fugir do cumprimento da tabela. Pedimos aos trabalhadores vir ao sindicato notificar as irregularidades (do não cumprimento da tabela) e esta não mais se repetiu".

(Presidente sindical)

A liderança sindical põe, contudo, em desafio os proprietários rurais. Alguns intermediários dos proprietários a vêem com caráter desvirtuado do que realmente representa

naquele meio rural, como se pode observar na declaração abaixo:

"Se o sindicato (presidente) chega à usina e chama a atenção de algum serviço errado, os administradores começam a dizer que ele é grevista".

(Sindicalizado)

O nível de organização dos assalariados não permite atitudes individuais frente aos patrões. Mas, através do sindicato, que defende as suas condições de trabalho e de vida impostas pela categoria econômica. O movimento sindical, como opositor dos patrões, é desenvolvido pois, de baixo para cima. A liderança sindical apenas dirige as reivindicações econômicas dos trabalhadores, levantadas por eles próprios.

O presidente da entidade relata as barreiras enfrentadas para inspecionar as tarefas a serem cumpridas pelos assalariados. Segundo ele, "estão presas ao nível de conscientização do trabalhador no sindicalismo, pois, a maioria dos que ouvem ameaças dos patrões para executar tarefas, muitas vezes superiores às suas forças físicas, têm medo de perder o emprego, porque têm muitos filhos para

criar e então se submetem a eles". Os trabalhadores que já passaram por situações como a descrita e em períodos onde a repressão foi grande na Zona da Mata após 1964, sentem, ainda, a força e a dominação da classe patronal. A identidade grupal, face à exploração social e econômica é às vezes pouco desenvolvida. Outra estratégia de ação da liderança sindical com relação aos patrões é ainda descrita. Esta liderança dirige-se aos patrões, em alguns casos, com certa timidez. O depoimento a seguir esclarece esta colocação:

ação do sindicato com a classe patronal é baseada no pedido, quando é necessária, de cobrança dos direitos dos trabalhadores. O sindicato deveria agir exigindo, e não pedindo uma coisa que já de direito, o seu próprio direito, o que eu mesmo faço".

A forma como a liderança sindical se relaciona com a classe patronal, às vezes de forma tímida, não a impede de ser uma força opositora quando defende os trabalhadores rurais. Observa-se, pois, uma ambiguidade no sindicato, ao ser mantido sob o controle do sistema de poder, que lhe estabelece um papel de canalizador de reivindicações e dos conflitos desenvolvidos nas relações de trabalho, ao mesmo tempo que este sistema lhe dá um caráter representativo para defender os interesses dos trabalhadores. Esta defesa se dando pois, de acordo com os interesses do sistema de poder.

Através dos instrumentos de que dispõe para se impor à categoria econômica dos patrões, a liderança sindical age da forma apontada a seguir. Os ofícios enviados pelo presidente do sindicato aos proprietários de engenhos particulares, durante o ano de 1977, retratam uma atitude moderada ao solicitar o mínimo necessário à ordenação de uma relação de trabalho. Estes ofícios solicitam o pagamento do repouso semanal, o salário dos trabalhadores em férias, bem como diferenças de salários, destes. Algumas cartas remetidas em 1978 pelo presidente sindical aos proprietários rurais chamam-lhes a atenção pela injustiça em exigir dos trabalhadores, tarefas que eles não têm condições físicas de executá-las e por negar a concessão de serviços por hora.

A liderança sindical tenta, assim, diminuir a exploração desencadeada nas relações de trabalho. Constitui-se outra estratégia manter nas propriedades um intermediário do sindicato como o delegado sindical, que representa e defende os trabalhadores rurais. (*)

Para cada grupo de 25 trabalhadores, é escolhido um delegado sindical pelos próprios trabalhadores. É conhecido por alguns como o delegado de base. Este representante legal do sindicato atinge a relação empregado x patrão através de um trabalho sistemático, difundindo os direitos trabalhistas e exercendo a tarefa de fiscalizar os serviços con-

(*) Em 1963 e 1964 existiam na Zona da Mata delegados sindicais, não reconhecidos legalmente, que exerceram ali grandes influências.

feridos aos trabalhadores. Neste sentido, completa o trabalho do sindicato. Pode, em contrapartida, nesta mediação, impedir que conflitos venham à tona, o que de certa forma obstaría o desenvolvimento das lutas sociais do campo. Esta é, ainda, uma das metas difíceis de serem atingidas. Na medida em que cresce a exploração dos trabalhadores rurais, reforçam-se os conflitos e as lutas sociais. E, além disso, o controle social exercido pelo sindicato sob os trabalhadores, e a força da classe patronal que se faz presente com nitidez, dificultam o avanço do movimento sindical do trabalhador. Os delegados sindicais, ao enfrentarem a resistência dos patrões, são vistos por eles como figura que interfere nas relações de trabalho, desde que procuram tornar os assalariados conscientes dos seus direitos para exigirem o seu cumprimento:

"Os patrões nos odeiam porque eles querem que a gente esconda os direitos dos trabalhadores".

(Delegado sindical)

Um outro delegado sindical assim se refere às atitudes da classe patronal:

"Alguns patrões nos convidam para sermos cabos nas suas propriedades, com o intuito de nos eliminar das funções que exercemos".

A maioria dos delegados sindicais estabelece

uma posição que procura defender os companheiros, não se deixando levar por qualquer atitude da classe patronal, no sentido de interferir no seu trabalho. Estes delegados estão, há pouco tempo, exercendo esta função criada após acordo da convenção coletiva de trabalho, realizado em 1979. Este acordo prevê a sua manutenção nas propriedades, além do exercício das tarefas, como trabalhador rural. Os delegados sindicais são elementos de grande importância no desenvolvimento do sindicalismo rural. O contato direto que mantêm com os trabalhadores contribui para uma identidade sindicato x base. Foi difícil averiguar os resultados da recente atuação dos delegados sindicais face às relações de trabalho. Procurando-se indagar dos trabalhadores rurais sobre o papel desses delegados, pôde-se verificar que, para eles, ainda não é significativamente forte a sua presença nas propriedades rurais.

A força dos patrões e dos intermediários do sindicato é referida pelo trabalhador:

"O sindicato tem força, mas o que é que o delegado pode fazer? Ele sempre sai perdendo dos patrões que são os grandes. Eles fazem o que querem".

(Trabalhador não sindicalizado)

Conclui-se que, embora seja recente a atuação desses delegados sindicais, os mesmos não contam com a solidariedade total de muitos trabalhadores rurais. Há de convir que uma educação sindical que mostre a necessidade e impor -

tância de líderes e representantes dos trabalhadores, não é ainda desenvolvida com eficácia. Cabe ao sindicato, levar seus associados a interagirem com os seus representados para empreenderem uma luta maior frente às relações de trabalho. Esta meta pode ainda ser mais atingida, na medida em que o sindicato transponha as barreiras que enfrenta, como a diferenciação formal dos trabalhadores, de acordo com o registro profissional e a hierarquização existente na organização do trabalho, dificultando representá-los.

Constatou-se, pois, uma atuação firme da liderança sindical no sentido de tentar diminuir a exploração dos assalariados ao se submeterem às relações de trabalho e de uní-los através da organização. Geralmente o atendimento dos assalariados, quando estes procuram no sindicato soluções relativas às condições e aos conflitos de trabalho, é feito apenas por seu presidente. Pôde-se observar, muitas vezes, trabalhadores à espera desse dirigente durante várias horas, para só a ele referir-se, quando algum problema os afetam. Representa, assim, a confiança nas ações desse dirigente. Na medida em que os assalariados trazem ao sindicato problemas relacionados ao trabalho, que requerem uma solução a nível legal, estes problemas tomam os seguintes rumos: são apresentados, individualmente, e, através de um código jurídico, cujo conteúdo faz parte de uma prática constante e consensual. São transformados em processos trabalhistas coletivos, canalizados para o aparelho estatal, sendo encaminhados às Juntas de Conciliação e Julgamento. Geralmente, são julga

dos esses processos com certa morosidade, obedecendo à ordem de entrada. Este fato tem levado os trabalhadores rurais a desistirem do seu resultado em troca de alguma quantidade de dinheiro que longe está de se equiparar ao montante que realmente fariam jus, no caso de ganharem a questão. O representante do sindicato vem procurando incutir no trabalhador a importância da espera em vigília ativa desses processos trabalhistas, como também recomenda evitar aceitar acordo com os patrões e não se importunar de formular novos processos dessa natureza. Deve-se considerar que as formas artificiais de enfrentar a Justiça do Trabalho, criadas por mecanismos afeitos da legislação não são, muitas vezes, entendidas pelos trabalhadores rurais. Este fato dificulta a atuação sindical ao atingir as relações de trabalho, defendendo os assalariados. Outra situação que interfere na atuação sindical é no que diz respeito ao sentimento de impotência de alguns trabalhadores, muitas vezes acompanhado de certo fatalismo. Observa-se, pois, o que relatou um trabalhador rural:

"Não sei se vou ganhar a minha causa porque sou pequeno, sou trabalhador. Eles (os patrões) têm uns dizeres de que gastam vinte, trinta milhões com advogados, e não gastam vinte ou trinta cruzeiros com os trabalhadores. Acho custoso para ganhar. Se Deus é bom ele resolverá".

(Trabalhador fichado)

O presidente sindical declara que, dentro do espaço que é dado à organização, tem conseguido resultados favoráveis aos trabalhadores, e procura atingir o máximo do número de processos trabalhistas. E, nesse sentido, acrescenta que "toda vez que botamos uma reclamação na estamos provando grande parte da nossa força".

Esta atuação sindical denota a conscientização dos direitos dos trabalhadores rurais.

Um assalariado vê, assim, a posição do sindicato face aos empregadores:

"O sindicato é forte. Tem conseguido as férias, o pagamento do décimo terceiro salário atrasado, o pagamento de horas-extras de trabalho. Cada vez que ele consegue dos patrões o cumprimento dos nossos direitos mais ele é forte".

(Trabalhador sindicalizado)

Outra demonstração nesse sentido pode ser constatada através do conteúdo descrito, a seguir, de uma ata de reunião referente ao ano de 1979. Este teor baseia-se na discussão de reivindicações constantes em movimentos grevistas, submetidos à votação, como também refere-se à conveniência da realização de dissídio coletivo de trabalho, de natureza jurídica e econômica, caso não se efetuem acordos entre este sindicato e aquele representante da categoria eco-

nômica dos patrões. Com a aprovação do dissídio coletivo passou-se a admitir sua conveniência para solicitar aumento de salário.

A categoria trabalhadora demonstra estar empenhada numa luta conjunta com o sindicato e que, ao enfrentar a exploração desenvolvida nas relações de trabalho, procura sair dessa situação. Dessa forma, utiliza-se dos instrumentos de que dispõe através da legislação sindical, tendo conseguido resultados favoráveis. Verificaram-se alguns meios que o sindicato utiliza para desenvolver a conscientização do trabalhador na luta face às relações de trabalho. Estes meios são, por exemplo, através dos ensinamentos da Igreja. Observem-se as palavras de membro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco - FETAPE, dirigidas aos assalariados, em reunião mensal do órgão:

"O próprio Cristo disse 'aos ricos pagai com justiça os salários do teu operário'. Se a gente está trabalhando com honestidade e estamos sendo roubados, temos que gritar, prestar nossa voz a Cristo, sendo missionários de Cristo, emprestando a nossa voz sob todos os tubarões (patrões) que estão roubando o direito e o dinheiro do trabalhador. Se calamos, assim com fome, vamos responder a Cristo. Não existe o grande. O grande é o direito, o jogo da verda-

de. Devemos nos unir contra os tubarões".

(Secretário da FETAPE)

Desenvolve-se, pois, uma atuação sindical a nível das relações de trabalho que procura atingir os assalariados através dos meios disponíveis para melhor ter sua adesão.

Sendo o sindicato conhecedor da forte influência que o trabalhador recebe da Igreja e, como se constatou, da protestante - com grande número de adeptos - essa organização recorre a ela como um meio de empreender uma luta face aos seus objetivos.

A organização sindical, ao encontrar-se atrelada ao Estado e dele receber diretrizes gerais pode seguir políticas contrárias à preconizada a esse sistema de poder. Há pontos de atritos entre a liderança sindical a nível das relações de trabalho e a posição governamental. A primeira expressa a opinião de que legislação implantada pelo Estado, ao encampar a sindicalização, não atende inteiramente aos trabalhadores rurais. Estes submetem-se a um crescente processo de exploração ao participarem de relações de trabalho. As próprias manifestações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG têm este conteúdo. (*)

O uso dos instrumentos previstos na legislação sindical, face às contradições no desenvolvimento das rela -

(*) Ver anais do III Congresso da CONTAG - 1979.

ções de trabalho é demonstrado pela liderança.

O presidente da entidade fez críticas a Lei de Greve introduzida no sistema político atual, sendo transcrito seu depoimento a este respeito:

"Sou contra a lei de greve que não é de acordo com as necessidades e os anseios dos trabalhadores. Se todos pensassem como eu, a greve deveria ser legal, mas não com essa lei que existe aí. Já fizemos essa greve legal em 1979 e o governo não teve por onde dizer que era ilegal. Como não está sendo cumprido o acordo pela greve acho que ela não resolve para atender as necessidades do trabalhador".

Os instrumento de reivindicação não permitem a total defesa dos interesses reais do trabalhador. Dessa forma, esta organização embora revele uma posição contrária face ao sistema de poder tem que seguir suas diretrizes. Este papel decorre, pois, da estrutura em que o sindicato se encontra inserido, não sendo permitido pelo Estado sua total autonomia.

Na organização pesquisada não se percebeu a elevada e necessária união dos membros de cúpula sindical para empreender reivindicações. Este fato foi também ressaltado pelo próprio presidente sindical. Geralmente, os enten

dimentos relativos aos conflitos que se desenvolvem nas relações de trabalho são realizados apenas pelo presidente da entidade. Os seus assessores não interferem significativamente. Tanto o secretário como o tesoureiro, limitam-se a desempenhar apenas as funções burocráticas, correspondentes aos seus cargos. Concebem, pois, uma estrutura hierárquica dentro do órgão de classe, ou seja, não consideram que eles também tomam parte nas decisões e problemas que atingem a categoria que representam contribuindo para que elas tenham também esta visão do sindicalismo.

A instituição investigada, dentro do espaço que lhe é conferido para desempenhar o papel político e representar o trabalhador, não consegue, pois, diminuir o nível de tensões existentes na relação trabalhador x empregador. Vem empreendendo uma luta pela efetivação dos direitos trabalhistas, por melhores condições de trabalho, o que de certa forma, é importante, ainda que subordinada à lógica capitalista. As dimensões em que se encontra a atuação sindical como constatou-se, revelam o avanço de poder da organização. Contribui por outro lado, para o desenvolvimento dos movimentos sociais no campo e para uma mudança das condições de trabalho, com vistas à defesa da categoria que representa.

4.2. A organização, a união dos assalariados e a liderança sindical.

Os assalariados dos municípios da Zona da Ma-

ta Sul de Pernambuco vêm-se organizando, lentamente, na década de 70. Verificou-se que é ainda reduzido o número desses trabalhadores no sindicato, levando-se em conta que a representação deles, segundo o presidente da organização, é de 30%. Estes trabalhadores apontaram não existir um posicionamento mais forte do sindicato, na sua defesa, em virtude da exígua união dos trabalhadores:

"O sindicato não tem mais força porque está faltando a união de todos os trabalhadores".

(Trabalhador fichado)

"O povo não está organizado e, assim, o sindicato não pode fazer mais".

(Trabalhador fichado)

"Ele não é mais organizado e forte porque não tem a união de todos".

(Trabalhador clandestino)

O fato do sindicalismo rural de trabalhadores da Zona da Mata Sul de Pernambuco encontrar-se sob o controle político direto do sistema de poder, impede-o de um desenvolvimento autônomo. A organização sindical no campo exercendo sua representação tem de atuar enfrentando uma hierarquia e uma segmentação entre a mão-de-obra. Por outro lado, a consciência da necessidade de uma união no sindicato não é muitas vezes totalmente absorvida pelos trabalhadores rurais, contribuindo para que seja pequeno o número de filiados a essa organização.

O número de sindicalizados reflete, pois, sua união no sindicato, embora esta união, em algumas ocasiões, absorve o assistencialismo ali existente. Examinam-se os dados coletados pela organização pesquisada, na tabela a seguir:

Tabela 5. Número de associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais pesquisado - 1969/1980.

ANOS	Nº de associados (*)
1969	2.500
1970	2.511
1971	2.267
1972	1.511
1973	1.377
1974	2.023
1975	2.213
1976	2.236
1977	2.444
1978	2.740
1979	2.753
1980	2.783

(*) Dados referentes ao mês de dezembro dos respectivos anos, com exceção do ano de 1980, referente ao mês de março.

Fonte: Relatório anual do sindicato pesquisado.

Como mostra a tabela anterior, o número de sindicalizados, que é elevado em 1969, descrece em 1971 e 1972 e

1973, o que se explicaria pela repressão imposta naquele meio rural no período mencionado, levando os trabalhadores a se esquivarem do sindicato. Por outro lado, a partir de 1974 e até março de 1980 o número de sindicalizados se eleva, sendo este período o da gestão do presidente do sindicato que ainda é o atual. Isto decorrendo também do sucesso de arregimentação dos trabalhadores rurais executada por este dirigente, a fim de torná-los filiados ao sindicato.

Segundo o presidente do sindicato é baixo o número de sindicalizados, bem como a grande maioria dos clandestinos não é sindicalizada. As condições precárias de vida desses assalariados, sentidas por eles através de manifestações de permanente insatisfação, levariam a uma participação do sindicato. Contudo, a sua não sindicalização está condicionada às diferentes condições em que se encontram na organização do trabalho, impedindo-os de se unirem, voluntariamente, e através da liderança sindical. Estes trabalhadores sentem uma impossibilidade de realização da sua perspectiva no futuro:

"O que nós queríamos mesmo era uma vida sem aporreio de dinheiro, desse salário que não dá. Estamos lutando, o sindicato também, mas é difícil conseguir. Com o rico ninguém pode".

(Clandestino não sindicalizado)

Alguns sindicalizados apresentaram no decor-

rer da pesquisa, declarações a respeito da sua integração no órgão de classe:

"Nós devemos cumprir nosso dever de sindicalizado, indo a tudo que eles convocarem".

(Trabalhador fichado)

"Nós devemos colaborar com o sindicato, participar de suas eleições e reuniões, sempre que for preciso".

(Trabalhador fichado)

Alguns trabalhadores fichados avaliaram a sua organização em sindicato, como meio para alterar as relações de trabalho, refletindo assim sua insatisfação nessas relações.

Observe-se a declaração a seguir, colhida de dois sindicalizados:

"Devemos nos unir, fazer greve pelo sindicato, pois só através dele lutamos contra os patrões. É para os patrões nos dar uma melhor condição de trabalho".

(Trabalhador fichado)

Esta união tem um significado político. Também foram referidas as atitudes de muitos trabalhadores rurais, os quais dificultaram a sua união:

"Muitos são chaleiras dos patrões e têm medo deles, e por isso não se reúnem em sin-

dicato".

(Clandestino morador sindicalizado)

O depoimento anterior expressa as consequências de repressão imposta nessa região. Junto a este fato, o da ausência de uma solidariedade social entre os trabalhadores rurais, interfere na luta empenhada para alterar as relações de trabalho.

A organização dos sindicalizados é, muitas vezes, vinculada a uma condição. Vários entrevistados consideram que sua união ali tem a finalidade de "poder ouvir os conselhos do presidente para aprender mais sobre os direitos e as leis". Não há uma forte cooperação social e uma participação do próprio trabalhador em busca dos seus objetivos, mas uma visão paternalista do sindicato, decorrente de uma concepção distorcida do significado dessa organização. Este fator é generalizado no movimento sindical de trabalhadores rurais no Brasil. (*) A exígua união dos trabalhadores estaria ligada também à forma como o sindicato foi introduzido oficialmente no meio rural, de cima para baixo, o que contribui para que os trabalhadores confirmem-lhe um caráter de outorga, em vez de uma organização criada por eles próprios.

(*) Ver os trabalhos: FERRANTE, Vera, movimentos sociais no campo: o sindicalismo rural. In. III Encontro do grupo de Movimentos sociais no campo, 1979; Aspectos do sindicalismo rural em São Paulo, Perspectivas, Araraquara - S.P., 3:135-164, 1980.

O sindicato dos trabalhadores rurais investiga do, por se encontrar em perímetro urbano do município, procura organizar aqueles que moram mais próximos da sua sede, que são clandestinos e fichados. Ocorre, no entanto, que os clandestinos se encontram em constante mobilidade espacial(*) à procura de trabalho, tendo assim, menos possibilidade de se filiar a um sindicato. São, porém, os fichados que moram na cidade onde se localiza o sindicato os que, em maior número, ali se concentram. A perspectiva de encaminhamento de lutas e de organização desses trabalhadores é facilitada em comparação aos que moram distante da entidade, ou seja, na área rural do município. Constata-se, assim, que o sindicato deixa de ser rural e assume características urbanas. Cabe à liderança dessa entidade uma significativa parcela de responsabilidade sobre a organização dos trabalhadores proletarizados - fichados, clandestinos e clandestinos-moradores - enquanto vendem sua força de trabalho - revelando assim que esta liderança coexiste com esta situação.

A união dos trabalhadores rurais efetuada pela liderança sindical é criticada por um advogado do sindicato, ao afirmar que, "ela leva os trabalhadores a não perceberem que o sindicato são eles próprios". Um delegado do sindicato se referiu à organização dos assalariados, afirmando que "os trabalhadores estão sentindo que o sindicato está fazendo um trabalho para uní-los". Deve-se levar em conta que o sindicato se desenvolve no campo atrelado a outras instâncias que compõem a estrutura sindical. Esta estrutura sindical é com-

(*) Entende-se por mobilidade espacial o deslocamento físico do indivíduo.

posta de órgãos superiores como a CONTAG e órgãos intermediários, as Federações, que controlam os sindicatos.

Esta condição impede o sindicato de uma plena autonomia para exercer suas tarefas no campo.

Alguns trabalhadores clandestinos e clandestinos-moradores, não sindicalizados, procuram o sindicato, muitas vezes, com o objetivo apenas de contar com sua assistência médica e dentária, já que na relação de trabalho a que se submetem não têm esse direito. Alguns justificam esta sua procura pelo sindicato, porque pagam a sua mensalidade do desconto efetuado pelos empreiteiros no pagamento das tarefas. A liderança sindical tem a seguinte visão a respeito da vinda do clandestino no sindicato, observada no depoimento, a seguir, do presidente do órgão:

"Quando o clandestino vem à procura de serviços assistenciais; aproveito a ocasião para, além de prestar este auxílio, fazê-lo associado do sindicato e orientá-lo, a fim de ser fichado. Dessa forma, já conseguimos a adesão de muitos desses trabalhadores".

A estratégia para organizar os trabalhadores está ao alcance do presidente sindical. O fazer uso do assistencialismo como um meio de adquirir a adesão dos trabalhadores é considerado pela liderança como válido para fortalecer a sua organização. Esta estratégia tem obtido rela-

tivo sucesso.

Os clandestinos são, muitas vezes, indiferentes para se organizarem em sindicato e mais distanciados de le. Vera Ferrante afirma que "o trabalhador volante (clan - destino), sofrendo a atomização das relações de trabalho, reflexo do processo de penetração do capitalismo no campo, consegue tímidos avanços reais na conquista de espaços, tanto a nível de sua organização, quanto no tocante à superação das dificuldades existentes para o desenvolvimento de suas reivindicações" (FERRANTE, V. 1980, p.141). A união dos clandestinos junto aos fichados nos sindicatos da Zona da Mata de Pernambuco se elevou em final da década de 70. (*)

Alguns clandestinos que são ex-fichados, ao deixarem de pagar a contribuição sindical, estiveram ausentes também da condição de associados. Justificam, em geral, esta atitude, apenas "pela falta de interesse", o que reflete na sua organização em sindicato. Vários desses trabalhadores ao serem indagados sobre o órgão sindical manifestaram o que este órgão representa para eles e para o meio rural.

Foram as seguintes as declarações colhidas desse trabalhador entrevistado :

"O sindicato deve ser para procurar negócio de direito".

(Clandestino não sindicalizado)

(*) Este fato será referido com detalhes no capítulo 5, intitulado "Desenvolvimento e tendências recentes do sindicalismo rural de trabalhadores".

"O sindicato daqui eu não conheço, mas acho que deve ser para resolver o negócio' de serviço".

(Clandestino não sindicalizado)

O fato mencionado anteriormente vem confirmar a suposição de que a organização dos clandestinos em sindicato é dificultada pela falta de consciência sindical, o que ocorre em virtude também das suas raras oportunidades de serem atingidos pelo sindicato.

Muitos clandestinos, encontrando-se desprovidos dos direitos trabalhistas, assumem posições distintas ' diante do sindicato, como se descreve a seguir. Alguns consideram que "se não têm direito, não têm que lutar por ele e que esta luta caberia ao fichado".

Essa posição é acompanhada, muitas vezes, de certa dose de fatalismo:

"Deus quis que eu fosse clandestino e não tenho do-que ter direitos a reivindicá - los no sindicato".

O fato do clandestino não se vir organizando' frequentemente no sindicato, em busca dos seus direitos e tornar-se uma força coesa junto aos fichados, influi no poder político do sindicato. A representação dos trabalhadores é, pois, fragmentada. Muitos trabalhadores consideram que, por se submeterem à clandestinidade dos direitos, (ou seja, a fuga dos patrões ao pagamento dos direitos trabalhistas), po-

dem, também, se esquivar do pagamento da mensalidade do sindicato e se recusar à sindicalizacão. Do mesmo modo que se sentem numa situação provisória no trabalho clandestino, também sentem provisória a sua condição enquanto associado do sindicato. Declarações como a apresentada a seguir, foram sempre destacadas pelos clandestinos:

"Não tenho paradeiro em lugar nenhum, como posso me fixar a algum sindicato?".

A convicção de que é necessária a sua filiação como trabalhadores a um órgão de classe não é absorvida totalmente e com intensidade. Os clandestinos, principalmente, associam a sua participação no sindicato ao pagamento da mensalidade e da contribuição sindical.

Lygia Sigaud, ao analisar a posição dos clandestinos face ao sindicato, constatou que: "aqueles que não estejam em dia com o sindicato, que por algum motivo tenham-se afastado dele, não se sentem legitimados para utilizá-lo na defesa dos seus direitos, mesmo que tenham a ficha" SIGAUD (1979, p.224).

A pesquisa constatou, também, esta posição dos clandestinos face ao sindicato investigado, que a justificam como: devido à vivência em que se encontram no trabalho volante.

Existem, contudo, formas de empenho da liderança em promover a organização desses trabalhadores rurais. Um dos esforços observados consiste em manter uma luta para evitar a clandestinidade dos direitos. Esses fatos, comuns nas relações de trabalho assalariado, se refletem na organização dos trabalhadores rurais.

Os clandestinos estão numa relação de trabalho sem receberem os benefícios da legislação trabalhista, embora tenham o direito, além do salário de acordo com a tarefa realizada. São uma força social para lutarem contra os empreiteiros e os próprios patrões, para conseguirem uma condição melhor no exercício de suas tarefas no campo.

Observou-se que é desenvolvida entre estes trabalhadores uma concorrência, ao venderem sua força de trabalho para perceberem uma remuneração correspondente a uma tarefa realizada. Submetem-se as mais variadas remunerações apresentadas pelos vários empreiteiros nos "pontos de caminhão" mercado dessa força de trabalho. Procuram, nessa ocasião, aquele empreiteiro que pagar-lhes um salário mais elevado. Situações como a apontada resulta pois numa concorrência e o clandestino torna-se opositor daquele que lhe está mais próximo, o outro trabalhador. Dessa forma, criam-se obstáculos para sua união. (*). E, conseqüentemente, para tornar-se uma força coesa apta para promover uma luta através do sindicato. A exploração social e econômica dos clandestinos, levando-os a uma concorrência, é, pois, estimulada pela classe patronal, em troca de livrar-se das obrigações trabalhistas.

A organização dos assalariados em sindicato é dificultada por diversos fatores. Um desses fatores está relacionado com a distinção na contratação dos trabalhadores em terem ou não, a carteira de trabalho assinada, tornando-os divididos formalmente.

(*) Ver a respeito da concorrência entre os trabalhadores da Zona da Mata: KOURY, Mauro. O Bagaço da Cana. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1976. Dissertação de Mestrado apresentada ao PIMES.

Na organização do trabalho, as diferenças relativas a salário e as condições para o desempenho das tarefas pelos trabalhadores rurais dificultam a sua união, como se constata do depoimento a seguir:

"Só existe clandestino para atrapalhar os fichados, pra poder ganhar mais um pouco. A cana melhor é para eles. Se todos fossem fichados não havia essa desunião".

(Trabalhador fichado)

Além da concorrência verificada entre os trabalhadores clandestinos é estabelecida também uma competição social entre fichados e clandestinos. Isso impede a liderança sindical a conseguir, muitas vezes, dar conta, totalmente, dos problemas e conflitos que envolvem cada uma dessas categorias de trabalhadores da agricultura.

Os clandestinos, em constante mobilidade espacial em busca de trabalho, encontram-se entrando e saindo do quadro do sindicato, não dispondo, muitas vezes, de condições para ali se unirem. Muitos desses trabalhadores tornam-se sindicalizados e fichados em caso de sofrerem algum acidente de trabalho. Nesta ocasião, ao procurarem os serviços do sindicato, levam consigo a carteira profissional assinada pelo proprietário ou empreiteiro para poderem ser atendidos. Ao se tornarem fichados, muitos passam também a compor o quadro do sindicato. A organização desses trabalhadores no sindicato ocorre com maior intensidade, nos pe-

riodos da safra. Há uma instabilidade da sua união no sindicato, pois, na entressafra ela decresce, conforme declarou' o presidente da organização.

A pesquisa mostrou as dificuldades enfrenta - das pela liderança em organizar os clandestinos e fazê- los perceber que o sindicato é também representativo dessa parcela (segundo o presidente sindical, estes são 70% dos trabalhadores rurais da região). Isto prejudica tanto a uma maior proximidade com os interesses da força assalariada em seu conjunto, quanto a promover a sua união.

O presidente do órgão de classe refere-se ao trabalho de organização dos clandestinos: "de forma lenta e cautelosa". Procura-os, geralmente, nos chamados "leilões ' de mão-de-obra" - num determinado ponto do município - onde há essa reunião em que eles se ofertam aos empreiteiros.

Referências aos clandestinos apareceram no depoimento desse representante da categoria:

"Ali tento mostrar-lhe' que é preciso permanecer no sindicato; que a condição de clandestino dificulta mais para lutar contra os patrões, pois, não há provas concretas do trabalho que realizam, desde ' que não registrados. Isto dificulta o trabalho do sindicato. Por isso, devem-se fi char".

(Presidente do sindicato)

A organização dos clandestinos pela liderança sindical é dificultada em virtude das atitudes de alguns , por se considerarem excluídos do sindicato. Em pesquisa realizada por Lygia Sigaud eles afirmaram que, "não têm direitos pela sua própria condição de clandestinos e, por isso, não têm que se utilizar dos mesmos", SIGAUD (1979).

Nas observações realizadas em trabalho de campo constatou-se, também, esta atitude por parte de alguns trabalhadores, traduzindo-se na sua conscientização fragmentada dos direitos.

Outro fator que dificulta a união dos trabalhadores no sindicato é o que consiste nas diferenças de suas aspirações e objetivos. O fichado tem demonstrado que luta por seus direitos, ao passo que o clandestino tem objetivos imediatos, a satisfação primeira de suas necessidades e a simples reposição da sua força de trabalho. O depoimento do presidente da entidade esclarece a afirmação apresentada anteriormente:

"O trabalhador fichado preocupa-se em ter seus direitos assegurados, prevendo uma condição futura como aposentadoria, enquanto que o clandestino visa apenas ao ganho do dia, e sempre ganhar mais, em troca de nenhum registro de trabalho. É difícil conseguir a união dos trabalhadores".

As diferenciações de objetivos entre estes assalariados limitam a possibilidade de formar uma força coesa para lutar por um projeto único e homogêneo da categoria.

O presidente sindical demonstrou sua preocupação em desenvolver uma solidariedade social entre estes agricultores.

As referências do delegado sindical comprovam o objetivo do sindicato em manter os assalariados em condições de trabalho e de salários idênticas, isentando-lhes da concorrência e da competição social.

São comuns declarações como esta desse representante dos assalariados:

"Estamos chamando o pessoal clandestino para se fichar, explicando as vantagens dos direitos, do salário".

Na medida em que há uma homogeneização formal das categorias dos trabalhadores, através da regularização profissional, surge a possibilidade de fortalecer a sua união. Ocorre, no entanto, que a permanência de diversas categorias, diferenciadas de acordo com o registro profissional, leva a uma atuação da liderança sindical também diversificada, embora esta liderança procure uni-las. A luta do sindicato face aos fichados é por seus direitos, e face aos clandestinos é para legalizar o seu contrato de trabalho e então exigir os seus direitos. A reforma agrária é uma reivindicação que se encontraria em segundo plano.

Constatou-se que outro fator que dificulta a organização dos trabalhadores, em geral, é o medo que eles têm em pertencer a um órgão de classe, em virtude de terem sido atingidos pela repressão policial, após 1964 e a política do governo militar de reprimir lideranças do movimento sindical no período assinalado. A morte e o desaparecimento de muitos líderes sindicais do município levaram a torná-los receosos das conseqüências de uma estreita união no sindicato. Estes fatos provocaram uma desarticulação dos trabalhadores rurais:

"O povo vive com medo, não é mais unido como em 1963".

(Fichado sindicalizado)

"Depois de 1964 os camaradas ficaram espantados".

Somados a esses fatos encontram-se as ameaças da classe patronal para não se associarem ao sindicato, além de dificultar-lhes para permanecerem empregados nas propriedades, Se insistem participar da organização. Segundo o presidente sindical, isto tem sido uma barreira para arregimentá-los.

Outro fator que impede a uma união dos trabalhadores rurais, é a existência de um estatuto da organização que não contribui para evitar as distinções legais entre eles, mas, ao contrário, formalizá-los, agregando

diversas categorias de trabalhadores. Dessa forma, a representação do trabalhador não é homogênea e, conseqüentemente, impede uma maior união desses indivíduos em sindicato. Este órgão situa-se, pois, não só à nível da união na organização do trabalho, mas ao nível de um estatuto legal que, de fato, não leva a superação daquela divisão e ainda formaliza esta situação de contradição.

Essa entidade, atrelada ao Estado, que lhe impõe um estatuto da forma como se assinalou anteriormente, não consegue consolidar totalmente essa união, em virtude, também da existência de uma divisão artificial do trabalho, representada pelas diversas categorias de assalariados, distintas formalmente. Esses trabalhadores, são pois, diferenciados, apenas de acordo com as relações contratuais que mantêm com os proprietários ou seus intermediários, e o registro da carteira profissional. Todos pertencem a uma mesma condição de proletários.

Apesar de, na organização do trabalho, existir uma diversificação e uma hierarquização entre os trabalhadores rurais, dificultando a sua união, a organização sindical vem lutando a fim de atingir a completa união desses trabalhadores.

"A nossa meta é promover o maior número de associados, para isto estamos fichando grande parte do pessoal da cana".

Os conflitos e as tensões sociais desenvolvidas em virtude da exploração dos assalariados em relações de trabalho são, também, responsáveis pela união desses traba-

lhadores no sindicato. A capacidade de fortalecer esta união dependerá, portanto, do desenvolvimento de uma consciência sindical, da percepção do sindicato como agente coletivo de representação e principalmente, ao suprimir a divisão na organização do trabalho, que segmenta artificialmente a mão-de-obra rural. O amadurecimento da capacidade de organização dos trabalhadores é um fator essencial para um posicionamento forte do sindicato, a fim de exercer uma prática política, face a exploração social e econômica e ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Este amadurecimento é dificultado em virtude do sindicato encontrar-se atrelado ao Estado, que desenvolve programas para limitar a organização dos trabalhadores. O presidente sindical comentou a este respeito:

"O sindicato não desenvolve mais a união dos trabalhadores por causa dessa estrutura que está aí, botando o FUNRURAL para o trabalhador se preocupar com o assistencialismo e se esquecer que deve se unir para lutar contra os tubarões (proprietários)".

Ao sindicato cabe, portanto, dentro do espaço em que se encontra, um papel importante na união e na representação dos interesses dos trabalhadores rurais da lavoura canavieira.

O movimento sindical tem-se fortalecido, apesar de encontrar-se ligado a uma estrutura ditada pelo Estado. No decorrer deste trabalho, procura-se enfocar essa preocupa-

ção. Observe-se, a seguir, o papel dos trabalhadores rurais no seu órgão de representação.

4.3. A prática política dos trabalhadores rurais.

As relações sociais que se verificam no sindicato atingem nível político. Os trabalhadores rurais com experiências nas mobilizações da década de 60, quando o sindicato era bastante combativo, desempenham ações que se revestem de uma prática política. A prática política é acompanhada de atitudes reivindicatórias, do posicionamento dos trabalhadores face à realidade rural, através da participação sindical visando ao seu bem estar. A participação sindical ocorre nas reuniões e nas eleições promovidas pela organização, o comportamento político nas eleições sindicais influi no tipo de representante eleito. O acompanhamento de um processo de mobilização empreendido no sindicato constitui-se num outro meio para caracterizar uma prática política. No entanto, exige um período de tempo elevado, o que não foi permitido durante a pesquisa.

As condições que os assalariados enfrentam para exercerem a prática política, através do sindicato, havendo um estreito relacionamento desta organização com o Estado, que lhe restringe a autonomia, determinam que a prática política dos assalariados, bem como a da liderança sindical, se torne fragmentada.

A legislação que controla o sindicato permite

a prática política dos trabalhadores por meio de requisitos revestidos da legalidade e da burocratização .

Os documentos pesquisados, como as atas das reuniões, ofereceram elementos para a análise. Através das atas encontraram-se referências à participação do trabalhador rural em movimentos reivindicatórios como se observa na transcrição de um trecho desse documento de março de 1978 a seguir: "a discussão da participação de um movimento grevista caso os patrões não cedam as reivindicações da categoria". Outra Ata de 1979 contém: "discussão da conveniência de dissídios coletivos de natureza econômica e jurídica, deliberação da propositura do dissídio coletivo se não houver acordo. Foi aprovada e passou-se a conveniência do dissídio coletivo para pedir aumento do salário".

Observa-se que as ações políticas mencionadas e que se desenvolvem no sindicato mostram o seu caráter representativo. Estas ações não são, pois, espontâneas. Por outro lado, a burocratização existente no movimento sindical inibe um maior desenvolvimento da prática política.

Descrevem-se, a seguir, aspectos da participação sindical.

No acompanhamento de algumas reuniões realizadas no sindicato verificou-se que a participação dos sindicalizados é significativa. Destaca-se, principalmente, a das mulheres que demonstram ser ativas nas discussões ali desenvolvidas. São levantadas por estas mulheres questões como as das condições de trabalho e da sua remuneração.

Traços da atuação das sindicalizadas nas reuniões aparecem também no diálogo com o presidente sindical. É apresentado a seguir:

Uma mulher fichada declara:

"Estamos dando 1600 braças na adubação em vez de 400, como reza na tabela. Isso ninguém pode. Não foi desse jeito o combinado com os patrões. O que vamos fazer? Queremos os nossos direitos. Vamos lutar por eles. Nosso dever já existe".

A declaração apresentada anteriormente revela a conscientização das mulheres ao lutar pelos seus direitos, significando certo amadurecimento da sua prática política.

Observe-se, no mesmo diálogo, as palavras do presidente sindical:

"Os acordos com os patrões devem ser cumpridos. Se não cumprirem devemos tomar uma posição. Ir à justiça e cobrá-los, lá".

A identificação do sindicato com as mulheres que compõem a base sindical, contribui para que esta organização se fortaleça.

Foi verificada a prática política exercida pelo presidente sindical. Ele se utiliza do poder que os sindicalizados lhes conferem - através do voto - defendendo os interesses, as necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores.

Durante a pesquisa esteve-se, muitas vezes, nas propriedades rurais com o representante dos trabalhadores. Enquanto se realizavam as entrevistas com os trabalhadores rurais, ele aproveitava a ocasião para manter contato direto com os patrões, administradores, exigir o cumprimento do pagamento regular das tarefas, dos direitos trabalhistas e verificar outras irregularidades existentes nas relações de trabalho. Outras vezes, este dirigente dirigia-se às propriedades para solucionar alguns conflitos de trabalho. As suas atitudes revelam um verdadeiro representante dos trabalhadores rurais - constituindo-se da base sindical - bem como uma identificação com esta base. Este fator interfere para que as ações políticas do sindicato tenham sucesso.

Segundo o presidente sindical, a autonomia do sindicato é uma das metas a serem atingidas. Para isto, vem desenvolvendo uma árdua luta:

"Lutamos por um sindicato livre, autônomo, que possa defender realmente a classe, de acordo com os seus interesses. Essa estrutura sindical que está aí não permite um sindicato totalmente livre".

A luta por um sindicato autônomo expressa, também, a prática política desse dirigente, com propósitos de defesa dos trabalhadores rurais.

A partir de meados da década de 70, quando o sindicato passa a ter uma atuação ligada a outros órgãos de

classe da região, desenvolve uma luta que atinge as categorias dos fichados e dos clandestinos, o que não ocorria antes desse período, pois os clandestinos eram excluídos dessa luta. Os presidentes dos sindicatos mencionados promovem uma luta na defesa dos direitos trabalhistas como um passo para atingir melhores condições de trabalho e de vida, e, inclusive, a posse da terra.

A prática política desenvolvida pelos assalariados é limitada ao espaço que é dado ao sindicato, enfeixando reivindicações de nível econômico.

As formas específicas, através das quais se realiza o vínculo legal entre o trabalhador e o empregador ou seu intermediário, respondem por uma diferenciação significativa da prática política desses trabalhadores. Assim é que fichados e clandestinos não têm uma mesma participação efetiva no sindicato. Nas reuniões dessa organização é diferenciada a frequência desses trabalhadores. Um levantamento por ela efetuado em 1975 demonstra que, através de uma amostra de 100 trabalhadores entre fichados e clandestinos, 70% dos primeiros compareceram nesse ano às reuniões e assembléias ali promovidos. Verifica-se ser elevada a participação dos fichados nas reuniões do sindicato. Da mesma forma, em relação às eleições, como é o caso da efetuada em 1979, para a renovação da Diretoria e Conselho Fiscal do sindicato, conforme a tabela a seguir:

Tabela 6. Trabalhadores em condições de votar e os que votaram, 1979.

Trabalhadores em condições de votar.		Votaram	
		Nº	%
Mesa 1	553	297	53
Mesa 2	576	322	56
Mesa 3	140	104	74
Mesa 4	239	194	81
Total	1.508	918	60

Fonte: Relatório anual do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Conclui-se que entre 1.508 sindicalizados, em condições de votar, 918 o fizeram, significando que 60% desses trabalhadores participaram das referidas eleições. Um dado que se aproxima do apresentado anteriormente, é de que 70% dos fichados frequentaram as reuniões do sindicato, o que mostra a eficácia da prática política desenvolvida por estes trabalhadores que fazem do sindicato seu legítimo representante.

A participação significativa dos fichados no sindicato dá-se em virtude da receptividade ao papel que o sindicato representa. Este aspecto foi mencionado por esses trabalhadores rurais:

"Sempre que podemos, vamos às reuniões e às eleições promovidas no sindicato. Se não colaboramos com ele, não participamos

dele (o sindicato), ele não pode saber que estamos a precisar dele. É num serviço mal remunerado, numa quantidade de tarefa que ninguém aguenta tirar".

(fichado sindicalizado)

"Indo à reunião eu ouço uma coisa boa a favor da gente, do direito do campo".

(fichado sindicalizado)

A participação nas atividades da entidade dá-se, também, no caso dos fichados serem envolvidos em conflitos de trabalho. As insatisfações provocadas nas relações de trabalho levam a desenvolverem uma prática política. • fato de o sindicato ser um órgão de reivindicações e de defesa dos direitos e das necessidades legítimas do trabalhador faz com que dele participe efetivamente. Os fichados revelaram que encontram, ali, o apoio das suas reivindicações, de ordem trabalhista.

Alguns trabalhadores fichados junto aos clan - destinos mencionaram participar efetivamente do sindicato "porque preciso dele, numa doença, num socorro". A prestação de serviços de assistência, principalmente à saúde, contribui em grande parte, para a participação do trabalhador na organização. Nesse caso, o sindicato deixa de ser um órgão exclusivamente de representação do trabalhador para tornar-se assistencialista, e isto se dá em virtude da sua íntima ligação com o FUNRURAL, que dificulta, também, a prática po-

lítica dos assalariados. O potencial de reivindicações das mobilizações ali promovidas, torna-se às vezes limitado. Observou-se com relação ao presidente sindical uma consciência de que existem mecanismos estruturais de controle social dispostos a canalizar o potencial reivindicatório da categoria de trabalhadores rurais e a sua prática política. Este dirigente se refere, constantemente, ao controle exercido pelo governo no sindicato, criticando-o por incentivar programas' como, o da assistência médico-odontológica e o da aposentadoria por velhice ou invalidez para os trabalhadores, através do FUNRURAL. Em tom jocoso declarou: "nós viramos estafetas' de carregar velhos".

A nível do discurso governamental, o FUNRURAL' teria apresentado, ao homem do campo, possibilidades concretas de integração no sistema de previdência social, e a divulgação da eficiência de seus serviços é feita direta ou indiretamente para mostrar que os seus próprios órgãos de classe - sindicatos - poderiam ser dispensados, dada a possibilidade do FUNRURAL desempenhar, de maneira mais satisfatória, as atividades que eram antes delegadas ao sindicato. FERRANTE (1979,p38-39).

Não se percebe uma eficácia do FUNRURAL ligado aos sindicatos. A sua proposta tem interferido na função política da entidade. Na pesquisa realizada por Vera Ferrante' no município de Araraquara, Estado de São Paulo, comprovou-se que a instituição FUNRURAL foi prejudicial à existência '

dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, no curso de suas ações políticas, FERRANTE (1979, p.39). Este aspecto encontra-se, também, encampado pela própria direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

A relação sindicato x FUNRURAL é, assim, apresentada pelo presidente da organização sindical:

"Esta ligação tem levado o trabalhador a confundir o verdadeiro papel do sindicato. Quando se efetuam atrasos existentes na solução dos processos relativos à aposentadoria por invalidez, por comissão alheia ao sindicato, os trabalhadores costumam culpar o sindicato".

Pesquisando-se a documentação do acervo do sindicato foram encontrados ofícios enviados pelos advogados ao FUNRURAL. Referem-se à demora do processo burocrático de aposentadorias, às dificuldades para se obter aposentadoria por invalidez, às perícias médicas que fornecem diagnósticos sem ao menos conhecer o paciente, e a demora da restituição de dinheiro pelos dias em que o trabalhador esteve acidentado sem poder exercer suas funções no campo.

A liderança da instituição sindical incentiva a assistência à saúde promovida pelo FUNRURAL (*), como meio

(*) Ver a respeito do FUNRURAL: FERRANTE, Vera. O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural: Ideologia e Realidade. Perspectivas, Araraquara - São Paulo (1975).

de obter a adesão do trabalhador rural à organização, defender a sua saúde para, assim, ele tornar-se uma frente reivindicatória dos seus direitos e das suas necessidades mais elementares. Esta é uma estratégia política visando a aumentar o número de associados e poderia, por outro lado, esvaziar o poder da organização para defender as reivindicações. Isto no entanto, não se verificou. Os clandestinos, em geral, têm poucas oportunidades de se fixarem no sindicato e dele participarem efetivamente como associados. Dessa forma, sua prática política através da entidade, é reduzida. Verificou-se, porém que sua participação foi possível quando se deram as mobilizações para a convenção coletiva de trabalho de 1979 (*).

Além das precárias condições de vida dos clandestinos, por seu trabalho instável e por não serem amparados legalmente, acresce ainda que alguns deles não têm consciência de sua força social:

"A nossa vida não é boa. Já morei e muito lugar e nunca tive um documento nem me fichei. Acho difícil mudar a nossa vida. A gente é clandestino por força do destino".

(*) No capítulo "Desenvolvimento e tendências recentes do sindicalismo rural de trabalhadores" esclarece a esse respeito.

"Muitos não têm coragem de lutar para mudar".

(Clandestino sindicalizado)

A negação das condições de existência pelo trabalho do clandestino denota, contudo, a consciência de alguns, de sua força social. Isto foi ressaltado pelo clandestino como se demonstra no documento a seguir:

"As condições de nosso trabalho não são melhores que a de um cão. Pois, um cão não tem direito a nada, e nós também. Se é clandestino porque é o jeito. Mas sabemos que não dá".

(Clandestino não sindicalizado)

A manifestação das suas condições de existência reveladas na declaração anterior, decorre da exígua oportunidade dele freqüentar a organização. Está ligada também, ao grau de conscientização da participação sindical.

Durante o trabalho de campo, verificou-se que um número elevado de clandestinos não é conscientizado da necessidade de tomar parte nas atividades ali realizadas, bem como de manter uma prática política através da entidade. Assim se referiram estes clandestinos:

"Não vou às reuniões, às eleições do sindicato porque não entendo o que o povo fala lá".

"Não assisto às reuniões porque não dou jeito às coisas".

Depoimentos como o anterior foram observados principalmente, entre os assalariados jovens, além de verificar-se que as reuniões do sindicato são frequentadas, em geral, pelos mais idosos.

A participação dos fichados no sindicato se dá, muitas vezes, em troca da aposentadoria que ele pode requerer. Isto mostra esse percentual de trabalhadores visando apenas um benefício do sindicato. E, portanto, vê-lo com um caráter desvirtuado, desprezando o seu papel político.

As dificuldades da participação dos sindicalizados na sua instituição foram apontadas, frequentemente, nas entrevistas. Muitos se referem à "distância de onde moram nos engenhos até a sede do sindicato, o que impede sua presença constante, para acompanhar todas as reuniões e eleições ali realizadas". Nesse sentido, o sindicato vem procurando enviar uma condução até onde esses trabalhadores moram, trazendo-os para sua sede. A maior frequência às reuniões é, portanto, daqueles que moram na cidade, o que constitui realmente a maioria dos trabalhadores rurais do município. Uma outra dificuldade para o trabalhador não assistir a todas as reuniões ali promovidas, geralmente aos domingos, consiste no fato de se encontrarem trabalhando nas propriedades rurais, não tendo licença do patrão para se ausentarem nesse dia para tal fim. Isto ocorre, principalmente, no período da moagem, quando muitos são obrigados a prestar serviços nas proprieda

des, a fim de que a produção da cana, por eles cortada, possa atender à demanda da usina. Alternativas face à solução' destas questões têm sido procuradas, sem muito sucesso, pela organização.

O desenvolvimento desuniformizado da prática' política no sindicato está ligado às diferenciadas condições em que se encontram os trabalhadores rurais na organização do trabalho, como acontece com os clandestinos, submetidos à constante mobilidade espacial, não podendo fixar-se no sindicato. A liderança sindical envida esforços para atravessar as barreiras que dificultam essa prática. Procura, assim, uniformizar as condições de trabalho para as categorias e homogeneizá-las, também, sob o ponto de vista formal, através dos vínculos contratuais de trabalho e, dessa forma, obter uma completa união dos assalariados rurais.

A heterogeneidade de condições impostas às categorias, divididas de acordo com os aspectos apontados, leva-as a desenvolverem projetos de vida distintos e, conseqüentemente, diminuir a sua união. A atuação sindical consiste em unir o dividido. E as lideranças vêm-se posicionando face a esta realidade. A análise das principais reivindicações e o atendimento pelo sindicato complementarão os aspectos apontados no item 4.4., a seguir "As reivindicações e o atendimento".

4.4. As reivindicações e o atendimento.

A repressão posta em prática pelo governo, após março de 1964, levou os trabalhadores, por muito tempo, a não procurarem o sindicato a fim de reivindicar os seus próprios direitos, principalmente por se encontrarem ameaçados pelos patrões, de serem demitidos. Nessa época, o sindicato tomou um caráter mais assistencialista do que reivindicatório. Somente com o abrandamento dessa repressão e o surgimento da possibilidade de reorganização da classe trabalhadora rural - possibilidade esta relacionada à própria reorganização das forças da sociedade civil - é que se vem modificando esta situação.

As observações feitas durante o trabalho de campo dão conta de que, atualmente, os assalariados procuram o sindicato mais freqüentemente. A liderança sindical mostra se empenhada em lutar por reivindicações, embora comparando-se com o período de suas experiências vividas na década de 60 com as Ligas Camponesas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, esta luta assuma um caráter diferente.

A liderança sindical vem, realmente, atendendo às reais reivindicações desses trabalhadores? A questão remete à análise do teor dessas reivindicações. Coube, inicialmente, verificar se a proposição das reivindicações representa concretamente as necessidades e os interesses da força assalariada, ou seja, se tal proposição não é filtrada pela liderança sindical.

A atuação do órgão de classe se fortalece, à

medida que consegue atingir a realidade concreta do trabalhador rural. Como se mostrou no Ítem 1 (um) deste trabalho, o clandestino, além de ser um trabalhador instável na organização sindical, também não mantém, como alguns dos fichados, uma atitude reivindicatória constante. São, portanto, o fichado e o clandestino-morador, os que mais reivindicam seus direitos no sindicato e representa uma das ações políticas que se desenvolve na organização.

A pesquisa revelou que a maior parte dos assalariados, representados como vendedores de sua força de trabalho, aspira melhores condições de trabalho; regularização do pagamento dos direitos trabalhistas, dos salários, dos regimes de trabalho, bem como do quantum das tarefas que lhes são impostas. São reivindicações burguesas, ao nível do capitalismo. O sindicato é, pois, o mediador dessas reivindicações. Dessa forma, evita que maiores conflitos venham à tona.

A luta da liderança sindical pela exigência do cumprimento das leis, pela estabilidade do trabalho por um salário compatível com as necessidades do trabalhador, representa uma luta econômica. É uma luta por interesses imediatos que leva sempre à oposição contra os patrões, no sentido de exigir do governo, leis que beneficiem a classe trabalhadora. Essa luta está sempre ligada à política burguesa, à política sindical mesma, que na organização da classe operária, procura conseguir que o Estado remedie os males, embora isso não suprima a submissão do trabalho ao capital. LÊNIN ,

(1978,p.34).

Observou-se que a liderança sindical assalariada vem procurando denunciar a situação da classe trabalhadora aos representantes do poder que continuam sendo uma poderosa alavanca de luta econômica. E, assim o será, enquanto existir o capitalismo, pois que ele impede necessariamente aos operários sua autodefesa (LÊNIN, op.cit.45). Este é, pois, um dos primeiros passos da atuação sindical ao mostrar que vem representando as necessidades imediatas do trabalhador rural.

Os dirigentes do sindicato patrocinam reivindicações que atingem todos os assalariados. Inexiste, contudo, um projeto homogêneo no conjunto dessas reivindicações. O clandestino e o clandestino-morador reivindicam um trabalho permanente, enquanto o fichado, a regularização do trabalho que já desempenha e os direitos trabalhistas.

As distinções legais impostas às categorias, através da vinculação contratual de trabalho, bem como as adversas vivências nas relações de trabalho, acarretam uma diversidade de projetos de vida, de reivindicações. Isto faz com que o sindicato tenha uma atuação dividida na representação destes trabalhadores. Em relação aos clandestinos, os dirigentes defendem reivindicações relativas à segurança dos trabalhadores quando são transportados para o local do desempenho das tarefas, geralmente em caminhões fabricados para levar cargas ou canas. Foram constatadas, também, reivindicações relativas à regularização profissional dos clandestinos.

nos-moradores que estão há muito tempo na propriedade sem qualquer vínculo de emprego. No período da pesquisa de campo, inspetores do trabalho junto ao presidente sindical, entregaram a muitos patrões as carteiras profissionais dos clandestinos-moradores nos engenhos, para serem assinadas com a data que o trabalhador começou a prestar serviços na propriedade. Em muitos casos, esta reivindicação era alcançada. Essa categoria reivindica, portanto, uma situação profissional regular, demonstrando a consciência de que os mecanismos utilizados como o estímulo à produção, a fim de fornecer um salário maior do que o de fichado, em troca da não regularização profissional, é uma forma de acelerar sua exploração.

O clandestino referiu-se não ser atingido totalmente pelo sindicato. A isto, muito se deve a exígua união dessa categoria social, a qual em virtude das condições em que se encontra no exercício das tarefas, não participa constantemente do sindicato. E, por isso, muitos desconhecem a representação dos seus interesses e de suas necessidades.

Levando-se em conta a estimativa feita pelo presidente sindical, de que há no município cerca de somente 30% de trabalhadores representados no sindicato, e que a maioria dos assalariados não permanece presa ao município pesquisado, mas, a outros, constata-se ser difícil à liderança sindical conhecer totalmente as suas reivindicações. Dependerá, no entanto, de um trabalho na conscientização do papel do sindicato, através das mobilizações, do patrocínio de reivindicações para adquirir um maior número de filiados.

As reivindicações dos fichados diferem das reivindicações dos clandestinos. Os documentos pesquisados - atas, ofícios, relatórios, etc. - dão conta dessas reivindicações.

Nas atas consultadas foram verificadas reivindicações relativas às horas-extras de trabalho, ao atraso de salários, dirigidas pelos fichados à liderança sindical. Constituiu-se uma conquista dessa liderança o pagamento pela cobrança das horas-extras aos cabos, os quais não vinham recebendo em 1978, o que era direito, trabalhando cerca de 12 horas diárias.

O sindicato vinha reivindicando para os fichados o direito da hora-extra, equivalente ao período que excede a jornada de trabalho de oito horas, para locomover-se para as propriedades através do agrupado, e que deveria ser considerada como tempo de trabalho. Isto ocorreu frequentemente em 1977. A reivindicação pelo agrupado, como dizem os trabalhadores, foi maciça, levando-os a procurarem frequentar o sindicato:

"Depois dessa hora-extra, que o sindicato conseguiu, o povo vive se chegando mais ao sindicato".

(Fichado sindicalizado)

Mozar Neves (1978), ao descrever essa reivindicação, esclarece que houve dias em que o sindicato atendeu mais de cem pessoas, entre homens e mulheres, todos a procura

ra de esclarecimento sobre o pagamento de horas-extras. Como não era possível o controle dos trabalhadores efetivamente envolvidos nestes deslocamentos, decidiu-se reduzir o total a ser cobrado pelas horas extras e incluir o maior número possível de trabalhadores nos processos. O número de pessoas incluídas num único processo variava de um a vinte e quatro. Pouquíssimos casos foram considerados improcedentes, sendo a maioria dos processos conciliados em uma ou duas audiências, NEVES (1978,p.173).

O sucesso dessa reivindicação resultou no fortalecimento do sindicato, que mostrou atender às reais demandas da categoria que representa.

É importante destacar, ainda, as declarações de Mozar Neves a respeito dessa reivindicação:

"No segundo ano em que reivindicaram o pagamento de horas-extras, os trabalhadores chegaram a receber até Cr\$ 1.380,00, quantia superior ao salário mínimo regional na época. Em 1978, 2.500 trabalhadores estavam sendo beneficiados com esta campanha".

NEVES(1978,p.173-174)

Outras reivindicações vinham sendo apresentadas pelo sindicato em decorrência do sucesso alcançado com o pagamento das horas-extras pela participação compulsória no agrupado. Segundo o presidente da organização, os trabalhadores fichados passaram a exigir do sindicato que cobrasse dos

patrões - através do encaminhamento de processos trabalhistas à justiça - o pagamento do 13º salário, os salários atrasados, como também os casos de indenização por rescisão de contrato e o aviso prévio.

Os trabalhadores fichados declararam que vinham sendo atendidas as suas reivindicações:

"O sindicato vem conseguindo melhorar as nossas vidas, é o salário maior que conseguiu, no pagamento de hora-extra. Essas coisas que antes o sindicato não fazia!"

(Fichado sindicalizado)

A liderança sindical vem atingindo as reais reivindicações dos assalariados? Ficou constatado que algumas questões não foram apresentadas por esta liderança. A relativa ao uso da terra, foi levantada por esta liderança, à medida que foi provocada pelo pesquisador. Nessa ocasião, referiu-se à cobrança feita à classe patronal do cumprimento da Lei dos Dois Hectares, constante em acordo de convenção coletiva de trabalho, de 1979. Essa reivindicação não é, portanto, bastante enfatizada como é a do salário, embora esta exista num segundo plano, como condição do trabalhador poder complementar seu baixo salário no campo. Ambas as reivindicações são, pois, complementares. Isto vem mostrar a proletarização existente e as condições de assalariamento assumidas pelo trabalhador. "A retomada da questão da terra pode ser um forte indício de que o sindicalismo está

superando as estratégias de ação limitadas pelos espaços burgueses" FERRANTE (1980,p.145).

As dificuldades da liderança sindical para atingir os diferentes projetos de vida e representar as reivindicações dos trabalhadores rurais, estão relacionadas com o problema da segmentação dessa mão-de-obra, e os seus interesses distintos. Esta liderança vem tentando, dessa forma, superar a diferenciação apontada. Para isto vem desenvolvendo, na década de 70, campanhas para tornar todos os trabalhadores regularizados profissionalmente, homogeneizá-los para lutar por um mesmo projeto e exercer uma luta única através' do sindicato.

Observe-se o conteúdo do ofício nº 0039 do presidente sindical dirigido à Delegacia Regional do Trabalho, datado de 15 de dezembro de 1979:

"Apesar de enfrentar a figura dos empreiteiros que são os maiores testa-de-ferro dos patrões, conseguimos registrar mais de 600 trabalhadores rurais clandestinos, faltando, porém, registrar grande número desses trabalhadores".

O conteúdo deste ofício revela a força do movimento sindical em defender os trabalhadores. Estes, por sua vez, revelaram vir conscientizando-se da necessidade de serem regularmente contratados, como mostra o depoimento a seguir, de um fichado:

"O sindicato está fichando o povo todo. Se todos fossem fichados não tinha essa desorganização de um ganhar mais do que o outro".

As reivindicações, tornando-se homogêneas, não provocam a diminuição do nível de exploração. Os trabalhadores continuam como proletários e lutam para atingir suas aspirações ao nível que permite o sistema capitalista de produção.

A liderança sindical mostrou vir desempenhando um papel importante no meio da rural, ao atuar significativamente no curso das reivindicações, sob a perspectiva trabalhista. Encontra-se presente na condição de reivindicações trabalhistas o caráter da legalidade. Este caráter, de certa forma, interessa ao sistema de poder e contribui para impedir o movimento sindical visar ao desenvolvimento de transformações radicais. Envolvida da legalidade, representa-se uma atuação sindical reformista. O sindicalismo reformista tem por objetivo aperfeiçoar o capitalismo e não suprimi-lo. Baseia-se essencialmente numa luta econômica, considerando-se que esta é definitiva para resolver a situação da classe operária MARCELINO (1978). Esta situação foi verificada também na Zona da Mata Sul. Desenvolve-se uma luta econômica com conotações políticas.

● depoimento dos dirigentes sindicais, como o apresentado a seguir, extraído de reunião mensal da entidade,

reflete o aspecto da legalidade no movimento sindical dos trabalhadores rurais:

"Eu tenho autoridade de defender vocês. Mas o trabalhador tem que criar condições para que o sindicato possa trabalhar. As condições é observando a lei. Quando do patrão vir a explorar o trabalhador, a lei é a verdadeira que nos protege; não podemos deixar de nos guiar por ela".

"Vamos lutar pelos nossos direitos, nosso dever, ele já existe. A lei existe para ser respeitada".

"A Convenção Coletiva de Trabalho é lei. Vale por um ano. Com a lei nós ganhamos e podemos enfrentar o patrão".

"O governo não tem cumprido com a sua parte de fiscalização dos patrões. Podemos fazer a greve legalizada e honesta, caso a convenção não seja cumprida".

A legalidade representa, no entanto, um espaço que cabe à organização sindical e ao sindicalismo. Através da legalidade desenvolve-se também um movimento de pressão institucional, ou seja, com ações dirigidas para e contra o sistema institucional. Esta atuação através da legislação e acompanhada de uma posição política, exprime uma forma dife-

renciada da luta de classes. Observem-se trechos do diálogo entre o presidente sindical e os trabalhadores rurais, detectados numa reunião mensal e que reflete a oposição entre estes trabalhadores e os patrões:

"P - Quanto tempo vocês passam para receber o acidente?

R - Três anos, às vezes.

P - Alguém morreu de fome porque passou esse tempo sem receber?

R - De fome não se morre, o que mata é a fraqueza. É melhor passar 4, 5 dias sem comer, parados, para resolver essa situação ou tirar a conta do tamanho que o patrão quer? A lei diz: quando a greve é legal o trabalhador não tem prejuízo. Recebe todos os dias que fica parado. A greve que vocês votaram, o patrão e as autoridades não tiveram meios para dizer que ela não era legal. Quando vocês trabalham, sai falta, sai tudo. Então, não se deve ter medo de fazer essa greve, pensando que não vai ganhar o dia".

A greve, como um instrumento legal de reivindicação é estimulada, como se observa nas palavras do Assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de

Pernambuco - FETAPE, em reunião quando fez declarações que merecem aqui um destaque:

"Os patrões estão forçando a que se pare o serviço na hora, quando não cumprem a tabela. Esta é uma greve que eles mesmo fazem' diariamente, como também, por não assinarem as suas carteiras profissionais e, quando fazem, é sem o tempo que o trabalhador ' prestou serviços a eles anteriormente. Vocês devem gritar e através-da lei, denunciá-los"

As condições atuais para a utilização de instrumentos de reivindicação proporcionados pelo regime político vigente, são referidas pelo presidente sindical, numa reunião mensal da entidade:

"Existe democracia no Brasil e, em todos os países onde ela existe, a categoria tem o direito de fazer uso das greves, de dar suas opiniões e discutir as reivindicações".

Este depoimento mostra a perspicácia da liderança ao desempenhar seu papel no sindicato. Pode ter uma conotação política e alcançar resultados positivos sem, contudo, distorcer o verdadeiro papel do órgão de classe.

As atitudes externadas pela liderança sindical representam uma conscientização dos direitos e das leis. Resta saber até que ponto esta conscientização é desenvolvida '

pelos assalariados em seu conjunto. Verifica-se através dos depoimentos que esses indivíduos se representam superestimando as leis e os direitos legais, conforme declaram os fichados:

"No sindicato se aprende as leis e com elas podemos defender os nossos direitos".

(Fichado sindicalizado)

"Quando uma pessoa chega para o sindicato, agitado, ele (o presidente) procura acalmar e dar conselhos. Lê a lei e a explica direitinho".

(Fichado sindicalizado)

O teor das reivindicações, de ordem trabalhista, e acompanhado do caráter legal, é proposto pela liderança do sindicato. Os assalariados, contudo, o absorve como um meio de defenderem seus interesses e suas necessidades. As conquistas das reivindicações trabalhistas constituem-se em um passo para atingir outros níveis dessa conquista, como em relação à terra, à participação elevada nas discussões em torno das decisões governamentais e mesmo dos direitos à sua cidadania.

Estas são, pois, as principais reivindicações, diferenciadas de acordo com as categorias sociais de trabalhadores. Há um atendimento dessas reivindicações como se demonstrou. Este atendimento realizou-se, principalmente, no final da década de 70 e início de 1980.

Por outro lado, constatou-se que o movimento

sindical evoluiu bastante a partir do ano de 1979, havendo um enfeixe de um número elevado de reivindicações dos assalariados e do seu atendimento, bem como uma elevação da sua organização no sindicato, fruto de um trabalho lento de arregimentação e mobilização desses assalariados em toda a década de 70.

5. DESENVOLVIMENTO E TENDÊNCIAS RECENTES DO SINDICALISMO RURAL DOS TRABALHADORES.

5.1. O papel do sindicato.

Surge uma nova perspectiva da atuação sindical na Zona da Mata de Pernambuco, a partir de 1979. E, após ser atingido por uma ação desmobilizadora, nos últimos quinze anos, no final da década de 70 e especialmente em 1979, o sindicalismo rural de trabalhadores apresenta um fortalecimento. Procura-se destacar, neste capítulo, a análise desse movimento no município investigado, referente ao ano de 1979 e até ao período dessa pesquisa: janeiro, fevereiro e março de 1980.

Considerou-se a importância do movimento sindical na fase assinalada, tendo-se em vista a força da representação existente na região. Desenvolveram-se mobilizações de trabalhadores, realizou-se a convenção coletiva de trabalho e observou-se a utilização política da legislação trabalhista no estabelecimento desse acordo.

A reestruturação do movimento sindical dá-se através de mecanismos burocráticos da estrutura sindical, utilizados politicamente.

Em outubro de 1979, o sindicato investigado, junto a outros 24, realizou no campo, passados quinze anos, a única convenção coletiva de trabalho; um acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam as condições de trabalho aplicáveis no âmbito das respectivas representações e nas relações individuais de trabalho. As mobilizações efetuadas na Zona da Mata para a convenção coletiva de trabalho de outubro de 1979, com vistas à melhoria das condições sociais da categoria dos trabalhadores rurais, foram, e continuam sendo, um indicador do fortalecimento da atuação sindical, uma tendência recente do movimento de trabalhadores rurais. (*) "É a continuidade da luta pelos 'direitos' (**), durante os últimos quinze anos que permitiu compreender como os acontecimentos de outubro de 1979 se tornaram possíveis. A conjuntura política nacional teve seu peso

(*) Este movimento intensificou-se após a realização do III Congresso da CONTAG, em Brasília no ano de 1979.

(**) "direitos" é o termo que os trabalhadores dessa região utilizam para designar algumas das principais conquistas asseguradas pelo Estatuto do Trabalhador Rural, cf. SIGAUD, L., A Greve nos Engenhos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

no deflagar do movimento. A greve de Pernambuco ocorreu num momento de abertura do regime. As greves vitoriosas, nos setores da classe operária e da classe média, mais decisivamente influenciaram na mobilização de Pernambuco," SIGAUD (1980,p.2).

A recuperação do movimento sindical, após haver ocorrido sua desarticulação em março de 1964, com a mudança do cenário político do país, é um fato que deve ser destacado, principalmente a partir dos últimos quatro anos, quando a atuação sindical dos trabalhadores tomou grande impulso. Verifica-se um trabalho conjunto e a integração da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco - FETAPE e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de toda a Zona da Mata de Pernambuco.

As mobilizações efetuadas no campo, como se descreve a seguir, foram as seguintes: Desde o início de 1978 'esta entidade sindical, junto à Federação dos Trabalhadores' na Agricultura de Pernambuco - FETAPE e outros sindicatos, realizou muitas reuniões e assembléias com trabalhadores rurais e entre membros das entidades mencionadas. Nas assembléias, os trabalhadores apresentam reivindicações a serem levadas à consideração do sindicato patronal. Em outubro de 1979, foram estabelecidas no acordo entre o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco e o Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar e mais 24 sindicatos dos trabalhadores rurais, vinte e três cláusulas relacionadas com as condições de trabalho na agricultura da cana, como também

com o uso da terra e a própria representação sindical. (*) A convenção coletiva de trabalho foi além de assinada por estes sindicatos, submetida a julgamento e homologada pela Delegacia Regional do Trabalho. As reivindicações dos trabalhadores rurais é um reflexo do grau das suas necessidades econômicas e sociais.

As cláusulas da convenção coletiva de trabalho de 1979 refletem uma preocupação com a saúde do trabalhador, as suas condições de moradia, de trabalho e de vida, a remuneração, o cumprimento dos direitos trabalhistas e os relativos ao uso da terra, a educação, a representação dos seus interesses e das suas necessidades no sindicato e, ainda, demonstram o interesse com o fortalecimento da organização sindical. As reivindicações contidas no referido documento expressam uma tentativa de atingir globalmente o trabalhador rural, seja, fichado, clandestino ou clandestino-morador, de exigir dos patrões o cumprimento dos deveres de ordem trabalhista e, assim, manter relações de trabalho a um nível que possibilite o bem estar do assalariado.

Destaca-se a importância da 19a. cláusula, que se refere à reivindicação do cumprimento do direito trabalhista previsto no artigo 29 da CLT, ou seja, a assinatura da carteira profissional e previdência social. Constitui-se, pois, numa maneira de conseguir diminuir o número dos clandestinos, relativamente mais elevado em comparação com o dos fichados. O cumprimento efetivo desta cláusula permite atingir as outras cláusulas que se revestem de reivindicações em

(*) Ver documento da convenção de trabalho de 1979 no apêndice 1.

torno do cumprimento dos direitos trabalhistas. São as seguintes que se destinam ao trabalhador regularmente contratado: a 2a. cláusula, do pagamento do salário pelos primeiros quinze dias em que o trabalhador se encontra doente; a 7a. cláusula, referente ao pagamento da produção executada, de acordo com a tabela de tarefas do campo; a 5a. cláusula, relativa ao cumprimento do salário, conforme as exigências feitas, inclusive a do 13º salário na data prevista.

As reivindicações deste documento têm um caráter econômico e abrange todos os trabalhadores. Observe-se que atinge, em grande parte, o trabalhador fichado, ficando o clandestino excluído de alguns benefícios que possam ser oferecidos aos fichados. No caso da 2a. cláusula, que se refere à saúde do trabalhador, encontra-se explícito que deve ser pago o salário pelos primeiros quinze dias que o trabalhador estiver doente, devendo este ser beneficiado pela Consolidação das Leis da Previdência Social, conforme § 2º do artigo 6º da Lei nº 605/49, o que não atende ao clandestino, não beneficiado por esta legislação, embora, ele tenha direito. O mesmo ocorre com a 3a. cláusula, referente à restituição de diárias como se o assalariado estivesse trabalhando, em caso de ter sofrido acidente no exercício das tarefas. Esse pagamento, na forma da Legislação Acidentária Rural, junto à Previdência Social, só é efetuado com relação àquele que tem carteira de trabalho assinada, ou seja, o fichado.

A 6a. cláusula, que visa a atingir o cumprimento da Lei nº 6969/44, regulamentada pelo Decreto nº 57020/65

e pelo ato nº 18/68 do Instituto do Açúcar e do Alcool e que se refere ao uso gratuito de uma área de terra pelo trabalhador, vem proporcionar benefício apenas ao fichado que mora nas propriedades, enquanto as demais categorias são excluídas, desde que moram na área urbana do município. A 8a. cláusula que define a proibição de serviços fora da propriedade e no caso destes serem concedidos, o trabalhador deverá ter transporte gratuito e em condições de segurança, é uma maneira de extinguir o regime do agrupado, muito comum na região. Como o agrupado é realizado em geral pelos fichados, somente estes são os envolvidos na reivindicação apontada. As cláusulas 15a. e 17a. dizem respeito à representação política dos trabalhadores rurais, através da instituição de delegados sindicais, de delegacias ou seções que promovem a defesa dos assalariados, sejam fichados, clandestinos e clandestinos-moradores. O seu cumprimento atinge a regularização profissional dos clandestinos, visto que grande parte do trabalho destes delegados é destinada a esses assalariados. A 17a. cláusula, que se refere à obrigatoriedade do pagamento da quantia de cinquenta cruzeiros, descontada dos empregados, é, pois, de grande significado para atingir o fortalecimento da organização sindical. O equilíbrio do fator financeiro na organização sindical é um dos elementos para que esta organização tenha condições de realizar um trabalho eficiente no meio rural, em termos de arrecimação, manutenção de campanhas, de programas e através de outras formas de atuação sindical.

A organização dos trabalhadores rurais permitiu, também, as reivindicações apontadas. A liderança sindical revelou, contudo, que para desenvolver as mobilizações com os trabalhadores rurais, o trabalho foi árduo e lento. Alguns fatos contribuíram para isso.

O processo de arregimentação dos trabalhadores para o movimento da convenção coletiva de trabalho de 1979, descrito pelo presidente da organização, denota a existência da desarticulação dessa categoria social, devido às experiências vividas com a repressão, após março de 1964:

"O trabalho desenvolvido com as bases para conscientizá-la da necessidade de realizar a convenção coletiva de trabalho foi duro. Pois, os trabalhadores estavam dispersos e despreparados para qualquer movimento reivindicatório. Estavam sem coragem de enfrentar os patrões".

(Presidente sindical)

A liderança sindical se esforça em fazer um movimento legal e de cunho político, através de instrumentos que estão ao seu alcance. O espaço que é dado ao sindicato, na conjuntura política existente, permite organizar os trabalhadores para uma luta legal, legitimada pelo Estado - legitimada na medida em que é admitida a homologação de acordo coletivo de trabalho pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT. Esta homologação efetua-se também em razão da pressão

dos trabalhadores rurais. Verificou-se uma luta pela efetivação dos direitos trabalhistas, pela aplicação da Lei dos Dois Hectares, bem como uma interpretação e uma utilização política da Lei de Greve a fim de atingir a convenção coletiva do trabalho. (*)

O desenvolvimento do sindicalismo sob a perspectiva apontada é referido por um advogado do sindicato:

"Acredita-se que o movimento sindical empenha uma luta, usando apenas a legislação vigente, de forma política, e atingindo as mobilizações propostas".

O sindicato tem um papel importante, ultrapassando o da simples burocratização dos conflitos gerados nas relações de trabalho e conduzindo o trabalhador ao acesso de seus direitos. Evidentemente não se verifica, através desta luta, uma mudança da legislação imposta pelo Estado ao sindicato. Não representa, por outro lado, uma alteração substancial da posição das categorias de assalariados, quer sejam fichados, clandestinos ou clandestinos-moradores. O movimento legal de reivindicações representa, pois, uma conquista de espaços necessários para empreender uma luta face às relações de trabalho, e para assumir uma dimensão política. Este movimento é resultante da emergência dos conflitos sociais e

(*) Deve-se levar em conta nesse período e nessa região, a repressão promovida pelo Estado para impedir as mobilizações de trabalhadores e fez com que houvesse uma utilização política da Lei de Greve.

de trabalho presentes no campo. Não se deve subestimar a importância de um movimento de cunho legal. Este seria um dos instrumentos para a defesa das necessidades dos trabalhadores.

Nos encontros realizados com as lideranças sindicais pernambucanas, em 1978, conforme Memorial da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco - FETAPE, observa-se o reconhecimento do sindicato pelo espaço legal, bem como para transformar a luta individual em luta coletiva, através de instrumento coletivo como a greve, e após a cobertura legal das mobilizações coletivas.

Examine-se este trecho do memorial mencionado, que confirma a asserção anterior:

"Dado o contexto de condições de vida e de trabalho ao assalariado rural, o movimento sindical de trabalhadores rurais de Pernambuco consoante proposição formulada nos encontros já referidos, entende que deve partir para estudos preliminares e preparatórios, visando à utilização da negociação direta do dissídio coletivo, e como remédio extremo do exercício do direito de greve de forma amadurecida e serena".

(MEMORIAL DA FETAPE, Recife, 1978, p.9).

O Encontro de Dirigentes Sindicais do Nordeste levou a um significativo amadurecimento das propostas apre -

sentadas anteriormente. (*)

O desenvolvimento do movimento sindical foi, de certa forma, reforçado com o acúmulo de experiências que têm os trabalhadores rurais, desde a década de 60, quando o sindicalismo teve grande mobilização. Atualmente, o sindicato luta para atingir a completa união dos trabalhadores rurais, a fim de promover mudanças em prol do seu bem estar social e econômico. Tem conseguido diminuir a segmentação da mão-de obra, através da extensão dos direitos trabalhistas às diversas categorias. A situação de exploração tem levado, também, a um maior empenho por uma luta conjunta através do sindicato.

As mobilizações da liderança sindical, ainda que submetida aos requisitos da legislação sob a perspectiva apontada - a da legalidade - constituem-se estratégias que refletem o avanço das lutas sociais no campo.

Os movimentos reivindicatórios travados através do sindicato, no final da década de 70, como se descreve a seguir, revelam existir, entre os trabalhadores rurais, uma maior conscientização dos seus direitos, bem como o renascer do enfrentamento das categorias sociais dos trabalhadores rurais face aos proprietários, enfrentamento este amainado em períodos de grande repressão na Zona da Mata, logo após março de 1964.

(*) Ver a este respeito o documento "Encontro Regional das Federações dos Trabalhadores na Agricultura do Nordeste" - item Sindicalismo e Legislação Trabalhista - Carpina-PE-FETAPE, 1978, p.10-16. Mimeo.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais planejou, em 1979, a realização de greve legalizada e admitida pelo Estado, conforme Lei nº 4.330, prescrevendo o reconhecimento ' desse direito. Manteve para o movimento a seguinte preparação cronológica, como conta o presidente da entidade pesquisada.

"Foram efetuadas em 24 sindicatos da Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul uma série de reuniões, assembléias gerais e extraordinárias, para a aprovação de documento ' com todas as reivindicações feitas pelos ' trabalhadores. As assembléias eram realizadas para cumprir a lei, que exige um determinado número de pessoas presentes, ou seja, um quorum (*). Este quorum foi superior ao previsto na Lei de Greve. Realizou, em seguida, votação secreta para aprovar a efetivação da greve, caso não fossem aceitas as negociações que se efetuariam com a classe patronal. A cada trabalhador foram entregues duas chapas e um envelope. Uma chapa era verde, contendo um SIM e representava a lavoura, a outra era amarela, contendo um NÃO e significava o ouro dos pa-

(*) Este quorum é de 2/3 de pessoas na primeira convocação e 1/3 na segunda convocação, de acordo com a Lei de Greve.

trões. As urnas ficaram cheias, sendo apuradas por autoridades do Ministério do Trabalho. O resultado direcionou-se pela aprovação da realização da greve. Na votação ocorreu de muitos rasgarem ou pisarem no chão a senha que representava o ouro do patrão" (*).

A classe trabalhadora soube utilizar a Lei de Greve politicamente. A realização dessa mobilização foi constatada, também, através do conteúdo de edital publicado pelo sindicato em 1979, o qual se refere à assembléia geral e extraordinária, bem como à votação para decidir sobre a deliberação de movimento grevista, através de cédulas correspondentes ao SIM e NÃO. No relatório da organização sindical pesquisada, referente a 1979, consta, também, que o resultado dessa votação foi inteiramente favorável à deflagração da greve, caso não fosse assinado o acordo entre patrões e empregados.

O trabalho de conscientização dessa categoria no movimento para efetuar a greve, aparece na declaração do presidente sindical:

"Recorreu-se à utilização do panfleto distribuído diariamente nos engenhos, nas feiras, nas pontas-de-ruas, nos caminhões, com

(*) Ver SIGAUD, Lygia (1980) op.cit. Refere-se à greve rural na Zona da Mata de Pernambuco em 1979.

os clandestinos (*).

Foi empregada, também, para conscientizar o trabalhador, o folheto de literatura de cordel (**), um instrumento utilizado também nas greves efetuadas no campo entre 1963 e 1964. Os próprios trabalhadores improvisavam os versos que compõem esta literatura, e que traduzem a sua situação social e econômica e as suas reivindicações, de ordem econômica. Tais versos eram, então, divulgados com muita intensidade e absorvidos facilmente pelo trabalhador rural. Tinha, assim, uma função educativa.

Na preparação do referido movimento denominado pelos trabalhadores de grevista, os trabalhadores clandestinos não sindicalizados, em número elevado, manifestaram desejo de votar nas assembléias do sindicato. Foi elevada, pois, a participação dessa categoria para levantar reivindicações relativas ao trabalho, à elevação do salário e à quantidade de tarefas equivalentes à produção executada. Estas reivindicações foram aprovadas por aclamação, com a participação desses clandestinos. Este fato confirma que o sindicato vem procurando atender as demandas dessa categoria de trabalhador rural, de acordo com a situação em que ela se encontra

(*) Ver no apêndice 2, cópia de tal panfleto.

(**) Ver o mencionado folheto, no apêndice 3.

nas relações de trabalho. Revelou, também, que foi possível' uma luta conjunta entre fichados e clandestinos pela elevação do salário e por melhores condições de trabalho.

Convém salientar que, no período das mobilizações para efetuar as reivindicações mencionadas, deu-se a atuação solidária dos sindicatos da região do agreste, enviando gêneros alimentícios, bem como procurando evitar a vinda dessa região dos corumbas até a Zona da Mata e tomarem o lugar dos assalariados nessa mobilização. Estes fatos vêm mostrar a credibilidade no movimento sindical da Zona da Mata pelos trabalhadores rurais.

O posicionamento da liderança sindical face ' ao movimento reivindicatório descrito pelo seu presidente é ainda destacado:

"O sindicato permaneceu junto a outros 24, entre os da Zona da Mata Sul, Mata Norte' e a FETAPE, nas suas bases territoriais , até a definitiva e completa formalização' da convenção coletiva de trabalho. As negociações foram encerradas a zero hora do dia anterior à deflagração da greve: 8 de outubro de 1979. Foi alcançada a meta proposta inicialmente 'a formalização da convenção coletiva de trabalho".

As negociações foram obtidas quando já estavam em greve dois municípios da Zona da Mata Norte e, no '

dia anterior ao previsto para a deflagração de greve nos demais municípios.

Acrescenta-se, ainda, que, além de terem sido aprovadas as vinte e três reivindicações dos trabalhadores, foi aprovada, também, a tabela que estabelece o quantum de serviços correspondente a um salário (*). Destinada aos que executam serviços por produção ou por tarefa é baseada na Tabela das Tarefas do Campo, elaborado no governo de Miguel Arraes, em 1963 (**), e assinada pelos sindicatos patronais e o dos trabalhadores rurais.

Alexandre Sgrecia, ao analisar as mobilizações da convenção coletiva de trabalho, de 1979, refere-se que a vitória dessas mobilizações assegurou, aos trabalhadores, uma série de conquistas, ultrapassando seu significado muito além do simples atendimento de suas reivindicações econômicas, SGRECIA (1981, op.cit.p.125). Considera-se, também, que não se pode subestimar o significado dessas mobilizações, que é também político, de vez que representa o fortalecimento do poder sindical na região.

Esta tendência que se verifica no sindicalismo rural de trabalhador se dá devido a uma reorganização de forças e a uma revitalização dos movimentos sociais no campo, co

(*) O documento da convenção coletiva de trabalho de 1979 contém a referida tabela.

(**) Ver a Tabela das Tarefas do Campo in CALLADO (1979), apêndice p. I - V.

mo em toda a sociedade brasileira (*). Pela primeira vez, depois de quinze anos, os trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, conseguiram realizar uma convenção coletiva de trabalho.

Convém destacar, aqui, as consequências da formalização da convenção coletiva de trabalho, verificadas durante a pesquisa. Constatou-se, no município, o cumprimento de algumas das 23 cláusulas estabelecidas por este instrumento de defesa da classe trabalhadora. Destacam-se: o aumento de 52% dos salários da lavoura da cana; o pagamento do salário-doença, ou seja, dos primeiros quinze dias em que o trabalhador se encontra doente e, portanto, de licença médica; a assinatura das carteiras profissionais, obedecendo à data real em que o trabalhador começou a prestar serviços na propriedade. Há casos em que a data da sua admissão retroagiu até 30 anos. Vinha sendo efetuada, também, a fiscalização do cumprimento do acordo pelos patrões, através dos fiscais do Ministério do Trabalho, em companhia do presidente sindical.

(*) Ver os textos apresentados nos encontros do grupo "MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO" do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura-PIPSA: Movimentos de pequenos produtores e assalariados rurais de 1955 até o presente. BRUMER e outros (1980); Movimentos sociais no campo: o sindicalismo rural, FERRANTE, V. (1979). Ver ainda: A greve nos engenhos-SIGAUD, L. op.cit. (1980); O assalariado da cana, SGRECIA, A. op.cit. (1981); Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul, S.P. (CHAIA, V. 1981). São Paulo-USP, dissertação de mestrado.

Foi constatada, ainda, a permanência de delegados sindicais' nos engenhos e nos arruados, defendendo os trabalhadores rurais; a conservação de algumas casas dos trabalhadores nos engenhos; a construção de escolas em propriedades com mais ' de cinquenta trabalhadores.

Verificou-se o desenvolvimento de campanhas através do sindicato, no sentido de unificar as condições de trabalho, principalmente para fazer valer a Tabela das Tarefas no Campo com a remuneração correspondente, e assim, possibilitar o controle dos mecanismos de exploração da mão-de-obra. As campanhas para promover a união dos trabalhadores ' no sindicato vinham obtendo resultado. Em algumas propriedades rurais estava sendo levado a efeito o cumprimento da tabela de tarefas, embora este cumprimento pela categoria dos patrões não fosse integral. Ocorre que, na maioria dessas ' propriedades, as tarefas reservadas aos trabalhadores, sendo determinadas na tabela elaborada pelo sindicato e a medição' dessas tarefas era irregular, apesar de terem se elevado os salários. O atendimento das várias reivindicações menciona - das, principalmente dos fichados, é um fato que se verifica' no município. O sindicato mostra-se um verdadeiro represen - tante desses trabalhadores rurais ao defender as condições ' de trabalho e os direitos trabalhistas. Empreende uma luta para regularizar a situação profissional dos assalariados . Vem amparando, também, os clandestinos-moradores, ao conse - guir-lhes que sejam legalmente contratados junto aos clandes tinós e integrá-los no sindicato. A luta pela terra, neste

sindicato, é desenvolvida através da Lei dos Sítios ou Lei dos Dois Hectares. Esta é reduzida ao se comparar com a luta desenvolvida pelo cumprimento dos direitos trabalhistas, numa dimensão que se destaca.

A luta sindical do trabalhador rural, comparada com a dos sindicatos urbanos de Pernambuco desenvolve-se bastante. Observam-se indícios de uma organização desses trabalhadores rurais, como também relativas mudanças de suas condições de trabalho. Entre estas mudanças destacam-se o cumprimento do aumento salarial e reivindicação do direito ao salário-doença, com certa efetividade, e, ainda, o cumprimento relativo da Tabela das Tarefas do Campo. Visando garantir o avanço do movimento sindical no meio rural, a sua liderança passou a aumentar o trabalho com a base através de diversos programas e campanhas intensivas, no sentido de desenvolver uma luta contínua para assegurar as mudanças obtidas com as mobilizações efetuadas.

O poder sindical no meio rural é verificado não apenas a nível da Zona da Mata de Pernambuco, mas se repete também, a nível nacional, ao se realizarem eventos como o III Congresso Nacional da CONTAG, em 1979 (*). No sindicato investigado há uma orientação das diretrizes desse Congresso, ao realizar a convenção coletiva de trabalho. Este órgão mantém uma política que visa defender o trabalhador rural, bem como levá-lo a uma conscientização de que deve lu-

(*) Ver Anais do III Congresso dos Trabalhadores Rurais.

tar para a defesa dos seus interesses e que, para isto, tem o dever de participar da organização. Promove lutas coletivas e individuais junto aos trabalhadores rurais.

As conquistas das reivindicações com a convenção coletiva de trabalho foram estendidas à maioria dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata. A luta sindical prosseguiu em 1980, após as conquistas das reivindicações e baseou-se na exigência do seu cumprimento efetivo. É importante ressaltar que o processo político, o qual proporcionou a abertura do regime, nos dias atuais, contribuiu para fazer com que as relações sociais desenvolvidas entre os trabalhadores na entidade que os representa, encontrassem ali maior espaço, e trouxesse o fortalecimento de seu papel político.

Foram observadas também as irregularidades em relação ao cumprimento da convenção coletiva de trabalho, tais como: a pesagem deficiente da cana para equivaler a um salário diário (*), a inexistência do fornecimento de instrumentos de trabalho aos assalariados, de veículos que proporcionem segurança ao transportar os trabalhadores, do comprovante do pagamento de salário em envelope lacrado e contendo discriminadas as parcelas desse salário. Estes aspectos apontados freqüentemente pela liderança sindical e pelos trabalhadores rurais, refletem as condições de trabalho na lavou-

(*) Um dos mecanismos de exploração dos patrões é o uso de balanças viciadas para medição irregular dos feixes de cana.

ra da cana, bem como a prática sindical ali desenvolvida.

A atuação sindical permanece no final da década de 70 sendo dificultada, levando-se em conta os aspectos anteriormente mencionados, como o fato de, na lavoura da cana, existirem diferentes categorias de trabalhadores rurais, em diferentes condições de trabalho que os tornam divididos.

Muitos trabalhadores rurais assim se referiram às relações de trabalho:

"De nada adianta aumentar os salários, por -
que o trabalhador passou a trabalhar mais.
É uma conta que não tem mais tamanho, para
se tirar, ganhando pouco".

A situação apresentada anteriormente é acompanhada também de tensões grupais. Verifica-se a forte oposição capital x trabalho. E o sindicato tem um firme posicionamento no âmago dessa oposição, defendendo os assalariados. Os movimentos reivindicatórios efetuados em 1979 - momento este que vai reaparecer em 1980 - mostram a ebulição das lutas sociais no campo, resultantes do acúmulo da exploração social e econômica do homem rural, bem como da conscientização dessa situação e dos direitos pelos trabalhadores rurais.

Apresentam-se, a seguir, alguns depoimentos de trabalhadores que atestam o fortalecimento da organização sindical após a realização da convenção coletiva de trabalho, em 1979:

"O sindicato ficou mais forte depois do aumento do salário que conseguiu".

(Sindicalizado)

"Agora o povo está mais confiante no sindicato. Depois deste aumento muitos vêm se associar".

(Sindicalizado)

O sucesso das mobilizações patrocinadas pelo sindicato e em torno do salário, da terra, de melhores condições de trabalho e de vida, vem confirmar a existência de uma identidade grupal entre os trabalhadores rurais da Zona da Mata.

Ao expirar o prazo do contrato efetuado entre o sindicato representante dos trabalhadores e dos patrões, foi realizado em 1980, novo contrato de trabalho, através de dissídio coletivo. Neste contrato constam as mesmas cláusulas da convenção coletiva de trabalho de 1979. Acrescenta-se, ainda, a cláusula referente à fiscalização obrigatória da balança e à medição de tarefas pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas - INPM. Outra reivindicação dos trabalhadores rurais, nas mobilizações de 1980, diz respeito aos 4% sobre a produtividade do trabalho. O sindicato mostrou, no desenvolvimento das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, desempenhar importante papel e ser instrumento dessas lutas, mesmo atrelado à legislação imposta pelo Estado. Esta organização se apresenta como uma base de apoio aos trabalhadores'

nas suas mais elementares mobilizações.

5.2. A organização dos assalariados.

Procurou-se mostrar nos capítulos anteriores a busca da união dos trabalhadores rurais no sindicato. A pesquisa efetuada indicou que, em 1979, houve um fortalecimento da união através dessa organização constatada a partir das mobilizações e das lutas coletivas empreendidas na década de 70. O período que compõe o final da década de 70 e o dessa pesquisa suscitou uma análise destacada, a qual se segue. É caracterizado, entre outros aspectos, pelo aumento da sindicalização de muitos clandestinos, encaminhada junto à organização dos fichados, alcançando resultados positivos.

Constatou-se um acréscimo do número de sindicalizados em 1980 em relação aos dados de 1973. A taxa de sindicalização relativa ao ano de 1973 foi de 1.377 sindicalizados, enquanto que, em 1980, elevou-se para 2.783.

Verificou-se que, durante o trabalho de campo, grande número de trabalhadores clandestinos se dirigiu ao sindicato em busca de uma carteira profissional, bem como providenciando documentos pessoais de identificação para confecção desta carteira, conjuntamente, com a outra, do sindicato.

Estes fatos, adicionados à adesão dos trabalhadores aos movimentos reivindicatórios empreendidos em 1979, são indicadores da sua progressiva união no sindicato. O pre

sidente desse órgão de classe procurou destacar, em suas declarações, essa união, relacionando-a com o resultado da conscientização do trabalhador em relação à organização em sindicato. Traços dessa conscientização aparecem no depoimento do presidente da entidade:

"Aonde os trabalhadores são mais unidos, o cumprimento da tabela da convenção vem sendo melhor".

O fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais permite, de uma certa forma, alterar as relações de trabalho e, ainda, melhorias para esta categoria. O sindicato impõe sua liderança e atinge a confiança do trabalhador durante a sua atuação. O instrumento de legislação sindical utilizado para melhorar as condições de trabalho teve efeito positivo no campo, junto à união dos trabalhadores. Esta união tem um significado importante, qual seja o de contribuir para o avanço do movimento sindical.

Observa-se que foi fortalecida a identificação sindicato x base, resultante do elo que unifica as lutas, a exploração social e econômica e a continuidade da conscientização dos direitos. A coordenação das lutas parte geralmente, da cúpula sindical que conduz as reivindicações, havendo também uma cobrança por parte da base, o que comprova que a base está se organizando. A cobrança feita constantemente à classe patronal do cumprimento das cláusulas da convenção coletiva de trabalho de 1979, as reuniões promovidas para a-

valiar o resultado desse acordo são reflexos de uma maior adesão dos trabalhadores ao sindicato.

Desenvolveu-se um enfrentamento das categorias sociais no campo "quando os patrões encontravam-se, também, nessa ocasião, organizados para se depararem com os trabalhadores", conforme, declarações do presidente sindical. Isto vem mostrar um acirramento entre as categorias opostas, com interesses distintos.

Os assalariados da cana, clandestinos-moradores - res, encontravam-se numa solidariedade social junto aos fichados para empreenderem uma luta econômica através do sindicato. A relativa proximidade da moradia aos locais de trabalho, contribuiu para que estas categorias interagissem mais freqüentemente com um mesmo objetivo. Segundo o presidente sindical, os resultados de um questionário aplicado em 1979, antes da realização da convenção coletiva de trabalho, mostrou que 100% dos clandestinos-moradores e fichados foram favoráveis a uma luta conjunta diante dos patrões e do governo, em busca de melhores condições de trabalho na agricultura da cana, bem como do cumprimento pelos patrões das tarefas impostas de acordo com a Tabela das Tarefas do Campo.

O fato de os clandestinos se manterem, em 1979, ao lado do movimento reivindicatório dos fichados, em busca das mesmas reivindicações, vem confirmar que há um mesmo nível de exploração da mão-de-obra, levando a uma luta conjunta. Por outro lado, esta categoria social demonstrou conseguir uma conquista de espaços quanto a sua organização, supe-

rando as dificuldades relativas ao levantamento de suas reivindicações e da participação sindical.

Os clandestinos manifestaram como vêm se organizando no sindicato após as mobilizações para a convenção coletiva de trabalho:

"O sindicato vem dizendo que o clandestino tem o mesmo direito do fichado. O povo está procurando se chegar mais ao sindicato. Com a convenção, muitos estão se fichando e se associando".

(Clandestino não sindicalizado)

A organização dos fichados junto aos clandestinos foi vista também, por eles próprios, como uma condição para fortalecer o sindicato, também após a realização da convenção coletiva de trabalho de 1979:

"Este aumento do salário com a convenção do ano passado foi resultado da união que o sindicato promoveu com a gente. Se não fosse ele, não tinha saído o aumento".

(Clandestino não sindicalizado)

"Agora o povo ficou mais unido, depois da convenção. Vamos fazer a união crescer e vamos lutar contra os 'homens' (patrões) em setembro desse ano, novamente para realizar outra convenção".

(Fichado sindicalizado)

Estes depoimentos revelam existir no sindicato relações sociais que têm caráter político. Observam-se que as lutas e as reivindicações desenvolvidas na organização sindical refletem uma forma de luta contra as condições de existência desses assalariados. Esta é uma tendência do sindicalismo da Zona da Mata de Pernambuco, que se desenvolve na medida em que é acelerado o processo de expansão do capitalismo no campo.

O sindicalismo, desenvolvido a nível da região mencionada e através de uma ação conjunta de três órgãos de classe, contribui para aumentar sua capacidade reivindicatória. As conversas informais com os líderes sindicais e com os trabalhadores rurais de municípios vizinhos ao do sindicato investigado, as observações diretas que se fizeram, confirmam também que, a partir de 1979, houve um posicionamento político forte do movimento sindical, resultante da organização dos trabalhadores rurais. Muitas vezes observaram-se trabalhadores manifestarem desejo de abandonar o sindicato ao qual estavam filiados para se associarem ao que foi pesquisado, em virtude do acréscimo do número de associados e da forte posição combativa na sua defesa. A maior união dos trabalhadores rurais no sindicato e a continuidade da consciência do que representa a força desta categoria no meio rural, dependem, ainda, das condições em que se encontra a organização sindical. Embora esta regida pela legislação imposta pelo Estado e negando a sua autonomia, não foi impedi-

da de um fortalecimento. Comprovou-se, isto, através da realização dos recentes movimentos reivindicatórios ali empreendidos. Os trabalhadores sindicalizados foram unânimes em afirmar:

"Depois da convenção, está vindo mais gente' na reunião do sindicato".

(Fichado sindicalizado)

"Agora, o sindicato está mais forte com a nossa união".

(Clandestino sindicalizado)

O posicionamento firme do trabalhador rural, face à classe patronal, pode ser observado no seguinte depoimento que denota o reflexo da união ali estabelecida, bem como das suas perspectivas:

"Vamos fazer a união de novo, na próxima convenção, e se não conseguirmos o que pedimos, vamos parar de trabalhar. Nem a gente passa sem os homens (patrões) nem eles passam sem a gente. Vamos lutar contra eles, e em setembro".

(Fichado sindicalizado)

Vê-se, através do depoimento, um outro posicionamento político desses trabalhadores. E, embora exista um comportamento receoso de alguns deles para empreender mobilizações, como já foi referido anteriormente, há, por outro lado, uma reorganização da categoria, empreendendo uma forma diferenciada de luta de classes. E o sindicato mostrou-se um

verdadeiro intermediário dessa luta.

A elevação da taxa de sindicalização, como se demonstrou anteriormente (*), é um índice da organização dos trabalhadores rurais no município. Revela, também, a eficiência do trabalho de arregimentação pelo sindicato, ao vir procurando atender as principais reivindicações, bem como conseguindo diminuir a segmentação da mão-de-obra, tornando-a em geral com contrato regular de trabalho. O fortalecimento da organização dos trabalhadores depende da capacidade de luta da liderança ao conduzir esta luta, bem como do desenvolvimento da conscientização da necessidade dessa união no sindicato. A não homogeneização formal das categorias, diferenciadas pela divisão legal de trabalho e pelas condições a que se submetem na organização do trabalho, são elementos que dificultam o fortalecimento da união em sindicato. Interessante, pois, ao sistema capitalista, manter os trabalhadores divididos na organização do trabalho. Dessa forma, eles são dificultados de formar uma força coesa apta para lutar pela defesa de seus direitos através do sindicato. Os trabalhadores rurais, entretanto, permanecem no órgão de classe, antepondo ao referido sistema. Assim, desenvolve-se a sua união.

Um representante da liderança sindical, na qualidade de secretário, se referiu às perspectivas de desenvolver mais a união dos trabalhadores rurais:

(*) A página 94 desse trabalho contém o número de sindicalizados.

"A união pode crescer, de acordo com o papel opositor do sindicato diante dos patrões. Os trabalhadores confiam na sua apresentação. Estamos esperando crescer o número de sindicalizados com o maior cumprimento da convenção".

Uma maior adesão dos assalariados ao sindicato depende, também, da influência que ele exerce nas relações do trabalho rural.

Os depoimentos apresentados revelam que a liderança sindical exerce essa influência ao defender os trabalhadores rurais, e os organiza da forma como se demonstrou. Estas são, pois, as características recentes e as tendências do movimento sindical dos trabalhadores rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco, no período já referido.

6. VISÃO DO TRABALHADOR EM RELAÇÃO AO SINDICATO.

O sindicato torna-se um órgão de classe forte, quando expressa as aspirações dos trabalhadores rurais, através da manutenção de programas e de política que atendam aos interesses desses trabalhadores.

Nos capítulos anteriores, procurou-se mostrar a forma da atuação sindical desenvolvida no município, objeto desta investigação. A preocupação era saber se a mesma atinge as necessidades e aspirações dos trabalhadores rurais e as barreiras enfrentadas nesta atuação.

Pretendeu-se complementar este trabalho através da análise da visão do trabalhador rural, sindicalizado, ex-sindicalizado e não sindicalizado, em relação ao sindicato. As observações efetuadas no período do trabalho de campo dão conta de que existe uma diferença na maneira de encarar o sindicato pelos trabalhadores, estando esta visão condicionada' a sexo, idade e experiências por eles vividas. A visão da 'mulher a respeito do sindicato é de que é significativa a sua atuação:

"O sindicato vem conseguindo diminuir as quantidades de serviços como o de semear ; se não fosse ela a fazer a tabela funcionar, estava todo mundo na pior".

(Sindicalizada)

"O sindicato vem conseguindo os nossos direitos funcionar. Ele nos defende".

(Sindicalizada)

A visão das mulheres em relação ao sindicato decorre, em grande parte, da sua relativa participação na entidade, nas reuniões e nas eleições ali realizadas. Aqueles trabalhadores mais idosos, por participarem ativamente no sindicato, apresentaram sobre este órgão uma visão relacionada a períodos de sua atuação

"O sindicato hoje é forte. Eu vi o sindicato da época das Ligas. O pessoal era combativo e conseguia as coisas. Hoje, consegue, mas é pela metade".

(Sindicalizado)

As experiências adquiridas por esses trabalhadores rurais na década de 60, através dos movimentos reivindicatórios, das mobilizações das Ligas Camponesas e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, constituíram elementos importantes para eles avaliarem a atuação sindical nos dias atuais. Estas experiências correspondem à forma como o sindicalismo se desenvolveu na década de 60 - politicamente mais

livre - quando o trabalhador parecia participar ativamente ' do movimento sindical.

Advogados do sindicato declararam que, "na década de 60, os trabalhadores confundiam os objetivos do sindicato e das Ligas Camponesas, em virtude de conflitos entre os dirigentes dos dois movimentos". Dessa forma os trabalhadores tinham, naquela época, uma visão fragmentada das organizações, fruto dos diferentes objetivos por elas propostos no campo.

Os trabalhadores rurais, de um modo geral, ao descreverem a atuação do sindicato analisado, fazem um corte no tempo que consiste em dividir o período durante o governo de Miguel Arraes, entre os anos de 1963 e 1964 e, após a última intervenção, em 1970, nesse sindicato, quando assumiu o seu presidente atual.

A marca da influência Arraes se faz presente no seguinte depoimento:

"No governo de Miguel Arraes é que se estabeleceu este sindicato. Antes era um bocado de gente que não sabia de nada, não entendia de sua administração. Depois o sindicato virou uma desordem e só depois que entrou esse presidente é que as coisas ficaram boa aqui".

O período de funcionamento do sindicato durante o governo de Miguel Arraes, em Pernambuco, coincide com o

fichamento dos trabalhadores rurais, ou seja, com a obrigatoriedade pelo governo do cumprimento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no campo e, conseqüentemente, com a assinatura das carteiras profissionais destes trabalhadores.

Desta forma, costumam atribuir importância à atuação do órgão de classe nesse período, como muitos assim afirmam:

"Antes de fichar era mesmo que não ter sindicato".

Esta declaração coincide com dados oficiais do órgão de que, em 1969, havia 2.500 associados, equivalentes¹ a 2.500 trabalhadores fichados e sindicalizados(*).

A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais durante o governo de Miguel Arraes é vista pelo trabalhador rural através da ação de empreender grandes mobilizações. O movimento de ebulição, nesse período, aparece no seguinte depoimento:

"Naquele tempo, o sindicato conseguia diminuir a média do serviço (quantum de tarefa) e o pagamento referente a ele era bom. Ali tinha força. Ou fazia como o sindicato queria, ou parava tudo. Havia muitas greves".

A eficácia das ações reivindicatórias no período

(*) Dados do relatório anual do sindicato, referente a 1969.

do assinalado é igualmente fruto da conjuntura política existente no país. Esse período é ressaltado por Paulo Cavalcanti:

"Nas cidades da Zona da Mata, onde a luta social assumia graves aspectos de contestação, procurou o governo aumentar o poder de negociação dos trabalhadores rurais com os empresários, através das organizações de classe (Sindicato e Ligas Camponesas), visando à solução das pendências num clima de entendimento direto".

CAVALCANTI (1979,p.308)

O trabalhador rural vê, na entidade que o representa, um elevado grau de organização da massa trabalhadora rural no período descrito, comparando-o ao atual:

"O sindicato em 1964 tinha mais gente que agora, fazia muita reunião e não passava um carro na rua de tanta gente que havia. Hoje tem muito menos gente".

(Ex-sindicalizado)

A mesma diferença entre o sindicato antes e depois aparece na opinião de um sindicalizado:

"O sindicato dos anos passados para cá ficou mais calmo, depois do golpe. Ele não bota mais a força de antigamente".

(sindicalizado)

Entre as características da atuação sindical ' nos dias atuais, a legalidade é assimilada pelo trabalhador' sindicalizado, através da adoção de elementos da burocracia, da legislação trabalhista e sindical. Observem-se os depoimentos desses trabalhadores a seguir:

"O sindicato hoje dá orientação das leis. O presidente faz muita reunião e explica ' os nossos direitos".

"Hoje os presidentes de sindicato têm as leis nas mãos e mostra a todo mundo, falando sempre das leis".

"Quando uma pessoa chega para o presidente, agitado, ele dá conselhos, ele dá a lei e explica direitinho. Essa diferença é depois de Arraes para cá".

O aspecto da legalidade e da burocratização desenvolvido pelo sindicato na década de 70, foi constatado ' também através do exame de documentos. Observou-se a predominância desse aspecto através de um elevado número de ofícios, memorandos, processos trabalhistas, constantes no arquivo do órgão e referentes a toda década assinalada.

Outra característica da atuação sindical é encontrar-se atrelada ao sistema de poder, o que foi referido ' também pelo trabalhador rural, sindicalizado. É, principalmente, o trabalhador fichado, que vê com nitidez as amarras ' do sindicalismo ao Estado. Esta categoria apresentou estes '

depoimentos demonstrando a característica mencionada:

"O sindicato é do governo. Existe uma Federação para orientá-lo a fazer as coisas certas. Pela Federação vi uma grande melhora do sindicato. Ele não trabalha sozinho".

"O sindicato teve mais cobertura do Ministério do Trabalho e da Federação".

As diferenças de imagem do sindicato se evidenciam quando são comparadas entre os fichados, os clandestinos e os clandestinos-moradores, compreendendo entre estes os sindicalizados, os ex-sindicalizados e os não sindicalizados.

A maioria dos fichados descreveu a atuação sindical também como uma entidade que protege e defende os direitos e as necessidades dos trabalhadores rurais, como também lhes proporciona assistência jurídica, médica e odontológica.

Ao serem indagados a respeito do órgão de classe, os fichados avaliaram-no de acordo com a prestação de serviços:

"O sindicato vem atendendo bem, numa doença, num problema de serviço e vem conseguindo bolsas de estudo para as crianças".

(Fichado sindicalizado)

"Até hoje não precisei dos serviços do sin-

dicato, graças a Deus".

(Clandestino sindicalizado)

Observe-se que o sindicato representa, para estes trabalhadores, sobretudo, como uma agência de serviços, algo que não é deles próprios, mas exterior, do governo. Explicar-se-ia este fato pela forma como o sindicalismo foi desenvolvido no meio rural=dirigido e institucionalizado, ou seja, de cima para baixo, através da excessiva ligação sindicato x FUNRURAL -levando os trabalhadores a confundir as funções verdadeiras do sindicato. Muitas vezes, eles o vêem como diva do governo.

Dados levantados pelo sindicato, em 1975, apresentam os seguintes resultados:

Tabela 7. Visão do sindicato pelo trabalhador, segundo categorias.

O que o sindicato pode fazer pelo trabalhador	C A T E G O R I A S					
	Fichado		Clandestino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Das assistência médica, jurídica e odontológica	49	55,0	26	63,5	75	58,1
Defender os direitos do trabalhador	35	39,3	12	29,3	47	36,4
Dar ajuda no que for preciso	3	3,3	1	2,4	4	3,1
Dar benefício	1	1,2	-	-	1	0,8
Representar em todos os lugares	1	1,2	-	-	1	0,8
Ajudar ao trabalhador	-	-	1	2,4	-	-
Nada	-	-	1	2,4	-	-
Total	89(*)	100,0	41(*)	100,0	129(*)	100,0

(*) Respostas múltiplas

Entre os trabalhadores fichados e clandestinos, ao ser feita a pergunta "o que o sindicato pode fazer pelo' trabalhador?", 55% dos fichados responderam: dar assistência médica, jurídica, odontológica; ao mesmo tempo, 63,5% dos clandestinos deram a mesma resposta. As duas categorias de trabalhadores declararam, em segundo lugar: "O sindicato deve: defender o direito dos trabalhadores", assim distribuídos: entre os fichados 39,3% apresentaram esta resposta e 29,3% dos clandestinos igualmente assim responderam.

O sindicato é visto pelas duas categorias de trabalhadores, em primeiro lugar, através dos serviços que prestam àquela comunidade rural e, em segundo lugar, pela re apresentação profissional. Um percentual maior de fichados (39,3) em relação aos clandestinos (29,3) considera o órgão de classe como defensor dos direitos dos trabalhadores, o que se explicaria, por entre outros aspectos, o do maior desenvolvimento de uma consciência e de uma participação sindical.

O trabalhador sindicalizado também vê a atuação da entidade através da prática sindical exercida por seu presidente. Personaliza a atuação sindical:

"O sindicato é o que o presidente faz dele".

(Fichado sindicalizado)

"O presidente é trabalhador; ele chama o povo para se associar, vai nos engenhos fiscalizar os serviços. Ele vem trabalhando a bem de todos. É um homem competente, coope

ra com a gente".

(Fichado sindicalizado)

A atuação pessoal do presidente do sindicato ' representa, para os trabalhadores fichados, uma condição para a eficácia do movimento sindical ali desenvolvido. Estes trabalhadores vêem seu representante como alguém que lhes presta um serviço exterior e possui certa autoridade sobre eles. Não o distinguem como um outro trabalhador rural e seu companheiro que os defende. Para alguns sindicalizados "o presidente deve entender das leis, da legislação trabalhista e saber lidar com os patrões". Esta posição reflete o verticalismo existente na organização sindical, ou seja, a atuação de cima para baixo.

O distanciamento, até mesmo ao nível da posição de classe, entre o presidente sindical, e os associados, é cultivado como se evidenciou em vários depoimentos dos ' sindicalizados fichados. Reproduzem-se, a seguir, alguns deles:

"O presidente é meu patrão; faço aquilo que ele me orienta e manda fazer".

"O presidente é empregado da gente. Ele vê o que não está certo e vai aos patrões".

A concepção vertical do sindicalismo - a de que o sindicato deve atuar de cima para baixo - é constatada nas declarações acima.

O sindicalizado vê também no sindicato, um '

conteúdo paternalista, ou seja, como uma entidade que lhe dá benefícios antes que ele solicite. A organização corporativista, camuflada sobre uma dose de paternalismo, marca a relação sindicalizado-sindicato.

O presidente da entidade encontra-se, pois, como intermediário da atuação que presta benefícios aos trabalhadores rurais.

O caráter assistencial é constantemente privilegiado pelos sindicalizados fichados:

"O órgão faz muito por nós".

"Bondade para o povo o sindicato e o seu presidente fazem muita. É numa ordem de receita, para se extrair um dente, é uma via tura para nos levar ao Recife, à Federação, qualquer coisa que se precisar".

Este aspecto do paternalismo é identificado por este trabalhador como assistencialismo desenvolvido no sindicato, e que se torna a ele sensível. Isto faz com que se iniba a possibilidade de uma prática política pelo trabalhador.

O poder reivindicatório da organização é visto, contudo, pelo trabalhador rural fichado, filiado ao sindicato. Este denota ponderar o significado real do órgão como veículo coletivo de reivindicação:

"O sindicato vem atendendo os trabalhadores e os defendendo; tem conseguido lutar con-

tra os tubarões" (proprietários de engenhos).

(Trabalhador fichado)

O objetivo de lutar pela efetivação dos direitos trabalhistas, dos acordos coletivos de trabalho presentes no sindicalismo, mostra a conscientização por parte dos dirigentes do órgão de classe. Essa conscientização é assimilada pelos sindicalizados. Estes trabalhadores rurais sindicalizados assim se referiram ao sindicato dos dias atuais:

"O órgão faz força pela gente para receber salário, pelos direitos. Ele trabalha em defesa da gente".

(Fichada sindicalizada)

"O sindicato dá muita orientação ao trabalhador. Já trouxe para ele resolver questão de décimo salário, de hora-extra, e ele resolveu. Este chama o povo para se fichar, porque sendo fichado tem mais direito".

(Clandestina-moradora sindicalizada)

A entidade analisada é concebida pelo assalariado sindicalizado a nível de outorga, algo que lhe foi dado por instituições alheias, pelo governo, em lugar de ser resultado de suas próprias conquistas. Esse caráter de outorga aparece, também, na maneira de encarar a previdência social rural e outras medidas assistenciais rurais de caráter

ter paliativo. Em consequência disso, diminui a capacidade ' de, por si só, as categorias sociais dos trabalhadores ru - rais se organizarem, bem como reforça a visão do sindicato ' como algo institucionalizado pelo sistema 'de poder e vindo ' de cima para baixo.

Observe-se que estes sindicalizados concebem o sindicato como algo extraordinário, através das seguintes ' declarações:

"O sindicato é uma benção".

(Clandestino sindicalizado)

"Um trabalhador antes do sindicato era um cão sem dono no mundo".

(Fichado sindicalizado)

"Hoje, qualquer trabalhador, havendo um erro, ele vai bater no sindicato e é atendido. Antes de haver sindicato, nada se podia fazer".

(Fichado sindicalizado)

"No tempo que não tinha sindicato, as coisas eram mais difíceis para a gente. Não se tinha para onde se queixar".

(Clandestino-morador sindicalizado)

Muitos sindicalizados atribuem importância à atuação da entidade pelo seu poder de exigir dos patrões o pagamento pelos atrasos do 13º salário, do PIS. Estes traba-

lhadores assumem uma posição um tanto acomodaticia, ou seja, de esperar às vezes que o sindicato faça algo por eles. A fundação de sindicato significa vantagens para o trabalhador poder reivindicar, fortemente, seus direitos. Esse fica sempre à espera do resultado da reivindicação. Nesse sentido, concebe seu aspecto formal e administrativo. Faz considerações a respeito da "boa" e "mã" administração do sindicato, sendo o julgamento feito a partir dos serviços que presta à comunidade rural e do atendimento das suas reivindicações. Alguns fi
chados vêem o órgão de classe como seu real representante ' das reivindicações enfeixadas, como expressa a declaração a seguir:

"O sindicato vem defendendo as nossas reivindicações e na saúde ele é a nosso favor. Sempre tem esse serviço para nos proteger".

Verificou-se que, a partir de 1979, após a realização da convenção coletiva do trabalho, o sindicato se apresenta para o trabalhador desempenhando um importante papel político no curso de suas reivindicações. Acrescenta-se ainda que a revitalização do movimento sindical se reflete na visão do trabalhador. Para ele, a perspectiva do movimento caminhar, é bem vinda.

"Do ano passado para cá o sindicato melhorou ainda mais, quando ele conseguiu o aumento no preço do serviço e outras vanta -

gens para o trabalhador".

(Fichado sindicalizado)

"Agora, o povo está mais unido ainda. Vamos fazer a união no próximo ano. Antigamente, não se ganhava certo. Agora, estão pagando (os patrões). Isso tudo por força da nossa união no contrato coletivo".

(Fichado sindicalizado)

Hã considerações, muitas vezes, errôneas do sindicalismo por parte dos trabalhadores rurais que não se encontram freqüentando o sindicato. Isto se dá, também, pelo reduzido contato que estes mantêm com a entidade. As barreiras para a atuação sindical como as impostas pela classe patronal, ao procurar limitar a sindicalização, a permanência de distintas categorias de trabalhadores, com vivências adversas nas relações de trabalho, impedem o trabalhador de formular um conceito melhor sobre o sindicato. O clandestino, que nunca se sindicalizou, tem uma visão do sindicato como a apresentada a seguir. Para ele, o sindicato tem como função primordial, a de órgão assistencialista. Ele não se percebe totalmente do seu papel de reivindicador de direitos, desde que este aspecto não foi mencionado.

Assim se expressaram dois clandestinos não sindicalizados:

"Só vou ao sindicato quando preciso de uma receita, arrancar um dente. É só quando

ele pode me ajudar".

"O sindicato so me serve numa receita, num acidente".

Os clandestinos, por estarem constantemente mudando de moradia, entre municípios vizinhos diversos, até mesmo entre Estados - em função da oferta de serviços que a eles se apresenta e, por isso, pouco podem frequentar a entidade - têm dificuldades para projetar uma imagem correta do sindicato e dele participar efetivamente. Esse fato contribui para uma barreira ao desenvolvimento, naquele meio rural, do sindicalismo de trabalhador.

O clandestino, em geral, não tem contacto com o trabalhador fichado, ao menos com aquele que mora na periferia da cidade e próximo a ele. Como se observou no terceiro capítulo deste trabalho, no próprio engenho há uma separação local de trabalho entre estas categorias sociais. Alguns se relacionam, às vezes, por motivo de parentesco existente. Segundo informaram alguns clandestinos, costumam ouvir dos fichados sindicalizados, a respeito do trabalho desenvolvido por este órgão de classe e assim podem ter dele uma maior concepção.

Assim se referiram estes clandestinos sobre o sindicato dos trabalhadores rurais:

"Pelo que os fichados indicam, o sindicato aqui é muito certo".

(Clandestino não sindicalizado)

"O pessoal nos dá boas informações desse sindicato. Se a pessoa está necessitada dele, ele socorre. Às vezes tem uma mulher para descansar, ele vai buscá-la, presta atenção no que os empregados da Usina fazem. Quando vê os serviços que eles estão dando e sentem ser demais, mandam diminuir".

(Clandestino não sindicalizado)

Muitos fichados consideram a entidade como lugar privilegiado para a solução de questões trabalhistas. Muitos se referiram à demora das resoluções dos processos trabalhistas, levando-os várias vezes a criticarem a Justiça do Trabalho. Afirmações nesse sentido foram apresentadas pelos próprios trabalhadores fichados. A demora é criticada direta ou indiretamente:

"O sindicato é a casa de procurar meus direitos".

(Fichado sindicalizado)

"O sindicato é onde eu posso lutar por meus interesses e esperar dele que eu possa atingí-los; às vezes demora, porque o patrão diz, eu prefiro gastar 2 milhões para não resolver logo as questões e não gastar 2 cruzeiros com trabalhador. A culpa muitas vezes não é nem do sindicato. É dessa justiça que está aí, e demora a resolver essas

questões".

(Fichado sindicalizado)

Para alguns sindicalizados, o sindicato tem um sentido comunitário. Este representa uma organização onde todos devem tomar parte e colaborar para que também usufruam dos seus benefícios. Detectaram-se comentários entre os próprios sindicalizados de que deve ser paga a contribuição sindical para usufruto dos serviços da organização. Observe-se a seguinte declaração: "mesmo que deixasse de ser descontado do salário a contribuição sindical eu viria por conta própria efetuá-la no sindicato". Atesta, pois, a importância que tem o sindicato na vivência do trabalhador rural. Verifica-se, assim, um espírito de colaboração com a entidade que o representa. Muitos sindicalizados demonstram também certa dependência ao assistencialismo ali promovido, confundindo o real papel da entidade. Afirmam dessa forma:

"Todo pobre está a precisar do sindicato".

(Clandestino-morador sindicalizado)

"Eu pago para ele me socorrer numa doença, num médico".

(Clandestino sindicalizado)

Alguns sindicalizados, portadores de uma consciência sindical, vão mais além e comentam que, "para o sindicato ser mais eficiente, seria necessário uma maior união dos trabalhadores rurais. Deveria existir mais associados ali para esta se desenvolver". Estes trabalhadores afirmaram

também que "o sindicato deve servir a todo trabalhador, embora, alguns não comunguem com esta idéia e, por isso, não existe maior união". Referem-se, nesse sentido, aos trabalhadores clandestinos que têm freqüência não muito assídua nos trabalhos da organização. Uma frase interessante a esse respeito foi colhida de um trabalhador rural sindicalizado, demonstrando a imagem que ele tem do sindicato de não discriminar as categorias de trabalhadores rurais: "o sindicato é a casa de todos nós". Isto reflete, pois, o desenvolvimento das relações sociais na organização que os representa.

Os sindicalizados, ao se referirem à ausência na entidade de muitos trabalhadores rurais, lamentam essa atitude: "Tem trabalhador que paga o sindicato, mas, não pisa lá. Como é que pode haver uma união da classe?".

Este fato é bem ilustrativo das barreiras que se levantam à sindicalização e da ausência de uma consciência sindical. Um sindicalizado assim se referiu:

"Hoje o povo não está mais unido por que ouviu dizer dos patrões que quem fosse sócio do sindicato era botado para fora do emprego, por isso hoje, tem muita gente ainda assombrada e não vem ao sindicato".

Os trabalhadores que então se deixaram influenciar pelas atitudes da classe patronal e não procuram o sindicato são vários, como afirma o secretário do órgão de classe. Isto contribui para que menor número de trabalhadores

não possa dar uma visão global do que realmente é este sindicalismo rural. A instituição parece difundir, realmente, o seu papel de reivindicadora, sempre baseada na lei e no direito, como se pode observar num depoimento de associado:

"Venho ao sindicato para ficar em dia com os direitos, as leis; ali o presidente nos esclarece dos nossos direitos para lutar por eles".

(Fichado sindicalizado)

O fato do trabalhador ser constantemente lesado nos seus direitos pela classe patronal e poder defendê-los no seu órgão de classe, leva-o a procurar ali apoio e, ao mesmo tempo, encontra respaldo.

Pode-se ainda verificar que a participação do fichado, associado no sindicato, se dá muitas vezes da seguinte forma apontada. É comum nos dias de feiras, aos sábados, os associados irem "dar uma passadinha no sindicato". Isto significa rever os companheiros, atualizar-se quanto aos programas da entidade, às eleições e reuniões que ali se efetuam. Constitui-se, também, num local que facilita o desenvolvimento do espírito comunitário e da ajuda mútua, favorecida pelas condições que o próprio meio rural oferece, através das relações tipo "face a face".

O sindicalizado, na ausência de uma infraestrutura no meio rural que lhe proporcione lazer, vê a organização também como uma forma de preencher esta lacuna. Muitos a

firmam:

"Indo no sindicato eu me divirto. Converso' com os amigos, ouço uma anedota aqui, outra ali". (Clandestino-morador sindicalizado)

A organização sindical, exercendo a função de lazer, torna-se um meio também de desenvolver as relações sociais entre os trabalhadores rurais. O presidente sindical, ao se referir aos programas do sindicato que promovem lazer, como os jogos de futebol efetuados entre trabalhadores dos engenhos, as comemorações de festas como as de São João e de Natal, considera que isto tem contribuído para que eles venham, com mais freqüência, ao sindicato. E, acrescenta que 'diante disso, tem conseguido desenvolver mais as atividades' políticas da organização. Geralmente, assim se refere a maioria, sobre o sindicato, como demonstra o depoimento de um trabalhador que tem muito frequentado os programas relativos a jogos de futebol:

"Sindicato existe para aconselhar o trabalhador num acidente, para falar dos direitos do trabalhador, acertar o pagamento do décimo".

Os sindicalizados que já participaram dos programas e atividades da entidade e a deixaram, formularam facilmente um juízo do seu significado para eles.

O ex-sindicalizado tem, como o sindicalizado atuante na organização, uma visão paternalista. Considera- a

pelo seu papel de protetora do trabalhador, este devendo sempre estar à sua espera. Também a vê como algo concedido independentemente de sua ação. São frequentes afirmações desse tipo, feitas por ex-sindicalizados:

"Numa precisão de levar a mulher para a maternidade, de arrancar dente e socorrer o trabalhador de qualquer coisa ele nos serve".

(Clandestino ex-sindicalizado)

"O sindicato é para benefício da pobreza".

(Fichado ex-sindicalizado)

"O sindicato deve ajudar os pobres".

(Fichado ex-sindicalizado)

Estes assalariados revelaram a assimilação acentuada da ideologia sindical. Esta é estendida igualmente tanto ao trabalhador sindicalizado como o ex-sindicalizado. Estes passam a ver no sindicato os princípios dessa ideologia, através da subestimação da lei, dos direitos trabalhistas que são ali cultivados como, também, através do assistencialismo.

Alguns clandestinos sindicalizados apresentam atitudes de certa dependência pessoal a este assistencialismo. Uma constatação nesse sentido pode ser ainda verificada através da seguinte declaração:

"Quando saí da usina, ainda fiquei pagando"

o sindicato por minha conta, porque preciso muito dele, num acidente, numa doença . A gente pagando o sindicato tem algum direito na vida".

A possibilidade do sindicato se desenvolver como liderança nesse meio rural, através da união dos trabalhadores é vista, pois, pelos sindicalizados. Alguns percebem ' haver condições de sua maior organização no meio rural, embora esta não seja espontânea, mas, com o incentivo da liderança sindical. O comportamento temeroso de alguns trabalhadores encararem o sindicato, fruto da repressão política e da desestruturação da organização após 1964, a partir dos rumos que tomou a conjuntura política do país, constitui barreiras para a atuação sindical. Tais barreiras são vistas pelos trabalhadores rurais relacionadas com a situação anteriormente descrita. O presidente da entidade vê dificuldades de arregimentação desses trabalhadores rurais. Um exemplo disso ' ocorreu na preparação da realização da convenção coletiva de trabalho de 1979. Observe-se a declaração do secretário do sindicato a este respeito:

"O povo estava feito bicho, desconfiado, sem acreditar na luta que íamos empreender, e sem coragem de enfrentar os patrões; mas conseguimos esta união. Agora estão mais conscientizados".

Alguns assalariados declararam, também, "come-

carem a incentivar mais a organização de classe, após as atitudes tomadas pela liderança sindical, no sentido de trazer de volta os trabalhadores ao sindicato, após as intervenções que ocorreram na organização".

Estes trabalhadores percebem ainda que vêm se desenvolvendo um novo sindicalismo rural dessa categoria através do desenvolvimento de uma luta legal, segundo os requisitos da legislação sindical atrelada ao aparelho estatal:

"O sindicato, depois de 79 ficou ainda mais dentro da lei. Essa convenção que ele fez foi tudo dentro da lei e o governo amparou o movimento".

A realização da convenção coletiva de trabalho de 1979, é um elemento importante para caracterizar o movimento sindical do final da década de 70 e considerada uma conquista na visão do trabalhador rural, que viu também no sindicato o papel do seu defensor:

"Se não fosse essa convenção a gente ainda estava com o mesmo salário. Conseguimos o pagamento pela doença, fazer o patrão dá o serviço só pelo que a tabela manda. O sindicato vem trabalhando para que o acordo ' seja cumprido".

Como se vê, as recentes realizações empreendi-

das pelo sindicato, no período da convenção coletiva de trabalho no ano de 1979, constituem um marco divisor para caracterizar a atuação sindical sob a perspectiva do trabalhador rural.

Os clandestinos-moradores nos engenhos, por manterem contacto freqüente com os fichados e sindicalizados - por morarem ambos nas mesmas propriedades, estão mais voltados para a atuação sindical do município. A maior parte destes trabalhadores não é sindicalizada. É atendida pelo sindicato, geralmente quando necessita da assistência médica e os patrões lhes recomendam que procure na entidade, esquivando-se, eles próprios dessa assistência. Assim, transferem à organização sindical qualquer ônus que poderiam lhe acarretar.

Em 1979 muitos clandestinos-moradores nos engenhos foram arregimentados pelo sindicato, por meio de uma campanha para sindicalizá-los. Em depoimento por eles prestados, mostraram-se incentivados a participarem da entidade após se sindicalizarem como se revela a seguir:

"Agora, vou ao sindicato, depois que ele botou muita gente. Sempre que puder vou às reuniões de lá".

Alguns desses trabalhadores procuram o sindicato por várias razões como, por exemplo, quando na remuneração pelos seus serviços executados num montante variável, semanalmente, é descontada a contribuição sindical, de forma com

pulsória e pelos empreiteiros. Esta situação levou estes trabalhadores a cobrarem do sindicato os serviços médicos e odontológicos, demonstrando assim, verem nessa organização, primordialmente, uma agência de serviços mediante pagamento.

Grande parte do clandestino-morador, que nunca foi fichado e sindicalizado, não concebe o sindicato com a função de salvaguardar os seus direitos e defender os seus interesses.

Entre todas as categorias de trabalhadores rurais entrevistados a maior parte tem uma visão do sindicato' como uma agência de serviços e tanto é que o avaliaram em geral pelos serviços que ele presta à comunidade.

Genericamente, o trabalhador rural, seja ele' fichado, clandestino ou clandestino-morador nos engenhos, não distingue muito bem a diferença do sindicato, como órgão de classe e órgão de assistência jurídica, médica e odontológica. Identifica concretamente as dificuldades da atuação sindical, face às barreiras existentes:

"O sindicato não está melhor por causa dos patrões que são cabeçudos, por causa desse monte de gente que tá aí como clandestino".

(Fichado sindicalizado)

Estas atitudes revelam existir uma receptividade do trabalhador ao sindicato e que procuram promovê-lo naquele meio rural.

Os depoimentos apresentados das diversas categorias sociais que o sindicato representa, permitem concluir que o sindicalismo é visto pelos trabalhadores rurais como: algo vindo de fora para dentro, exterior a eles, como se pertencesse a instituições alheias a eles próprios, ao governo, e que tem uma atuação vertical, de cima para baixo, atravessando barreiras nessa atuação.

Assim se apresenta o sindicato para grande parte dos trabalhadores rurais, os quais distinguiram, também, períodos diversos de atuação sindical e estabeleceram comparações com esses períodos.

Encontra-se na memória social da maioria dos trabalhadores rurais o vigor do sindicalismo no tempo do governo de Miguel Arraes e a partir de 1979. Eles vêem ainda o ressurgimento das mobilizações realizadas através da organização sindical nos moldes do desenvolvimento de uma luta legal, ao se empreender a convenção coletiva de trabalho de 1979.

A análise genérica do perfil do sindicato não deve ocultar as diferenças que efetivamente existem no seu significado para sindicalizados, não e ex-sindicalizados, sejam eles fichados, clandestinos ou clandestinos-moradores.

Os sindicalizados e os ex-sindicalizados, representam, portanto, a organização, primordialmente, como uma agência que dá orientação dos direitos trabalhistas, acompanhando o desenvolvimento das relações de trabalho, assim como realiza a prestação de serviços médicos, odontolô-

gicos e jurídicos. Apenas alguns sindicalizados a vêem como órgão classista. Na representação social do trabalhador sindicalizado, a organização sindical tem atuado também como agente que procura diminuir os conflitos de trabalho, o que leva este trabalhador a valorizá-la.

Por outro lado, os não sindicalizados, clandestinos, mostram-se em geral, receptivos ao sindicato e dele não participam, efetivamente e, às vezes, entram e saem do seu quadro social, em virtude, principalmente da mobilidade espacial e da alta rotatividade em que se encontram constantemente. Revelaram, alguns clandestinos sindicalizados, verem o potencial reivindicatório do sindicato, quando se mostraram desejosos de participar na votação para realização da convenção coletiva de trabalho em 1979. No geral, grande parte dessa categoria não distingue o sindicato como órgão de classe. Isto se dá em virtude da ausência de sua participação sindical e, conseqüentemente, pela inexistência de uma educação sindical para estes trabalhadores, apesar da minoria traçar o perfil da organização identificado pelo assistencialismo médico e odontológico ali desenvolvido.

Os clandestinos sindicalizados se referiram a esta assistência, fazendo críticas à prática do FUNRURAL, no sentido da demora de serem atendidos, do fato de marcarem consultas que sempre são transferidas para o outro dia. Não concebem o sindicato como aparelho extensivo do FUNRURAL,

mas o identificam como o próprio sindicato que "pertence ao governo". Confirma-se, assim, que sua visão é a do órgão que não lhe pertence.

Nesse sentido, considera-se que uma política bem sucedida de trazer o clandestino para o sindicato, fazê-lo exercer ali uma prática política como frequentador assíduo, para transformá-lo em fichado e sindicalizado poderá, além de levá-lo a uma maior identificação com a organização, ampliar as potencialidades de luta desse proletariado rural.

Apesar do avanço da luta sindical nos últimos anos, como se procurou demonstrar no capítulo anterior, o sindicato não chega a ser visualizado entre os trabalhadores como verdadeiro órgão de classe que exerce uma atividade política de pressão face aos conflitos e os problemas desencadeados nas relações de trabalho e estando ligado ao sistema de poder.

As diversas visões dos trabalhadores rurais acerca do sindicato - conclui-se - são relacionadas às diferentes oportunidades e condições em que se encontram na organização do trabalho, permitindo que a sua participação sindical seja também relacionada aos dois fatores anteriormente abordados.

7. CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho, procedeu-se à análise da atuação política e social de um sindicato dos trabalhadores rurais, a partir da concepção de que esta organização encontra-se estreitamente ligada às relações de trabalho, executando, porém, uma atividade política, face ao controle sobre ela exercido pelo sistema de poder.

A análise das entrevistas dos trabalhadores rurais, da liderança sindical, bem como da documentação pesquisada no sindicato, confirmaram as hipóteses levantadas e permitiram conclusões, que se encontram éxplicitadas no decorrer deste trabalho.

A pesquisa demonstrou que a atuação do sindicato dos trabalhadores rurais e a organização desses trabalhadores são dificultadas pelo alto grau de diversificação das condições de trabalho na agricultura da cana. A hierarquização que predomina na organização do trabalho e a diferenciação formal estabelecida entre os assalariados distinguem os trabalhadores fichados, clandestinos e clandestinos - moradores,

conforme o registro ou não na carteira profissional.

O estudo focalizou as condições de existência dos assalariados e os conflitos desenvolvidos nas relações de trabalho. Estes conflitos se dão em virtude da consciência dos assalariados quanto à desigualdade das condições de trabalho, e a sua exploração. Os clandestinos são designados para cortar a cana nos melhores terrenos, permitindo-se, assim, a conclusão de suas tarefas mais rapidamente, e elevando-se a produtividade do trabalho. Os fichados têm, muitas vezes, de executar os serviços do corte de cana não concluídos pelos clandestinos, o que geralmente acontece nos terrenos mais acidentados, limitando a produtividade do trabalho e influenciando, pois, no salário percebido. Esta diferenciação provoca um distanciamento entre as duas categorias.

O fato de os assalariados estarem submetidos aos agentes de controle de suas tarefas, como os cabos, que são também trabalhadores rurais, configura uma hierarquia interna que contribui para dificultar a união e a organização dessas categorias. Essa hierarquia constitui obstáculo à maior solidariedade social entre os trabalhadores rurais.

A diferenciação formal entre fichados, clandestinos e clandestinos-moradores, de acordo com o registro ou não em carteira profissional, acarreta uma segmentação dessa mão-de-obra. Encontrando-se em distintas situações nas relações de trabalho, estes assalariados, muitas vezes, não têm condições de participar do sindicato e exercer uma prática política, através de eleições, reuniões e demais formas de

mobilizações coletivas. Os clandestinos, estando em constante mobilidade espacial em busca de trabalho, são, muitas vezes, impedidos de participarem efetivamente do sindicato e de se unirem aos fichados.

A competição social estabelecida entre os próprios clandestinos para oferecerem sua força de trabalho aos empreiteiros, constitui também outro fator de dificuldades para uma união mais efetiva da categoria por intermédio do sindicato.

A organização sindical tem como uma das metas promover a união dos assalariados. Constatou-se que alguns destes trabalhadores rurais têm receio de uma maior participação sindical, em virtude das experiências vividas no período das desmobilizações das Ligas Camponesas, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da repressão durante e após 1964.

Analisando-se o sindicato como verdadeiro representante dos interesses e das necessidades das diferentes categorias de assalariados, constatou-se que esta organização tem uma atuação diversificada para abranger os distintos projetos e reivindicações de cada categoria. As diferenças apontadas constituem um elemento de distanciamento ou inibidor da realização de uma prática sindical comum a todas as categorias de trabalhadores.

Comprovou-se que, de uma certa forma, alguns assalariados vinham tendo, no período da pesquisa, algumas de suas reivindicações atendidas, sendo estas reivindicações de caráter econômico. Os fichados se viram beneficiados com

o cumprimento de alguns direitos trabalhistas e a elevação do salário. Alguns clandestinos e clandestinos-moradores, embora reivindicuem trabalho e aspirem a simples reposição da sua força de trabalho, estavam sendo beneficiados, junto com os fichados no aumento salarial pelas tarefas realizadas. Muitos trabalhadores vinham tendo sua carteira de trabalho assinada, após as campanhas do sindicato nesse sentido e através das pressões feitas aos patrões por essa organização, exigindo-lhes também o cumprimento efetivo dos direitos trabalhistas, o pagamento integral e regular do salário, de acordo com a Tabela das Tarefas no Campo.

A liderança sindical, para representar os trabalhadores rurais e consolidar a união sindical, vem lutando para manter idênticas as condições de trabalho da agricultura canavieira e regularizar a situação profissional das diversas categorias, transformando-as formalmente numa só categoria. Esta meta permite defender um projeto único da categoria.

A liderança sindical tem incentivado a utilização dos serviços de assistência à saúde promovido pelo FUNRURAL, como meio de defender a saúde do trabalhador, obter sua adesão para tornar-se uma frente reivindicadora dos direitos e das necessidades, bem como exercer no sindicato uma prática política. Consegue, assim, aumentar o número de associados.

O estudo do sindicato dos trabalhadores rurais, desde a década de 70 e até o período da investigação, indicou a existência de uma forte luta em favor do cumprimento e

fetivo dos direitos trabalhistas e da Lei dos Dois Hectares, embora se considere que esta não tenha nível elevado, comparado com o da luta pela efetivação dos direitos trabalhistas, numa dimensão mais destacada.

Conclui-se, também, que houve um fortalecimento político do movimento sindical, principalmente no final da década de 70, com a realização da convenção coletiva de trabalho, em outubro de 1979. Este fortalecimento deu-se em consequência da elevada arregimentação dos trabalhadores rurais e das mobilizações efetuadas na região, a partir de meados da década de 70. Constatou-se que em 1980 havia uma união dos fichados e clandestinos. Os trabalhadores clandestinos, encontrando-se numa constante mobilidade espacial, em busca de trabalho e com dificuldades de participar do sindicato, puderam suprir esta barreira, de forma a facilitar as mobilizações e a própria realização da convenção coletiva de trabalho de 1979. O agravamento da situação econômica e social dos assalariados, assim como o reconhecimento do papel representativo do sindicato, levou a uma certa união dessas categorias.

A organização sindical desenvolveu, no período assinalado, um processo de luta de caráter legal, através da utilização política da legislação trabalhista e da Lei de Greve. A liderança sindical usou um espaço legal para defender as legítimas reivindicações dos trabalhadores rurais. As mobilizações foram efetuadas num período de "abertura" do regime político, permitindo os assalariados revelarem a conti-

nuidade da conscientização dos seus direitos, e demonstrar ' sua força social no meio rural. Estas são algumas tendências verificadas no sindicalismo dos trabalhadores rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Conclui-se, ainda, que a organização sindical ' é vista pelos trabalhadores rurais como algo não pertencente propriamente a eles, mas ao governo. O seu caráter classista é pouco identificado por estes trabalhadores, prevalecendo a sua visão do sindicato como órgão assistencialista. O potencial reivindicatório dessa organização encontra-se, no entanto, avivado na memória social dos assalariados, após as mobilizações e as conseqüências do estabelecimento da convenção ' coletiva de trabalho de 1979. O desenvolvimento de um forte movimento sindical foi referido constantemente pelos assalariados quando o relacionavam ao período do governo de Miguel Arraes em Pernambuco, até 1964. Este período e o final da década de 70 são pontos de clivagens que representam uma forte atuação sindical da Zona da Mata de Pernambuco, embora haja formas diferentes dessa atuação.

Este estudo é uma tentativa de oferecer subsídios aos órgãos que integram o movimento sindical dos trabalhadores rurais, assim como às lideranças que dirigem este movimento. Esta análise da atuação sindical poderá ser objeto de pesquisas posteriores, desenvolvendo-se, principalmente, a tendência do sindicalismo de trabalhadores rurais.

LITERATURA CITADA

BRUMER e outros, 1980. Movimentos Sociais no Campo, no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DO GRUPO DE ESTUDOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO, 5. São Paulo - PIPSA, 22-24 outubro, 1980.

CALLADO, A., 1979. Tempo de Arraes. Paz e Terra, 183 p.

CAVALCANTI, P., 1978. O Caso eu Conto Como o Caso Foi. São Paulo, Alfa-omega, v.1. 409 p.

CHAIA, V.L.M., 1981. Os Conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul - S.P., São Paulo, USP (dissertação de mestrado).

CONGRESSO DOS TRABALHADORES RURAIS, 1979. 3. Anais - Brasília, CONTAG.

CRUZ, D.S., 1979. Sindicalismo e Reforma Agrária. In: ENCONTRO DO GRUPO DE ESTUDOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO, 3. São Carlos - PIPSA, 28-29, agosto 1981.

_____, 1981. A Igreja Católica e o Movimento Sindical

- Rural no Rio Grande do Norte. In: ENCONTRO DO GRUPO DE ESTUDOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO, 6. Goiânia - PIPSA, 6-8 maio, 1981.
- D'INCAO, M.C., 1979. O Boia-Fria: Acumulação e Miséria, Rio de Janeiro, Vozes, 154 p.
- DIÁRIO de Pernambuco, Recife, 15 jul. 1970.
- FUNDAÇÃO IBGE, 1955. Censo Demográfico de Pernambuco, 1950. Rio de Janeiro.
- FUNDAÇÃO IBGE, 1971. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de Pernambuco, 1960/1970. Rio de Janeiro.
- FUNDAÇÃO IBGE, 1977. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de Pernambuco, 1975. Rio de Janeiro, (Censos Econômicos, v.5).
- FUNDAÇÃO IBGE, 1979. Censo Agropecuário de Pernambuco, 1975. Rio de Janeiro, (Censos Econômicos, Série Regional v. 17. 10).
- FUNDAÇÃO IBGE, 1981. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de Pernambuco, 1980. Rio de Janeiro.
- FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO-FIDEPE, 1980. Anuário Estatístico de Pernambuco, v. 28.
- FERRANTE, V.L.S.B., 1975. O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: Ideologia e Realidade. PERSPECTIVAS, Araraquara, São Paulo 1(1):189-282.
- _____, 1979. Movimentos Sociais no Campo: O Sindicalismo Rural. In: ENCONTRO DO GRUPO DE ESTUDOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO, 3. São Carlos, PIPSA, 28-29 agosto, 1979, mimeo.

- FERRANTE, V.L.S.B., 1980. Aspectos do Sindicalismo Rural em São Paulo, PERSPECTIVAS, Araraquara, São Paulo. 3:135-164.
- KOURY, M., 1979. Greves Rurais na Zona da Mata de Pernambuco pões 64: reflexões em torno das relações entre Sindicalismo Rural e Estado Autoritário no Brasil. In: ENCONTRO DO GRUPO DE ESTUDOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO, 3. São Carlos, PIPSA, 28-29, agosto/79. mimeo.
- _____, 1977. O Bagaço da Cana (um estudo de ideologia na região do açúcar), Recife, PIMES, (dissertação de mestrado), mimeo.
- LÊNIN, V.I., 1978, Que Fazer? São Paulo Hucitec. 148 p.
- MARCELINO, A.C., 1978. Princípios do Movimento Operário. PRO POSTA, Rio de Janeiro, Fase, maio, Suplemento 2.
- MORAES FILHO, E., 1978. O Problema do Sindicato Único no Brasil, São Paulo, Alfa-omega. 403 p.
- NEVES, M., 1978. Uma experiência com boia-fria. In. REUNIÃO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA VOLANTE NA AGRICULTURA, 4. Botucatu.
- RODRIGUES, J.A.R., 1979. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Símbolo. 215 p.
- RODRIGUES, L.M., 1966. Sindicalismo e Conflito Industrial no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro. 222 p.
- SOUZA, C.M.O., 1980. Movimento Sindical na Zona da Mata de Pernambuco, In: ENCONTRO DO GRUPO DE ESTUDOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO, 5. São Paulo, PIPSA, 1-3 outubro, 1980.

SGRECIA, A., 1981. O Assalariado da Cana (Estudo das lutas ' de resistência do trabalhador assalariado na lavoura canavieira pernambucana), São Paulo, PUC (dissertação de mestrado).

SUAREZ, M.T.S.M., 1977. Cassacos e Corumbas, São Paulo, Ática. ca. 143 p.

SIMÃO, A., 1966. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus Ed, 241p.

SIGAUD, L.M., 1971. A Nação dos Homens. Rio de Janeiro, UFRJ. (dissertação de mestrado).

_____, 1977. Os Clandestinos e os Direitos. São Paulo, Duas Cidades, 1977. 160 p.

_____, 1979. Congressos Camponeses, In: ENCONTRO DO GRUPO DE ESTUDOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO, 4. Recife - PIPSA, 26, 27 e 28, novembro, 1979.

_____, 1980. A Greve nos Engenhos - Rio de Janeiro, Paz e Terra. 114 p.

SAMPAIO, I. e FERREIRA, J., 1977. Emprego e Pobreza Rural - Recife, Universidade Federal de Pernambuco - PIMES. 164 p.

DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA

- Estatuto da Lavoura Canavieira.
- Estatuto do Trabalhador Rural.
- Decreto-Lei nº 6969, 11 out. 1944.
- Lei nº 5889, 8 jul. 1973.
- Lei nº 57.020, Lei dos Dois Hectares.
- Ofício do presidente do sindicato pesquisado ao Delegado Regional do Trabalho, 1 nov. 1974.
- Ofício do presidente do sindicato pesquisado ao empreiteiro, 1975.
- Ofício do presidente do sindicato pesquisado aos proprietários de engenhos particulares 1977, 1978.
- Ofício do presidente sindical ao Delegado Regional do Trabalho, 15 dez. 1979.
- Ofício do advogado do sindicato pesquisado ao FUNRURAL, 1979.
- Relatório Anual da Comissão de Sindicância do sindicato pesquisado.
- Termo de Assistência ao Pedido de Demissão, elaborado pelo sindicato pesquisado, 1977.
- Relatório anual do sindicato pesquisado. 1979,
- Ata de reunião ordinária do sindicato pesquisado, ago. 1978.
- Ata de reunião ordinária do sindicato pesquisado, jul. 1979.
- Memorial da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco - FETAPE, Recife, 1978. mimeo.
- Encontro Regional das Federações dos Trabalhadores na Agricultura do Nordeste, Carpina-PE, 27 nov.-2 dez. 1978.

10. APÊNDICES

10.1. Apêndice 1 - documento da conven-
ção coletiva de trabalho de 1979.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Reconhecido em 17 - 10 - 62

Rua Gervásio Pires, 876 — Fone: 222-2682

Recife — Pernambuco

Exmo. Sr. Dr. Delegado Regional do Trabalho em Pernambuco.

029213

RECEBUE

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata, Paudalho e Outros, infra firmados, na qualidade de convenientes na Convenção Coletiva celebrada com o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco e com o Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar do Estado de Pernambuco, assinada em 13 de outubro de 1979, vêm, na forma e para os fins do Artigo 614 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), requerer o depósito de uma via da Convenção Coletiva em tela, para fins de registro e arquivo, a serem procedidos por essa Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

Podem Deferimento.

Recife, 17 de outubro de 1979

São Lourenço da Mata
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sabotão

São Lourenço da Mata
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moreno

Recife
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão

Recife
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canhotinho

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Reconhecida em 17 - 10 - 62

Rua Gervásio Pires, 876 — Fone: 222-2682

Recife — Pernambuco

continuação - Folha .3.

Pedro Henrique de Almeida

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ponta dos Carva---
lhos.

Antonio Salino Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo

Caetano Paulino dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camoleira

Luiz Francisco de Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros

João Carlos de Jesus

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Formoso

Arturo Gomes de Melo

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José da Coroa
Grande

Eliz

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipojuca, Canela e
Nossa Senhora do "O"

Domingos Carlos da Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sirinhaém

Trabalhadores Rurais de Ferreiros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado, neste ato representados por seus Diretores infra assinados, mediante expressa autorização por Deliberação das Assembléias Gerais das referidas Entidades, realizadas respectivamente, em 1ª. ou 2ª. Convocação, conforme cópias das respectivas Atas anexas, na conformidade de que dispõe o art. 612 da Consolidação das Leis do Trabalho, e ainda como interveniente, o órgão previdenciário competente.

D O O B J E T O

Este contrato tem por finalidade a estipulação de condições de trabalho, mantidas entre empregadores e trabalhadores rurais, representados pelos sindicatos convenientes, na forma das cláusulas seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica concedida aos trabalhadores rurais que prestam serviços nas áreas situadas nas bases territoriais dos sindicatos convenientes um aumento salarial de 52% (cinquenta e dois por cento) sobre o salário mínimo vigente nas duas sub-regiões do Estado de Pernambuco, com vigência a partir do dia 08 (oito) de outubro de 1979 (hum mil, novecentos e setenta e nove).

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica assegurado o pagamento do salário pelo empregador durante os primeiros quinze dias do afastamento do trabalhador rural por motivo de doença.

Parágrafo Primeiro - Esta cláusula terá vigência somente até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da assinatura da presente convenção.

Parágrafo Segundo - Para efeito do pagamento previsto nesta cláusula, o atestado médico comprobatório da doença obedecerá à ordem de preferência estabelecida no art. 32 da Consolidação das Leis da Previdência Social, combinado com § 2º do art. 6º da Lei 605/49, entendendo-se como serviço médico do empregador, para os cultivadores de cana, a rede ambulatorial/mantida pela Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco.

Parágrafo Terceiro - Não será concedido novo auxílio, na hipótese de ser o trabalhador acometido da mesma doença que originou o pagamento previsto nesta cláusula dentro de um período de 60 dias, a contar do término da licença.

Parágrafo Quarto - Esta cláusula ficará sem efeito antes do prazo a que alude o Parágrafo Primeiro, se entrar em vigor Legislação Previdenciária regulando a matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os empregadores se obrigam a celebrar convênio com os órgãos previdenciário competente, parte interveniente da presente convenção, de modo que, nos casos de acidente de trabalho rural o acidentado receba do empregador, como se estivesse trabalhando, as diárias do acidente devidas na forma da Legislação Acidentária Rural, e que este seja reembolsado de tais pagamentos junto à Previdência Social.

CLÁUSULA QUARTA - Fica assegurado ao empregado que exerce serviços de

natureza insalubre ou perigosa, o adicional legal respectivo, após a constatação da insalubridade ou periculosidade por perícia do setor competente da Delegacia Regional do Trabalho, facultada a assistência dos respectivos sindicatos de empregados e empregadores.

CLÁUSULA QUINTA - O pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário a que tiver direito o trabalhador rural será efetuado até o dia 30 de junho, e o da segunda parcela, até o dia 20 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA SEXTA - Cumprindo determinação do Decreto-Lei nº 6969/44, regulamentado pelo Decreto nº 57.020/65 e pelo ato nº 18/68, do Instituto do Açúcar e do Alcool, os empregadores concederão aos seus trabalhadores rurais, com mais de um ano de serviço contínuo na empresa, o uso a título gratuito de uma área de terra para plantação e criação necessárias à subsistência da família do trabalhador, com dimensão, localização e demais características previstas na citada regulamentação.

Parágrafo Primeiro - Esta Cláusula se reputará cancelada e de nenhum efeito, caso as normas legais reguladoras da matéria sejam revogadas ou alteradas por novos instrumentos legais, ou, ainda, na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade da referida legislação, por decisão judicial com trânsito em julgado.

Parágrafo Segundo - A concessão no caput desta cláusula não terá qualquer caráter remuneratório.

CLÁUSULA SÉTIMA - Para os trabalhadores que executem serviços por produção ou tarefa fica assegurado o recebimento dos seus salários nos termos da seguinte tabela:

Título I - Normas Gerais

Item 1 - A medida de contas, estende-se por braças de 2,20 m.

Item 2 - Por conta, estende-se a área de terra de 10 por 10 braças, isto é, 100 braças quadradas (100 cubos). Por tarefa diária, estende-se a área de terra correspondente às medidas discriminadas no título II, da presente tabela.

Item 3 - A média dos pesos dos feixes será tirada em 10 feixes de vinte canas, contendo cada feixe 10 pedaços de 1,20 m e 10 pedaços de 60 cm.

Item 4 - A capacidade de pesagem da balança não deve ser inferior a 20 quilos.

Item 5 - A superveniência do aumento salarial por força da legislação pertinente, durante a vigência desta Convenção, resultará em aumento proporcional no preço das tarefas de que trata esta tabela.

Ítem 16 - COBERTA DE SULCO:

Limpando na terra não preparada	0,60 conta (60 cubos)
Limpando na terra preparada	1,00 conta (100 cubos)
Toda terra e meia terra em areia	2,00 contas(200 cubos)
Toda terra e meia terra mole	1,50 conta (150 cubos)
Toda terra e meia terra ressecadas	1,00 conta (100 cubos)

Ítem 17 - CAVAGEM DE ENKADA:

Terra dura e capoeirão	150 braças corridas
Terra mole	250 braças corridas
Terra de areia	300 braças corridas

Ítem 18 - TRANSPORTE DE SEMENTE E ADUBO:

Diárias (3 horas)

Ítem 19 - REBOLADOR

Diárias (3 horas)

Ítem 20 - DOSADOR

Diárias (3 horas)

Ítem 21 - IMUNIZADOR

Diária (3 horas)

Ítem 22 - SEMEIO DE ADUBO E CANA EM SULCO:

Terreno acidentado(onde boi não pode ir).....	3,00 contas(300 cubos)
Terreno plano ou inclinado	4,00 contas(400 cubos)

Ítem 23 - GRADEAÇÃO COM BOI

12,00 contas(1.200cubos)

Ítem 24 - LIMPA COM CULTIVADOR :

2 vezes com boi	3,00 contas(300 cubos)
2 vezes com burro	12,00 contas(1.200 cubos)

Ítem 25 - CAVAGEM DA ADUBAÇÃO DE SOCAS:

Terra crua	2,00 contas(200 cubos)
Terra queimada	3,00 contas(300 cubos)

Ítem 26 - SEMEIO DE ADUBAÇÃO DE SOCAS:

Terra crua	3,00 contas(300 cubos)
Terra queimada	4,00 contas(400 cubos)

Ítem 27 - ESTROVEIGAÇÃO DE SOCAS:

Com muito mato	1,00 conta (100 cubos)
Com mato pouco	2,00 contas(200 cubos)
Sem mato	3,00 contas(300 cubos)

Ítem 28 - LIMPA DE CANAS DE PLANTAS:

Em terra gradeada	1,00 conta (100 cubos)
Em terra não gradeada, com o mato duro em terra dura	0,50 conta (50 cubos)
Em terra não gradeada com mato duro em terra mole	0,60 conta (60 cubos)
Em terra não gradeada com mato mole em terra dura	0,70 conta (70 cubos)

- Em terra não gradeada com mato mole
em terra mole 0,30 conta (30 cubos))
- Em terra não gradeada com mato mole
em terra de barro solto ou areia 1,00 conta (100 cubos)
- Limpa sapateada com muito mato 0,30 conta (30 cubos)
- Limpa sapateada com mato pouco 1,00 conta (100 cubos)
- Limpa correndo a enxada 2,00 contas(200 cubos)
- Item 29 - LIMPA EM CANA DE SOCA: ..
- Mexendo a palha 1,50 conta (150 cubos)
- Cobrindo tocos estrovangados 1,00 conta (100 cubos)
- Chegando a terra ao toco 1,00 conta (100 cubos)
- Item 30 - DESPALHAÇÃO (não limpando)
- Simples, afogando o mato 2,00 contas(200 cubos)
- Com foice 3,00 contas(300 cubos))
- Item 31 - CAMBITO.....Diária (3 horas)
- ou produção a combinar.
- Item 32 - CORTE DE CANA PARA SEMENTE:
- a) Por tonelada, 2/3 da diária
- b) Por feixe de 20 canas, 150 feixes pela diária.

Título III - Corte de Cana

- Item 33 - CORTE DE MOAGEM: (por tonelada)
- a. - Cana queimada amarrada
- a.1- Cana de menos de 5Kg: a combinar, ou não havendo entendimento, por diária.....
- a.2- Cana de 5 Kg. a 8 Kg. Cr\$ 91,20 p/ tonelada
- a.3- Cana acima de 8 Kg. Cr\$ 76,00 p/tonelada
- b) Cana crua amarrada:
- b.1 - Cana de menos de 5 Kg. a combinar, ou não havendo entendimento, por diária.
- b.2 - Cana de 5 Kg. a 8 Kg. Cr\$ 109,44 por tonelada
- b.3 - Acima de 8 Kg. Cr\$ 91,20 por tonelada
- c) Cana queimada solta: a combinar, ou não havendo entendimento por diária.
- d) Cana por cubo: a combinar, ou não havendo entendimento por diária.
- Item 34 - ENCHIMENTO DE CAMRO
- A combinar, ou não havendo entendimento, por diária.

CLAUSULA OITAVA - Fica vedado aos empregadores fornecer serviços aos seus empregados fora da propriedade onde estes residem, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, bem como as hipóteses de término do plantio ou da colheita na propriedade do trabalhador e de atividades programadas pelas Empresas no sistema de "frentes-de-serviço".

Paragrafo Unico - Nos casos de deslocamento dos empregados previstos nesta cláusula fica ajustado que:

- I - Será fornecido obrigatoriamente transporte gratuito pelo empregador, em condições de segurança conforme definidas na legislação específica.
- II - O tempo despendido pelo trabalhador no percurso de ida e volta, bem como o de espera do transporte, será considerado como de efetivo serviço. Computar-se-ão como extraordinários as horas extras que excederem a jornada de oito horas, acrescida de uma hora para repouso ou refeição, e calculado o seu valor pela média da produção do dia.
- III - Não será devida ao empregado a remuneração extraordinária do item anterior, nos casos de atraso motivado por caso fortuito ou força maior a ser comprovado pelo empregador.
- IV - Os empregadores serão responsáveis na forma da legislação vigente e perante o juízo cível competente pelos acidentes ocorridos no percurso de ida e volta, inclusive ressarcimento por acidente de trabalho, salvo quando coberto pela legislação acidentária rural vigente à época.

CLAUSULA NONA - Os empregadores se responsabilizarão pela restauração de 1/3 das habitações destinadas à moradia de seus empregados, observadas as condições de higiene e segurança, inclusive banheiro, e piso de cimento, devendo ser dada prioridade às residências que se encontram em piores condições.

Parágrafo Unico - No caso de os empregadores serem arrendatários, a obrigação constante da presente cláusula será proporcional, por mês de vigência do contrato de arrendamento, ao terço estabelecido, enquanto durar a presente convenção.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os empregadores se obrigam a fornecer a seus empregados rurais permanentes, as ferramentas necessárias à execução das tarefas a eles atribuídas.

Parágrafo Único - Os empregadores fornecerão ainda, a seus empregados rurais permanentes, o equipamento de proteção individual contra acidente de trabalho, conforme o disposto na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Toda propriedade rural, que mantenha a ser serviços ou trabalhando em seus limites mais de cinquenta famílias de trabalhadores de qualquer natureza, é obrigado a possuir e conservar em funcionamento escola primária, inteiramente gratuita, para os filhos destes, com tantas classes quantos sejam os grupos de quarenta crianças em idade escolar.

Parágrafo Primeiro - A matrícula da população em idade escolar será obrigatória, sem qualquer outra exigência, além da certidão de nascimento, para cuja obtenção o empregador proporcionará todas as facilidades aos responsáveis pelas crianças.

Parágrafo Segundo - Quando o empregador dispuser de Escola em sua propriedade com capacidade para atender os filhos dos empregados, situados num raio de 1 KM das suas residências fica atendido o disposto nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O pagamento semanal dos salários, sempre que possível, será feito nos horários dos serviços. Verificada essa impossibilidade, deverá ser realizado, até as 13:00 horas, na sexta-feira, e no sábado até às 14:00 horas.

Parágrafo Primeiro - Os empregadores que tenham a seu serviço mais de cem empregados, é que efetuem o pagamento dos salários aos sábados, poderão realizá-lo até às 15:00 horas.

Parágrafo Segundo - No caso do pagamento não ser efetuado nos horários prefixados nesta cláusula, o empregador se obriga a pagar ao empregado a título de multa, horas extras até o máximo de três para os estabelecimentos com menos de 100 empregados e duas para os demais.

Parágrafo Terceiro - O pagamento dos salários, a partir de dois meses da vigência desta Convenção, será feito fora da área dos barracões e sem qualquer vinculação com o barraqueiro ou preposto, vedados quaisquer desconto por dívida contratuadas com aqueles estabelecimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja a disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da assinatura da presente Convenção, os empregadores rurais, no ato do pagamento dos salários fornecerão aos seus empregados envelopes ou comprovantes timbrado, discriminando as parcelas e as quantias pagas a cada trabalhador... rural, com indicação expressa da frequência, nome do empregador, do empregado e a especificação dos descontos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Dentro da territorial que lhe for determinada' é facultado ao sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria economica ou profissional representada, na forma do art. 517, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os delegados sindicais destinados a direção das delegacias ou seções instituídas na forma estabelocida na cláusula anterior, em conformidade com o art. 523 da C.L.T., serão designados pela' diretoria dentre os associados radicados no territorio da correspondente delegacia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Todos os empregadores rurais, abrangidos pela presente creditarão, diretamente ao Sindicato suscitante, a quantia de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) descontados de cada um dos seus empregados, de uma só vez, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da vigência desta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Será assegurado ao empregado, que trabalha no regime de diaria, que a carga horária semanal termine as 12:00 horas - do sábado de cada semana, mediante compensação que garanta o cumprimento das 43 (quarenta e oito) horas semanais, salvo atividades que exijam necessariamente trabalho ininterrupto, tais como, as de enchimento de veículos, quando por diária, e de tratamento d animais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Ficarão os empregadores rurais obrigados, no ato de admissão de empregados, e assinar a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos termos do art. 29 da CLT. Em relação aos safristas, os empregadores se obrigarão a celebrar os respectivos contratos de safras, mediante a apresentação, pelo trabalhador, dos documentos pessoais necessários.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Fica assegurado que os representantes do MTb, incumbidos de exercerem a fiscalização do cumprimento desta Convenção, poderão fazer-se acompanhar por representantes dos sindicatos de empregados e empregadores, se estes assim o desejarem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A parte conveniente que infringir qualquer das cláusulas da presente Convenção sera aplicada multa no valor de um salário de referência, por infração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A presente Convenção terá vigência pelo prazo de 1 (um) ano, contado do 3º dia de sua entrega no protocolo da Delegacia Regional do Trabalho em Pernambuco.

CLAUSULA VIGESIMA TERCEIRA - As controvérsias resultantes da aplicação da presente Convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, ressalvadas as situações expressamente previstas neste instrumento.

Recife, 13 outubro de 1979

Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado de Pernambuco - Presidente

Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar, no Estado de Pernambuco - Presidente

Moraes Santos
S.T.R. Vitória de Santo Antão

João Moreira de Sá
S.T.R. Garleira

Amorim
S.T.R. Barreiros

Benedito
S.T.R. de Carpina e Lagoa de Itaenga

Adolpho
S.T.R. Vicência

Amorim
S.T.R. Ipojuca, Camela e Nossa Senhora do D

Leandro
S.T.R. Moreno

Roberto
S.T.R. Macapayana

Severino
S.T.R. Limbuá

Amorim
S.T.R. São José da Coroa Grande

Aliança
S.T.R. Aliança

Canhotinho
S.T.R. Canhotinho

Paudalho
S.T.R. Paudalho

Jaboatão
S.T.R. Jaboaão

São Lourenço da Mata
S.T.R. São Lourenço da Mata

São João
S.T.R. São João

Serinhaém
S.T.R. Serinhaém

S.T.R. Itaquetingá

S.T.R. Ponta dos Corvelhos

S.T.R. Cass

S.T.R. Itaquetingá, Itaquetingá e Buenos Aires

S.T.R. Camutanga

S.T.R. Ferreiros

S.T.R. Condado

S.T.R. Condado

S.T.R. Condado

S.T.R. Condado

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Reconhecido em 17 - 10 - 62

Rua Gervásio Pires, 876 — Fone: 222-2682

Recife — Pernambuco

continuação-folha .2.

Epitácio Paulino dos Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado

Agostinho Lourenço da Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço
da Mata.

Luiz Gonzaga Lima

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho

Benedito Lourenço da Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carpina e
Lagoa de Itonga

João Paulo Montano

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança

Ademir da Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicência

Sebastião da Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbauba

Benedito da Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da
Mata, Buenos Aires e Tracunhaém

Alvaro da Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camutanga

Benedito da Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ferreiros

Luiz Gonzaga Lima

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaparana

Benedito da Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaquitinga

10.2. Apêndice 2 - panfleto da mobilizaa
ção de 1979.

atenção,
TRABALHADORES RURAIS:

VAMOS TODOS PARAR O SERVIÇO
OS PATRÕES NÃO CHEGARÃO PARA O QUE

A GENTE QUER

Vamos fazer GREVE para ter:

- 1 - Aumento de salário
- 2 - Tarefa mais baixas - tabela
- 3 - Terra para plantar - sítio
- 4 - Ganho na doença
- 5 - Outras melhorias.

GREVE

VAMOS TODOS PARAR ATÉ A VITÓRIA!

TRABALHADORES RURAIS:
FICADOS E CLANDESTINOS UNIDOS
DEFENDENDO O VALOR DO SEU TRABALHO

OS DIREITOS DE LEI DOS GREVISTAS

- os grevistas podem chamar mais Companheiros para entrar na greve.
- os grevistas podem fazer propaganda da greve com cartaz, folhetos e outros meios.
- a lei proíbe o patrão de contratar trabalhadores para colocar no lugar dos grevistas.
- os trabalhadores grevistas não podem ser perseguidos, nem ameaçados, antes e no correr da greve.
- o Diretor do Sindicato que apoiar a greve não pode ser preso.
- a lei castiga a autoridade que barrar os grevistas.

CONVITEM OS COMPANHEIROS E VENHAM TODOS PARA O SINDICATO

A UNIÃO FAZ A FORÇA

DIGA ISSO AOS SEUS COMPANHEIROS

GREVE

Propaganda SINDICATOS e FETAPE

10.3. Apêndice 3 - folheto da literatura
de cordel.

Camponeses Unidos
Lutam por seus Direitos

Nós estamos realizando
A campanha salarial
Deste ano oitenta e um
É uma luta sindical
feita pelos camponeses
Do começo até o final.

O trabalhador rural
Já deu prá entender
Que o suor do seu rosto
Ajuda o patrão crescer
Neste folheto eu lhe digo
O que precisamos fazer

Você vai compreender
E lendo você descobre
Que você trabalhou tanto E
nunca teve vida nobre Seu
patrão ficou mais rico E
você ficou mais pobre

Ninguém nasce prá sofrer
Você pode acreditar
Jesus Cristo lhe ajuda Mas
você tem que lutar Quem
luta tem esperança De um
dia se libertar

Você mesmo é quem descobre
Quando vai tirar a conta
O patrão rouba na braça
Você é quem se afronta
Ganha pouco e nada dá
Fica de cabeça tonta

Você é quem tira conta
Trabalha de cambiteiro
Corta cana e limpa mato
Trabalha até de carreiro
Derrama tanto suor
Por que não ganha dinheiro?

Sobe tudo todo dia
Parece uma brincadeira
Trabalha um pai de família
Da segunda a sexta-feira
E quando vai fazer compras
Só falta endoiçar na feira

Deumlado vem o patrão
Quenão quer pagar direito Do
outrolado o Governo
Aperta do mesmo jeito
A carestia matando
O trabalhador do EITO

22

Esta falta de respeito
Já tá fora de medida
A gente tem o direito
De lutar pelo pão da vida
Junte-se ao Sindicato
Para encontrar a saída

Sei que a história é comprida
Mas você vai entender
Se correr o bicho pega
Porém não deve correr
Reforce o seu Sindicato
Prá ele lhe defender

Você deve se lembrar
Como eu lembrado estou
Que neste ano passado
O salário também baixou
Com os camponeses parados
O salário se levantou

Os sindicatos rurais
Da zona canavieira
Já fizeram duas greves
Já quebraram a barreira
E se não fosse a união
Nós não tinha esta bandeira

23

Com muita luta e trabalho
Mais uma GREVE SE FEZ
E com a união de todos
Já pela segunda vez
Consequimos uma LEI
Feita pelo CAMPONÊS

Com o paradeiro geral
e as usinas paradas
O salário aumentado
As tabelas rebaixadas
e sítio para as famílias Prá
ficar agasalhadas

A força do CAMPONÊS
Está na sua UNIÃO
Com a GREVE conseguimos
Fazer uma CONVENÇÃO
Com a GREVE a gente canta E
quem chora é o patrão

Porém nossa CONVENÇÃO
Está perto de findar
Ela vale por um ano Tá
perto de completar E
antes dela morrer Vamos
outra começar

Se nossa lei terminar
É triste a situação
Se acaba a Lei do pobre
Entra a da escravidão
O camponês vai voltar
Ser escravo do patrão

RENOVAR A CONVENÇÃO
É esse nosso dever
Vamos todos se unir
Para OUTRA LEI FAZER
Para ficar no lugar
Da outra que vai morrer

O SINDICATO MARCOU
REUNIÃO PRÁ ISTO TRATAR
É PRÁ IR TODO CAMPONÊS
Não pode nenhum faltar
Por que tem um documento
Prá todo ele assinar

Você não pode estar de fora
Vamos já participar
O Sindicato precisa
Ser forte para lutar
Toda a zona canavieira
Lutando prá melhorar

Todos nós vamos querer
Renovar a Convenção
Você deve ir votar
Que é sua obrigação
Juntos nós vamos tomar
Esta grande decisão

VAMOS VOTAR NA ASSEMBLÉIA
A CAMPANHA SALARIAL
Que o Sindicato, a FETAPE
Do começo até o final
Juntos vão coordenar
Na zona canavial

Na hora que for votar
Esqueça o proprietário
Vote pra baixar as contas
Que é o mais necessário
Ganhar também na doença
E aumentar o salário

O Sindicato é mandatário
Avisa os empregadores
Os senhores de engenho
Usineiros fornecedores
Para aumentar o salário
De todos trabalhadores

Chama os empregadores
Para uma reunião
Eles vão dizer a gente
Se aumenta o salário ou não se
eles querem assinar
Uma NOVA CONVENÇÃO

Se eles dizer que não
Vai dar tudo diferente
Porque o povo com fome
Fica de cabeça quente
O jeito é os camponeses
Fazer GREVE NOVAMENTE

A GREVE CANAVIEIRA
HOJE ESTÁ NA HISTÓRIA
A LUTA DOS CAMPOSES
DEIXOU RESULTADO E GLÓRIA
OS DELEGADOS SINDICAIS
GARANTEM ESSA VITÓRIA

Mas quem vai tomar a frente
Pra falar com o patrão
É o seu Sindicato
Junto com a Federação
E vocês fiquem esperando
Uma nova solução

Se dá um prazo ao patrão
Pra ele aceitar
Tudo que a gente quer
Se ele não concordar
Depois de vencido o prazo
A gente pode parar

Quando alguém mandar
parar Seja homem ou mulher
Com ordem do Sindicato
Pare logo sem mister
COM A GREVE O PATRÃO DAR
TUDO QUE A GENTE QUER

Seja homem ou mulher
Quando você for parar
Não deixe o seu patrão
Botar outro em seu lugar
Existir t trabalho
Quando a greve terminar

Na greve quem trabalhar
É a favor do patrão
É contra seu
E Sindicato contra a
Condição de trabalho
Que é a nossa convenção

Tão na zona canavieira
Nascendo bons resultados
Quando os trabalhadores
Partem bem organizados
Os patrões dão os direitos
E nós somos respeitados

Agora chegou a vez
Eu vou parar a história
Vamos firme companheiros
Quem luta merece glória
Eu também sou camponês
No carnaval da Vitória.

VAMOS LUTAR COMPANHEIROS!

Autoria de Belja Flor e Agápio

CÔRO

Vamos companheiros, vamos lutar,
avilão e fôssa, vamos lutar

(BIS)

I

Vamos juntos DELEGADOS SINDICAIS
Na nossa campanha começar,
Reunir os companheiros rurais
porque a GREVE está perto de chegar.

II

Dê a mão ao seu companheiro
Vamos juntos, a luta abraçar
Como prova de amor verdadeiro,
Defender os direitos sem parar.

III

Com a GREVE a gente vai VENCER
Porque o povo vai se ORGANIZAR
Outro DISSÍDIO a gente vai FAZER
E o salário vai ter que AUMENTAR.

IV

O que se ganha não dar nem prá COMER
A CARNE, o FEIJÃO e o FUBÁ
Como é que a gente vai VIVER
Sem salário e sem TERRA PRÁ PLANTAR

V

Eu não sei porque tanta CARESTIA
Que o salário que a gente ganha
não dar.
As coisas tão subindo todo dia
E o salário não pode ACOMPANHAR.

VI

Ninguém pode viver sem ter
dinheiro porque tudo a gente tem
AQUELES PRÁ matando o BRASILEIRO
E o governo ainda manda POUPAR.

VII

Vamos lutar prá ganhar o PÃO DA VIDA
A VIDA É NOSSA, temos que ZELAR.
A NOSSA UNIÃO é a saída
Para a miséria e a fome se ACABAR.

VIII

Tanta gente sem TERRA e sem COMIDA
e sem ter UMA CASA PRÁ MORAR
sem EMPREGO MENDIGA O PÃO DA VIDA
Mas um dia isso tudo vai mudar.

SINDICATOS/FETAPE/CONTAG

CAMPANHA SALARIAL 1979